



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ANTRÓPICOS DA
AMAZONIA**

WANDERLAN MONTÃO DA SILVA

**"(R)EXISTÊNCIA E ETNOPATRIMONIALIDADES DO QUILOMBO DAS
CRIOLAS NAS TRAMÓIAS DO TEMPO"**

**CASTANHAL
2025**

D111(da Silva, Wanderlan Montão.
"(R)EXISTÊNCIA E ETNOPATRIMONIALIDADES DO
QUILOMBO DAS CRIOLAS NAS TRAMÓIAS DO TEMPO" /
Wanderlan Montão da Silva. —
2025. xi, 136 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Dr. Paulo Roberto do Canto
Lopes Dissertação (Mestrado) - Universidade
Federal do Pará,

Campus Universitário de Castanhal, Programa de Pós-
Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia, Castanhal,
2025.

1. Educação Museal. 2. Sóciobiodiversidade. 3.
Biocultura. 4. Resistência. 5. Etnopatrimonial. I.
Título.

CDD 307.109811

WANDERLAN MONTÃO DA SILVA

**"(R)EXISTÊNCIA E ETNOPATRIMONIALIDADES DO QUILOMBO DAS
CRIOLAS NAS TRAMÓIAS DO TEMPO"**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia – PPGEAA, do Campus de Castanhal, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Estudos Antrópicos na Amazônia (Linha de pesquisa: Etnosaberes e Tecnologias sociais).

Orientador: Prof. Drº. Paulo Roberto do Canto Lopes

CASTANHAL
2025

WANDERLAN MONTÃO DA SILVA

"(R)EXISTÊNCIA E ETNOPATRIMONIALIDADES DO QUILOMBO DAS
CRIOLAS NAS TRAMÓIAS DO TEMPO"

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia – PPGEAA, do Campus de Castanhal, da Universidade Federal do Pará - UFPA, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre Estudos Antrópicos na Amazônia (Linha de pesquisa: Etnosaberes e Tecnologias sociais).

Orientador: Prof. Drº. Paulo Roberto do Canto Lopes

Data da aprovação: ____/____/____

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Drº Paulo Roberto do Canto Lopes
Orientador – PPGEAA/UFPA

Prof. Drº Assunção José Pureza Amaral
Examinador Externo – UFPA

Prof. Drº Daniel dos Santos Fernandes
Examinador Interno – PPGEAA/UFPA

AGRADECIMENTOS

Ao finalizar esta jornada acadêmica, reconheço que este trabalho resultou do apoio e colaboração de muitas pessoas e instituições, às quais expresso minha sincera gratidão.

Agradeço ao meu orientador, Profº Dr. **Paulo Roberto do Canto Lopes** por sua dedicação, paciência e apoio essencial ao longo da pesquisa. Valeu, “parceiro!”

Agradeço ao **PPGEAA – UFPA** e aos **Professores** pelas condições oferecidas, pelos ensinamentos, experiências e pela oportunidade de crescimento acadêmico e profissional.

Aos meus **tios**, que sempre me incentivaram, apoiaram e acreditaram no meu potencial, sendo parte essencial da minha educação e trajetória de vida.

Agradeço à **Comunidade Quilombola da Vila das Criolas** pela receptividade, pelos saberes compartilhados, colaboração e pela confiança essencial para esta pesquisa.

Aos meus **filhos**, que, mesmo sem compreenderem plenamente em muitos momentos, foram uma forte motivação para persistir e concluir este desafio.

Aos meus **colegas de curso**, pelo companheirismo, troca de conhecimentos e incentivo mútuo ao longo desta caminhada acadêmica.

Ao **Professor Dr. Assunção José Pureza Amaral**, por sua generosidade em compartilhar conhecimentos e por suas valiosas contribuições à minha formação.

Ao meu **pai**, pelo exemplo de força, simplicidade e dedicação, sempre me encorajando a seguir em frente e superar desafios.

A minha avó **Dária**, que assim como minha vó quilombola **Zaré** (*in memorian*), que na ausência de minha mãe biológica (*in memorian*), criaram-me com dedicação e amor.

À minha esposa **Márcia**, pelo amor, paciência, compreensão e apoio incondicional em todos os momentos, sendo minha base e meu refúgio em tempos difíceis.

E, acima de tudo, a **Deus**, em conceber sabedoria e iluminar meu caminho (*Sal.119:105*).

...minha eterna gratidão!

Decálogo Ecológico de Padre Cícero

1. Não derrube o mato nem mesmo um só pé de pau.
2. Não toque fogo no roçado nem na caatinga.
3. Não cace mais e deixe os bichos viverem.
4. Não crie o boi nem o bode soltos; faça cercados e deixe o pasto descansar para se refazer.
5. Não plante em serra acima nem faça roçado em ladeira muito em pé; deixe o mato protegendo a terra para que a água não a arraste e não se perca a sua riqueza.
6. Faça uma cisterna no oitão de sua casa para guardar água de chuva.
7. Represe os riachos de cem em cem metros, ainda que seja com pedra solta.
8. Plante cada dia pelo menos um pé de algaroba, de caju, de sabiá ou outra árvore qualquer, até que o sertão todo seja uma mata só.
9. Aprenda a tirar proveito das plantas da caatinga, como a maniçoba, a favela e a jurema; elas podem ajudar a conviver com a seca.
10. Se o sertanejo obedecer a estes preceitos, a seca vai aos poucos se acabando, o gado melhorando e o povo terá o que comer. Mas se não obedecer, dentro de pouco tempo o sertão todo vai virar um deserto só.

Padre Cícero – 1844-1934

RESUMO

A pesquisa está situada na Comunidade de Remanescente de Quilombo da Vila de Criolas, localizada na zona rural do município de Breu Branco, Pará, às margens direita do Rio Tocantins, onde na época do período de ditadura militar, grandes empresas ocuparam territórios indígenas e quilombolas sob o pretexto do desenvolvimento econômico. Nesse *lócus*, o conceito de etnopatrimonialismo e a salvaguarda de materialidades arqueológicas se destacam como forma de proteger a cultura e garantir sua sustentabilidade, relacionando-se com a permanência territorial e a preservação do meio ambiente, especialmente a sociobiodiversidade. As mudanças climáticas e as ações humanas alteraram o equilíbrio ecológico na localidade, causando a migração de espécies e impactando diretamente a cultura local. Ainda assim a gentrificação tem provocado desorganização na região, modificando a paisagem e enfraquecendo a identidade cultural quilombola. Resiliente e (r)existindo, o Quilombo das Criolas se mantém protetor tanto de culturas tangíveis como as intangíveis, utilizando os afrossaberes transmitidos pelos mestres da cultura local como técnica de salvaguarda. A sociobiodiversidade das Criolas envolve a interação entre seres humanos e a identidade natural, ajudando a fortalecer a comunidade e a proteger o meio e o ambiente. Em vista disso, viu-se que a valorização da herança negra e dos povos da pré-história da Amazônia se mostram essenciais para manter a biocultura viva e enfrentar os desafios ambientais atuais com base nos conhecimentos do passado.

PALAVRAS CHAVE: Biocultura. Etnopatrimonial. Ambiente

RESUMEN

La investigación se sitúa en la Comunidad de Remanente de Quilombo de la Vila de Criolas, ubicada en la zona rural del municipio de Breu Branco, Pará, a la orilla derecha del río Tocantins, donde, en la época de la dictadura militar, grandes empresas ocuparon territorios indígenas y quilombolas bajo el pretexto del desarrollo económico. En este locus, el concepto de etnopatrimonialismo y la salvaguarda de materialidades arqueológicas se destacan como una forma de proteger la cultura y garantizar su sostenibilidad, relacionándose con la permanencia territorial y la preservación del medio ambiente, especialmente la sociobiodiversidad. Los cambios climáticos y las acciones humanas han alterado el equilibrio ecológico en la localidad, provocando la migración de especies e impactando directamente la cultura local. Aun así, la gentrificación ha causado desorganización en la región, modificando el paisaje y debilitando la identidad cultural quilombola. Resiliente y (r)existiendo, el Quilombo de Criolas se mantiene como protector tanto de culturas tangibles como intangibles, utilizando los afrosaberes transmitidos por los maestros de la cultura local como técnica de salvaguarda. La sociobiodiversidad de Criolas implica la interacción entre los seres humanos y la identidad natural, ayudando a fortalecer la comunidad y a proteger el medio y el entorno. En vista de ello, se observó que la valorización de la herencia negra y de los pueblos de la prehistoria de la Amazonía resulta esencial para mantener la biocultura viva y afrontar los desafíos ambientales actuales basándose en los conocimientos del pasado.

PALABRAS CLAVE: Biocultura. Etnopatrimonial. Ambiente

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

IMAGEM 01 - Mapa de acesso a comunidade – Estrada das Criolas.....	14
IMAGEM 02 - A caminho do Quilombo Estrada do Batistão.....	18
IMAGEM 03 - Festival de Culinária Quilombola e Esporte.....	18
IMAGEM 04 - Reunião com Lideranças – apresentando os textos finais	19
IMAGEM 05 - Relação de conceitos iniciais - <i>Canva</i>	19
IMAGEM 06 - Estrutura da metodologia e mapa mental	28
IMAGEM 07 - Condições da estrada - erosão	29
IMAGEM 08 - Limites do Município em relação ao estado.....	32
IMAGEM 09 - Eclusa 01 da Barragem – passagem da Hidrovia	33
IMAGEM 10 - Corredor da Hidrovia Araguaia-Tocantins e a área do Quilombo	34
IMAGEM 11 - Mapa Agrícola da Produção e o escoamento (1908)	35
IMAGEM 12 - Solo da Comunidade – Novo – Mundo - Estrada do Batistão.....	36
IMAGEM 13 - Clusterização – Planetscope 2448	41
IMAGEM 14 - Clusterização – Planetscope 25C5.....	41
IMAGEM 15 - Lago Grande – área do Quilombo das Criolas	45
IMAGEM 16 - Equilíbrio das práticas culturais e manejo com a Terra Preta.....	47
IMAGEM 17 - Desmatamento nas proximidades do Lago Grande	48
IMAGEM 18 - Desafio da Tragédias dos Comuns	49
IMAGEM 19 - Aires de Casal (pág 276).....	51
IMAGEM 20 – Mineral “provável” Obsidiana	53
IMAGEM 21 - “Provável” localização da “tribo de Pederneiras”	53
IMAGEM 22 - Gleba Alcobaça – Torre da UHE – Início do Quilombo.....	54
IMAGEM 23 - Costa da Guiné e Costa do Marfim -XVII.....	56
IMAGEM 24 - Moradias de Indígenas Tembê nas Criolas	59
IMAGEM 25 - Entrevistas e coletas de dados	60
IMAGEM 26 - Localização da antiga área dos Gaviões da Montanha	65
IMAGEM 27 - Relação Natureza - Ambiente	72
IMAGEM 28 - Etnoconservação e participação comunitária	87
IMAGEM 29 - Peças de materialidades encontradas nas Criolas	89

IMAGEM 30 - Construção da Sede	92
IMAGEM 31 - Apresentação de Artigo – DPHAC - SECULT	93

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 Exportação de dados do QGIS – Desmatamento em Breu Branco.....	40
GRÁFICO (01 e 02) Cienciometria de busca de pesquisas – Artigo submetido	99
GRÁFICO 01	

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – Classificação gerais dos solos (Embrapa)	38
TABELA 02 – Definições de (des)proteção do solo	76

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA	Associação Brasileira de Antropologia
ABHO	Associação Brasileira de História Oral
ADIN	Ação direta de inconstitucionalidade
ARQVIC	Associação de Remanescentes de Quilombos da Vila de Criolas
BPA	Banco de Portarias de Arqueologia
CaO	Óxido de cálcio
CEDUCH	Centro de Documentação em Historiografia da Linguística
CEMADEN	Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais
CGPA	Coordenação Geral de Protocolo e Arquivo
CNIGP	Cadastro Nacional de Instituições de Guarda e Pesquisa de Bens Arqueológicos
CNSA	Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos
Dbase	Banco de Dados
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations.
FCP	Fundação Cultural Palmares
FUNBIO	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade
I.A	Inteligência Artificial
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICON	Conselho Internacional de Museus (<i>International Council of Museums</i>)
IDEFLOR	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
ITERPA	Instituto de Terras do Pará
Mn	Manganês
MSL	Mapeamento Sistemático de Literatura
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONG's	Organização Não-governamental
P2O5	Pentóxido de fósforo - Fosfato
pH	Ponte de Hidrogênio
QGis	Sistema de Informação Geográfica Quântico
RSL	Revisão Sistemática de Literatura
S/A	Sociedade Anônima
SECULT	Secretaria de Cultura
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SiBCS	Sistema Brasileiro de Classificação de Solos
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
TP	Terra Preta
TPA	Terra Preta Arqueológica
TPI	Terra Preta Indígena
UFPA	Universidade Federal do Pará
UHE	Usina Hidrelétrica
USP	Universidade de São Paulo

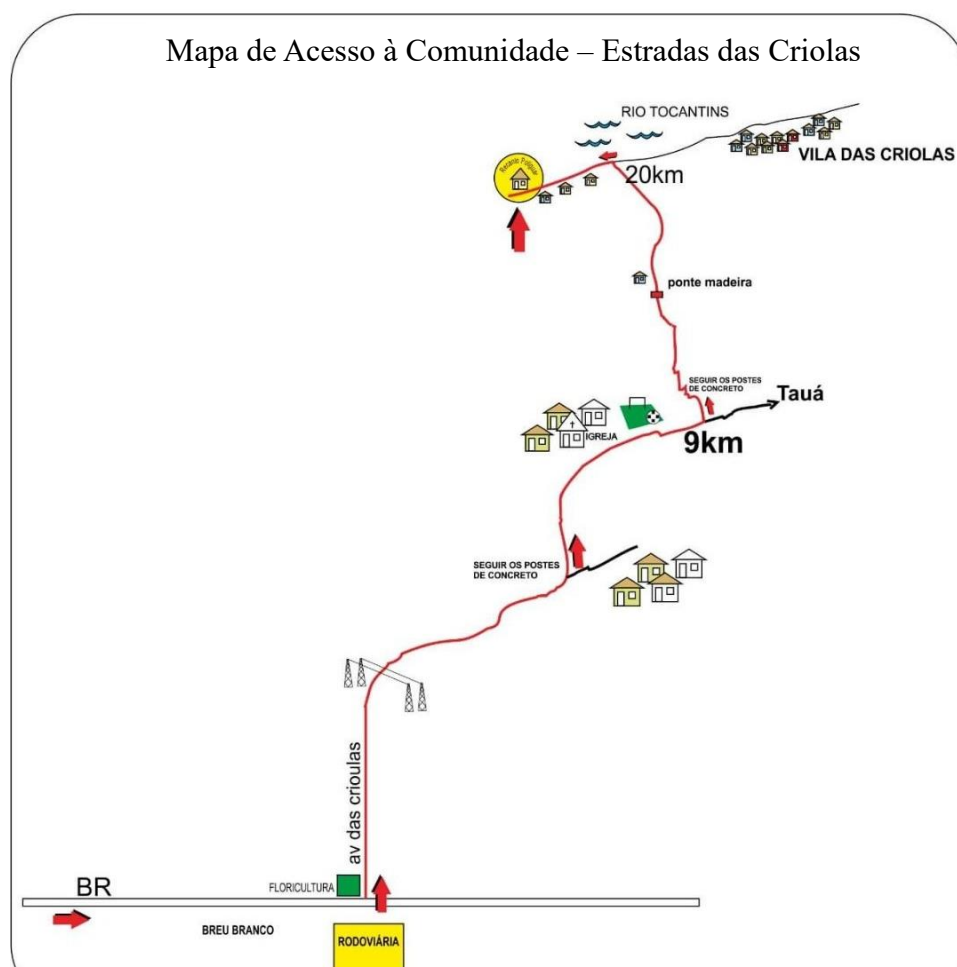
SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
1.1	Objetivos: Geral e Específicos.....	20
1.2	Problema e Questão / 1.3 Hipótese e Justificativa	20
1.4	Método	21
1.5	Revisão e Mapeamento de Literatura	25
1.5.1	Seleção e Avaliação dos Estudos – Escolha dos critérios	25
1.5.2	Proposta de Pesquisa e Plano para políticas Públicas	29
2	LÓCUS E HISTORICIDADE TERRITORIAL	32
2.1	Geolocalização do Município e a navegabilidade no Quilombo	32
2.2	Geomorfologia: Antropossolo, Vegetação, Relevo e Hidrografia.....	36
2.3	Antropização do Solo: Degradação, Causa vs Sustentabilidade	45
2.4	Da África até Felipa: Hipótese da historicidade das Criolas	50
3	FUNDAMENTAÇÕES CONCEITUAIS E SUAS RELAÇÕES.....	61
3.1	Enfrentamentos que exasperam	61
3.2	Questões do preto sob a legislação do Branco nas Criolas	62
3.3	Ambiente, (R)existência e Memória Cultural	67
3.4	Diversidade Humana, Construção Social e Influência Comportamental.....	73
4	REFERENCIAL, CONTRIBUIÇÕES E CONCLUSÕES	73
4.1	Etnopatrimonialidade material do Quilombo.....	82
4.2	Sítios arqueológicos para salvaguardar	83
4.3	Intervenções sem intervir	86
4.4	Gestão Museal e as tipologias para salvaguardar	89
4.5	Plano de ação para Educação Museal	90
4.6	Resultados obtidos com a participação comunitária	91
4.7	Artigo: A Resiliência Cultural da Vila das Criolas no contexto da Sociobiodiversidade: Caminhos para a Etnoconversação e Memória	93
5	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	110
	APÊNDICES e ANEXOS.....	113

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a região da Comunidade de Remanescentes de Quilombo da Vila das Criolas tem sofrido significativa degradação em seu território natural e patrimonial. A área situa-se à margem oriental do rio Tocantins, pertencente ao município de Breu Branco, sudeste do Pará. O quilombo pode ser alcançado através de duas estradas rurais, como a Estrada das Criolas que sai de frente ao terminal rodoviário, cortando bairro Liberdade, perfazendo um trajeto de aproximadamente 29 quilômetros:

Imagem 01



ARQVIC (2021). Adaptações e recortes pelo Autor – 2025

Outro trajeto é pela estrada do Batistão que atravessa os bairros Catarina, Batata e Castanheira, levando diretamente à área da torre da Eletronorte no começo da comunidade seguindo uma distância de 14 km e que será apresentada no bojo deste percurso. Existem outros caminhos internos que se ligam a outras comunidades através

de igarapés ou pelo do rio Tocantins, conectando-se a vila do Tauá, Murú e Nova Jutai (uma outra comunidade remanescente de quilombo). Logo à frente, do outro lado do rio, visualiza-se um trecho da zona urbana da cidade de Tucuruí, Quilombo de Acaputeua, Quilombo de Pederneiras e parte da área da reserva indígena Assuriní.

A Comunidade chamada comumente de ‘Criolas’ é uma região culturalmente híbrida e com relações territoriais diversas. Com a chegada dos primeiros quilombolas no final do século XVIII na localidade, alguns projetos cessaram temporariamente a intensão desenvolvimentista dos empreendimentos. A base dessa afirmação reside no seu contexto histórico, de territorialidade, espacialidade e na formação social regionalizada do Quilombo que se aculturou de maneira singular. Parte do território da comunidade era habitado por povos indígenas da etnia gavião que permaneceram até a década de 70 quando foram expulsos pela desculpa da construção da UHE (Usina Hidrelétrica) de Tucuruí.

O fator antrópico que altera as relações da sociobiodiversidade local são os corredores bioculturais¹ que na comunidade estão ligados à preservação de materialidades e descobertas arqueológicas em uma área com habitantes antigos. Essas descobertas fornecem evidências de radiocarbono de ocupações humanas no Pleistoceno Final, Inicial e Holoceno Médio, um período aproximado de 11 mil anos, demonstrando uma nova relação de contexto histórico e sociocultural da região.

Foram encontrados vestígios cerâmicos e metálicos na afirmação de ANNA ROOSEVELT (1992) e CARNEIRO DA CUNHA (1992). Esses achados [etno]2

1 Corredores bioculturais reconecta habitats naturais similares e comunidades que compartilham práticas socioculturais comuns. <https://humedalessinfronteras.org/pt-br/corredores-bioculturais/>

2 Grifos meus no uso do “[]” para prefixar a citação de Anna Roosevelt (1992) e Carneiro da Cunha (1992). O conceito geral de “etno” é identificada no prefixo grego “*éthnos*” (*ἔθνος*), que significa povo ou nação. No idioma Africano Iorubá, traduz-se como *orilẹ̀-èdè* (povo), *eniyàn* (nação) e *abule* (aldeia ou tribo). Ele é utilizado em diversos campos do conhecimento para designar aspectos relacionados às identidades culturais, sociais, étnicas ou comunitárias de um determinado grupo. Em geral, quando o termo “etno” é combinado com outras palavras, ajuda a identificar uma perspectiva externa para os valores culturais, práticas sociais e as tradições de grupos étnicos ou comunidades específicas. Este modelo escolhido na pesquisa surgiu a partir das leituras Claude Lévi-Strauss – Etnologia e Antropologia Estrutural (Lévi-Strauss, Claude. Antropologia Estrutural. São Paulo: Cosac Naify, 2008) e de Clifford Geertz – Etnografia Interpretativa (Geertz, Clifford. A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC, 1989) que serão devidamente apontados na estrutura da fundamentação teórica. Neste, fundamentou-se sobre etnossustentabilidade e etnopatrimonialidade, onde refiro-me à “etno” com foco nas práticas, preservação do patrimônio e saberes culturais das comunidades quilombolas, como na Vila das Crioulas, em Breu Branco. O conceito com essa aplicação ajudou a destacar a importância da preservação e da valorização das tradições e conhecimentos locais em relação à sustentabilidade e a preservação da memória em meio ao caos dos acontecimentos climáticos.

patrimoniais demonstram componentes notáveis para realização de novas pesquisas frente ao caos da falta de investimento científico, uma vez que diversos empreendimentos submergem forçadamente essas evidências e achados, impondo ao povo desta localidade a necessidade de (r)existir, como premissa de resistência para existir, manter em segurança as materialidades que afloram no leito do rio e nas margens da área do quilombo.

O texto destaca a ausência de uma cultura de prevenção territorial e de proteção contra desastres antropogênicos e culturais, citando como vetores degradadores a construção da UHE (Usina Hidrelétrica) de Tucuruí³. Antigos "marajás da política" se basearam no legado do regime militar para construir a obra da UHE e sustentar o sonho sobre a navegabilidade do rio através da linha hidrovía Araguaia-Tocantins. O estudo também destaca o potencial navegável, mas aponta a falta de estudos sobre as ações acadêmicas e empíricas que versem sobre questões etnopatrimoniais, envolvendo arqueologia preventiva, de resgate e de recessão em comunidades tradicionais.

Optou-se pelo o método analítico-descritivo com abordagem quali-quantitativa e etnográfica. Baseou-se pela aplicação da cienciometria para correlacionar os principais fenômenos causadores de mudanças sociobioculturais na paisagem, gerando dados substanciais sobre os índices de degradação, desmatamento dos cenários e sobre os espaços. O estudo destaca o desafio da integração e a interação da comunidade na pesquisa, focando em questões ambientais, envolvendo fatores físico-químicos, biológicos, sociais, culturais e econômicos. Enfatiza-se a relação sociobiodiversificada entre humanos e o meio ambiente, destacando a importância da pesquisa participativa e colaborativa com a comunidade.

Dividido em quatro seções específicas, onde o uso de I.A (Inteligência Artificial) foi utilizado para estruturar a base da escrita e a criação do mapa mental. Foi organizada em uma sequência didática para que cada parte fosse estruturando a fundamentação a seguinte. Obtemos assim na primeira seção, chamada de introdução que comportará o elemento textual introdutório, como trará também as partes estruturantes do texto, apresentados pelos objetivos, justificativa, problema da pesquisa, hipótese. Serão discutidos sobre a avaliação de estudos, síntese dos resultados, critérios de

³ Visualizado: <https://www.instagram.com/reel/CZKm8HwAmQr/?igsh=MWRiY2M0ZHh2M3VnZA==>

inclusão/exclusão e a propositiva de políticas públicas analisadas na bibliografia agrupada.

Ainda sobre a primeira seção, haverá a descrição da sequência e do método utilizado, tal como a seleção, avaliação, escolha dos estudos e finalizando com a Revisão/Mapeamento Sistemático de Literatura. Esta seção se dedicará sobre a busca de produções acadêmicas e embasamentos legais que coincidisse ou complementassem o objeto de estudo.

O foco até aqui será de apresentar previamente o corpo estrutural e norteador da pesquisa sem aprofundar os conceitos relacionais, deixando para as próximas seções as questões sobre a historicidade e o protagonismo da comunidade, promovendo debates e levantando questões colhidas dentro/ fora de campo e suas relações.

Na seção dois, nomeada como *Lócus* e Historicidade Territorial, procurou-se mapear geograficamente o território físico da área da comunidade, elencando os elementos da geolocalização biocultural do Quilombo, geomorfologia do Solo e do meio antrópico da área pavimentando as questões sobre vegetação, relevo, hidrografia, Antropização do Solo e suas congruências, perfazendo um paradoxo entre causa e sustentabilidade.

Em continuidade, o fechamento desta seção será apresentado a historicidade (não a historiografia). Nela o trecho foi dedicado para tratar da formação social do Quilombo, que tratará sobre o tráfico negreiro da rota da Costa da Mina na África até a vinda da matriarca que ajudou a criar os primeiros quilombos-mocambos da região. Em seguida o tópico atentará sobre as dificuldades da formação social e do entorno da comunidade, trazendo as variadas ações da cultura externa em colisão com os direitos dos quilombolas.

Após serem apresentadas as unidades biofísicas, ambientais e seus entrelaçamentos históricos da comunidade, já na seção três, serão explanadas fundamentações iniciais sobre as correlações culturais na Comunidade de Remanescentes de Quilombo da Vila das Criolas. Os aspectos discutidos envolverão a diversidade humana local, a construção social como tema de argumento geral, influência comportamental, construção de identidade, conceitos culturais e suas influências na pesquisa. Esses foram pontos centrais para prosseguir do trabalho de campo para a forma como seriam descritos os argumentos textuais.

Serão apresentados em seguida os termos ambiente, (r)existência, onde se aplica a letra R em parênteses como parte de um prefixo que se refere ao quilombo como lugar

de existência e resistência⁴. O timbre sobre a aplicação do assunto se remete a memória cultural resiliente da comunidade, sendo fundamental para se obter o entendimento sobre o tema, o percurso, o método e o título do trabalho.

Na seção quatro, nomeada como Referencial, Contribuições e Conclusões da Pesquisa, serão apresentados os estudos de temas, normativas, livros e os autores que fundamentam e solidificaram o percurso deste trabalho. Subdividido em oito tópicos, o capítulo abordará a importância das ações externas para o cerne do ambiente, mas sempre analisando quais estratégias e as visões culturais. Tais ações, chamadas de intervenções deverão ser previamente discutidas.

Nesse mesmo capítulo, as conclusões do trabalho dedicados às seções dos assuntos tratados nos tópicos perpassarão pela gestão Museal e as tipologias para salvaguardar, Plano de Educação Museal e Etnopatrimonial, Integração dos Resultados e as conclusões obtidas, Resultados obtidos com a participação comunitária e por último a apresentação pura do Artigo: A Resiliência Cultural da Vila das Criolas no contexto da Sociobiodiversidade: Caminhos para a Etnoconservação e Memória.

Imagem 02



Autor (2024) - a caminho das Criolas:
Ana Luiza (minha filha) e o Sr.
Zequinha (Presidente da associação)

Imagem 03



Autor (2023) - Festival Culinário e Esportivo nas
areias das praias das Criolas – Quilombolas de
Pederneiras (Tucuruí) ao fundo

O artigo citado foi produzido sob a orientação do Prof^o Dr. Paulo Roberto do Canto Lopes para atender uma lacuna suscitada pela Secretaria de Estado de Cultura/SECULT-PA, abordando os resultados específicos obtidos sobre a entrada da pesquisa na área do

⁴ Preparação prévia, e a construção de um processo de resistência, como um r-existir, pensado por Porto-Gonçalves (2018), ao se referir sobre práticas culturais de comunidades tradicionais como modo de vida, que se contrapõem ao modelo eurocêntrico de sociedade. (Trecho do Livro: Entre Ciências Sociais e Educação na Amazônia: Diretrizes, Práticas Pedagógicas, Auto/Etnobiografia e Políticas de Ações Afirmativas – Castanhal – Pa: UFPA, Faculdade de Letras; Faculdade de Pedagogia, 2023. Cap 03 - Pág 100)

Quilombo. A técnica etnográfica aplicada foi pautada nas relações de sociobiodiversidade e suas relações com a cultura e a etnoconservação. A soma desses elementos forma a base para o entendimento social do Quilombo, pois recoloca a comunidade como guardiã de suas histórias e de suas materialidades, preservando a memória de antepassados originários, resistindo e conservando seus saberes.⁵

Ficou evidente a participação do Quilombo em todas as etapas da pesquisa, onde iam sendo construídas as partes seção por seção e apresentada em assembleia geral da associação do Quilombo. As imagens 02 e 03 da página anterior, mostra a saída para os trabalhos de campo e as intervenções culturais. A imagem 04 que está logo abaixo, apresenta as fases da pesquisa para a comunidade, onde se discutiam os ensaios, fontes e a importância das vozes tradicionais para a ciência da academia. Justificando previamente a forma como será o entendimento do artigo, dentro da leitura etnográfica, serão percebidos a utilização de trechos em primeira pessoa (eu) e outros em forma descritiva dissertativa.

Imagem 04

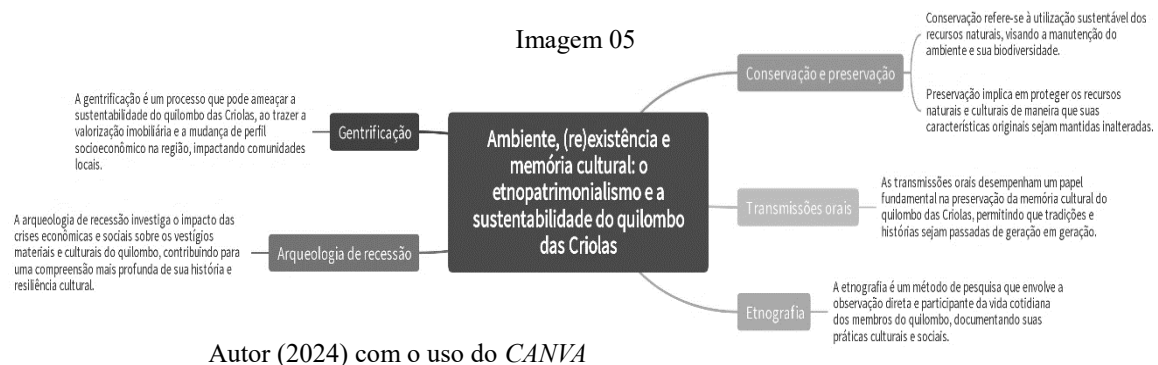


Sousa, 2025 – Discutindo a fase final da pesquisa com os Representantes da Associação da Comunidade e mães dos alunos na EMEF Castro Alves - Quilombo das Criolas

Esta pesquisa apresentará informações por meio de gráficos, tabelas, fotos de ações e intervenções, além de mapas históricos e ambientais. Serão utilizados dados de plataformas institucionais, imagens de diálogos realizados e um contexto etnográfico baseado em conversas com os comunitários, cujas falas serão relativas diretamente como parte dos resultados esperados.

⁵ Visualizado em: <https://www.instagram.com/reel/Cbn2KYSL2tg/?igsh=aXVrZnJ4NDA0Ym84>

A contextualização geral para o que foi descrito está consolidada no infográfico a seguir que resume as descrições até aqui apresentadas e fundamentam parte do que ainda virá ser discutida amplamente neste texto:



1.1 OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

Realizar uma perquirição quali-quantitativa na Comunidade Remanescente de Quilombo de Criolas, localizada em Breu Branco, Pará, para melhor compreender as práticas de preservação do patrimônio biocultural realizada pelos moradores.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Mapear estudos relevantes em Educação Patrimonial e Sustentabilidade do meio que utilizam abordagens qualitativas e quantitativas.

Identificar lacunas de pesquisa e sugerir direções futuras para estudos integrativos em Educação Patrimonial com Sustentabilidade do meio

Analisar a evolução e tendências metodológicas na pesquisa em Educação Patrimonial com Sustentabilidade do meio

Aplicar técnicas de cienciometria para quantificar visualizações de padrões de produção científica nesta área, contribuindo para a disseminação dos etnossaberes.

1.2 PROBLEMAS DA PESQUISA e QUESTÃO NORTEADORA

Quais os impactos que alteram os hábitos culturais da comunidade estudada e que, com frequência, também destroem a diversidade natural e as evidências existenciais de culturas pré-coloniais no Quilombo das Criolas?

A partir do problema constatado, atentou-se para a questão que norteia o objeto de estudo como o fator da gentrificação no entorno da Comunidade, como: As impactantes

obras dos Grandes empreendimentos e a hibridização cultural, interferem na invisibilidade dos saberes tradicionais e nos estudos sobre as coletas de provas arqueantropológicas desta localidade?

1.3 HIPÓTESE E JUSTIFICATIVA

A educação etnopatrimonial baseada na *sapiência* tradicional sustentável influencia e traz consideráveis soluções para a preservação do meio ambiente e do patrimônio cultural local. Justifica-se afirmar que mitigar problemas como o desmatamento e a destruição de sítios arqueológicos, melhoram assim a sociobiodiversidade.

A inserção de práticas de educação etnopatrimonial com foco na sustentabilidade ambiental em Comunidades Remanescentes de Quilombo, promovem uma maior conscientização sobre a importância da preservação cultural. Os resultados constatados são a diminuição das práticas de desmatamento e o aumento da preservação dos etnossaberes salvaguardados em sítios arqueológicos, fortalecendo a identidade cultural e a autonomia da memória comunitária. A implementação de programas de educação etnopatrimonial nas instituições de ensino e políticas públicas voltadas à preservação dessas culturas no quilombo, desenvolvem maior conscientização ambiental e contribui para práticas sustentáveis que combatam o desmatamento, fortaleçam a conservação do patrimônio natural e cultural da região. (Autor, 2024)

1.4 MÉTODO

Esta perquirição fundamentou-se no uso de conceitos específicos e em interseccionalidade de técnicas da ciência da informação, antropologia, protocolos arqueológicos, geotecnologias, historiografia, educação ambiental, agroecologia e conceitos [etno]educacionais. Os modelos de parâmetros se basearam em sistemas agroecológicos etnoeducacionais e o uso de metodologias de abordagem em pesquisas qualitativa e quantitativa, mapeando, revisando sistematicamente a literatura e cienciometrizando os dados que se relacionaram com a pesquisa.

Foram utilizadas ferramentas de emissões de alertas sobre desastres ambientais que alteram as relações culturais, zonas de espaços antropizadas, relações ambientais e monitoramento de áreas desmatadas. Enumerando as plataformas, *Softwares*, *Hardwares* e suas formas utilizadas, abaixo descreve-se as ferramentas utilizadas e a forma de levantamentos para coleta de dados nessa perquirição:

- Coleta e análise de dados destruídos – QGis, MIKE, Google Earth Pro. Portais de indexadores para o levante bibliométrico.
- No uso de mapa de depreciações, foram visitados e acessados por 10 meses consecutivos portais institucionais como os do MAPBIOMAS, CEMADEM, INPE e PORTAL TERRABRASILIS
- Em entrevistas, reuniões, encontros para coletas de dados e apresentação das fases da pesquisa na comunidade quilombola da Vila das Criolas, foram utilizados dois celulares, um notebook, salas de aula e o espaço do pátio da Escola Castro Alves para as reuniões com a associação e os moradores da vila, chamados em edital de convocação e anunciado pelo presidente da associação.

O trabalho de pesquisa de campo *in loco* e fora dele, ajudou a desenvolver uma gama incontável de possibilidades com acúmulo de dados para diversas áreas do conhecimento científico e tipologias tecnológicas, elencando um vasto campo de possibilidades empíricas. Essa imersão não começa, especificamente com o início da propositura desta pesquisa, mas com o envolvimento direto com as questões étnicorraciais e territoriais na Comunidade. Parte do material de pesquisa coletada não apareceu neste ensaio, pois muito do que foi excluído neste trabalho será previamente coletado e reagrupado em novas empirias.

Foram utilizadas como referências partes das técnicas de abordagens etnográficas baseadas nos modelos dos métodos de Clifford Geertz conhecido por seu conceito de "descrição densa" na etnografia, tenta-se portanto interpretar os aspectos culturais da comunidade dentro de seus próprios (re)contextos. Após a leitura feita em Geertz, conseguiu-se explorar a importância da cultura do Quilombo das Criolas como um sistema de significados compartilhados de identidades. A obra "*A Interpretação das Culturas*" (1973) de Geertz foi fundamental para compreender e executar a abordagem etnográfica na comunidade e por isso, trago a transcrição completa de alguns dos diálogos e das conversas como resultados esperados que se obteve nas arguições participativas com os quilombolas e moradores da comunidade.

Na abordagem etnográfica, algumas transcrições das entrevistas foram realizadas nas casas dos comunitários que previamente aceitaram as conversas. As pessoas escolhidas foram direcionadas pelo Sr. Jocinaldo Rocha (Zequinha) que é o presidente

da ARQVIC – Associação de Remanescentes de Quilombos da Vila das Criolas e que nos conduziu para as localidades escolhidas. As técnicas básicas usadas envolveram métodos e elementos da antropologia oral e visual, técnicas de história oral baseadas em modelos de entrevistas estruturadas e de cartografia social.

O método adotado é de natureza quali-quantitativa de cunho etnográfico, onde se perceberá parte da escrita em primeira pessoa descritiva-dissertativa. Parte do levantamento de dados, a parte qualitativa, foi feito em pesquisa de campo. A parte quantitativa foi baseada em modelos de técnicas de cienciométricas, revisitando e acessando banco de dados de revisão bibliográfica e consolidando dados de plataformas. A revisão de literatura foi conduzida em bases consubstanciadas como a *Scielo*, *Lens.org*, *ResearchGate*, *Rabbit*, *Litsmap*, *Google Scholar*, periódicos nacionais e internacionais, abordando temas como patrimônio cultural, material, educação patrimonial, agroecologia, antropologia, sociobiodiversidade sustentabilidade e políticas públicas.

Utilizando revisão bibliográfica e estudos de caso, analisou-se documentos legais, artigos acadêmicos, legislação vigente sobre territorialidade⁶, pertencimento étnico⁷, correlações educacionais⁸, portarias governamentais sobre preservação do patrimônio⁹ e relatórios de organizações não governamentais.

Parte das imagens coletadas foram registradas pela minha própria filha, Ana Luiza da Silva Brasil, quem me acompanhou em algumas das intervenções e que, com curiosidade de mini pesquisadora, atinou para observar e coletar detalhes nas imagens, com um fino faro aguçado pela curiosidade das descobertas de materialidade arqueológicas.

Paralelamente, o estudo de caso focou em elementos etnopatrimoniais na comunidade quilombola citada, as Criolas, onde a inter-relação entre cultura e ambiente é marcante. As entrevistas foram semiestruturadas, além da observação participante em eventos culturais e rituais que envolvem práticas sustentáveis de manejo na localidade. Também neste quesito foram abordados temas relacionados ao levante de ideias coletadas

⁶ Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

⁷ Decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019

⁸ Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

⁹ Portaria IPHAN nº 141, de 12 de dezembro de 2023

pelos moradores, assim como o de outros profissionais que se envolveram parcialmente neste âmbito de pesquisa. Destas ideias, surgiram a proposta da organização de um acervo computacional, intervenções acadêmicas, reuniões, assembleias gerais para ajudar na proposta e no acompanhamento das delimitações da pesquisa.

Dentro da proposta metodológica e na motivação da pesquisa, foi sugerido o projeto para a construção da área da sede e do salão da comunidade já pactuada com investimento do poder público judiciário do município de Breu Branco. A proposta dada seria da construção de um espaço público para formações, reuniões e eventos (esse ensejo será detalhado no percurso da pesquisa). A propositiva foi baseada no processo de criação de projetos afro-arquitetônicos e de etnoengenharia para criação de um espaço que valorize o pertencimento étnico, que sirva para a guarda das memórias (materiais e imateriais), assim como a produção de ciência e pesquisa.

Foram visitadas e testadas aplicações de gestões de mapeamento historiográficos, geográficos e arqueológicas através dos bancos de dados do IPHAN, Centro de Documentação em Historiografia da Linguística - CEDOCH – USP, ABHO – Associação Brasileira de História Oral, SBA – Sociedade Brasileira de Arqueologia, ABA – Associação Brasileira de Antropologia, como teste de *Dbase* (banco de dados) sendo alguns:

- Cadastro e Banco de Portarias - Patrimônio Arqueológico (CNSA e BPA)
- Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP)
- Instituições de Guarda - Arquivos *Shapefiles* e Instituições de Guarda - Visualizador *Web e Elipse Knowledgebase*.
- Projetos e Relatórios das Pesquisas Arqueológicas no Brasil - Disponíveis no SEI!
- Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA)
- Sítios Arqueológicos Georreferenciados - Arquivos *Shapefiles* e *Visualizador Web*
- *Google Books Ngram Viewer*, *Google Labs*, Projeto de código aberto *InfluxDB*.

O objetivo de se usar e testar os portais e as aplicações foram para verificar quais pesquisas sobre etnomaterialidades, antropológicas, de arqueologia de resgate ou preventiva anteriores já haviam cadastradas as peças encontradas naquela região no bojo de seus trabalhos. E, para a não surpresa, verificou-se que não há nenhum registro de cadastro de peças e nem de inventários nas bases de dados das instituições, demonstrando

que, assim como esta pesquisa, outras anteriores ainda poderão estar em processo ou ainda em conclusão.

Cita-se como referência, a necessidade de se instituir a formação de uma equipe multidisciplinar com o foco interdisciplinar para a continuidade do trabalho. Também a importância de se adquirir materiais e logística mínima para o desenvolvimento de um projeto de gestão museal de base comunitária ou etnomusealização educacional.

Foram encontradas materialidades com evidências dos povos pré-históricos amazônicos e que remontam um aparente período da passagem de caçadores coletores. Sendo assim aplicou-se cienciometria para a construção do mapa conceitual para o trabalho, assim como no afunilamento da RSL (Revisão Sistemática de Literatura) e do MSL (Mapeamento Sistemático de Literatura), onde se perceberam lacunas sobre temas que envolvam etnossustentabilidade, patrimônio e preservação de materialidade arqueológica na região, e, especificamente na área das Criolas.

Por essa motivação, aplicou-se acurácia com uso de tecnologia digital e softwares específicos, como o *Google Earth Enginer*, assim também como na versão *PRO*, bastante utilizado na produção do mapeamento via-satélite de área antropizada, além da captura de imagens históricas da degradação da área, através dos recursos de *time-lapse*. Com a aplicação destas ferramentas, conseguiu-se compreender a evolução da degradação da área, às biomovências e as movências sociais, as mudanças da paisagem pela antropização do território, as tendências ambientais e as lacunas de projetos de manejos bioculturais.

1.5 REVISÃO E MAPEAMENTO DE LITERATURA

1.5.1 - Seleção e Avaliação dos Estudos – Escolha dos critérios

Os critérios de inclusão e exclusão foram fundamentais na qualidade e na relevância dos estudos selecionados para uma análise cienciométrica. Nesta questão que aborda a perquirição em um estudo de etnossustentabilidade patrimonial arqueológico na Comunidade de Remanescente de Quilombo de Criolas, esses critérios foram cuidadosamente definidos para garantir a seleção adequada dos artigos a serem analisados, pautando-se em três distintas etapas:

Etapas 1: Seleção com base nos títulos e resumos.

Etapas 2: Leitura dos artigos selecionados.

Etapas 3: Avaliação da qualidade metodológica dos estudos incluídos.

Foram incluídos estudos que abordaram etnossustentabilidade patrimonial, arqueologia preventiva, memória e educação ambiental em comunidades quilombolas, com foco específico na Comunidade de Remanescente de Quilombo da Vila das Criolas. Nesse aspecto foi usado como critério a de exclusão da periodicidade de publicação, considerando estudos que foram publicados entre os anos de 1988 até 2023, pois abordam textos sobre o período pós constituição e suas modificações até a atualidade, podendo variar de acordo com a disponibilidade de literatura na área e no escopo temporal.

Igualmente importante, o critério do idioma foi considerado em artigos como em português, inglês ou espanhol a fim de abranger um espectro mais amplo de fontes e evitar limitações linguísticas. O espanhol, para que se observasse as semelhanças científicas regionais em territórios próximos ao nosso país e com semelhanças sobre a diversidade natural como conhecimento transversal. O inglês, para observar a abrangência internacional para as discussões em outras culturas intercontinentais. Nesse requisito, foram selecionados artigos com metodologia similar, tais como entrevistas, questionários e análises estatísticas e que resultaram em uma análise mais aprofundada sobre a o colecionismo patrimonial em comparação com a regionalidade do quilombo das Criolas.

Produções científicas que não estiveram no *hall* de inclusão desta pesquisa foram agrupados para serem posteriormente consultados, observando sempre as similaridades técnicas, assim como as suas diferenças em decorrência da região, cultura, ambiente e meio. Portanto, ao citar as *strings* de busca nos portais e nos indexadores, aplicou-se os seguintes booleanos:

- **Etnossustentabilidade + Patrimonial + Arqueológico + Comunidade + Quilombo + Criolas + Breu Branco + Pará**

("etnossustentabilidade" OR "sustentabilidade étnica" OR "sustentabilidade cultural") AND ("patrimonial" OR "patrimônio cultural" OR "patrimônio arqueológico") AND ("arqueológico" OR "arqueologia") AND ("comunidade" OR "quilombo" OR "comunidades tradicionais") AND ("Criolas" OR "Comunidade de Criolas") AND ("Breu Branco" OR "Pará")

- **Perquirição + Quali-quantitativa + Etnossustentabilidade + Patrimonial + Arqueológico + Comunidade + Quilombo + Criolas + Breu Branco + Pará**

("perquirição" OR "investigação" OR "inquirição") AND ("quali-quantitativa" OR "qualitativo e quantitativo" OR "abordagem mista") AND ("etnossustentabilidade" OR "sustentabilidade étnica" OR "sustentabilidade cultural") AND ("patrimonial" OR "patrimônio cultural" OR "patrimônio arqueológico") AND ("arqueológico" OR "arqueologia") AND ("comunidade" OR "quilombo" OR "comunidades tradicionais") AND ("Criolas" OR "Comunidade de Criolas") AND ("Breu Branco" OR "Pará")

• **Investigação + Métodos + Etnossustentabilidade + Patrimonial + Arqueológico + Comunidade + Quilombo + Criolas + Breu Branco + Pará**

("investigação" OR "pesquisa" OR "análise") AND ("métodos" OR "metodologia" OR "abordagem") AND ("etnossustentabilidade" OR "sustentabilidade étnica" OR "sustentabilidade cultural") AND ("patrimonial" OR "patrimônio cultural" OR "patrimônio arqueológico") AND ("arqueológico" OR "arqueologia") AND ("comunidade" OR "quilombo" OR "comunidades tradicionais") AND ("Criolas" OR "Comunidade de Criolas") AND ("Breu Branco" OR "Pará")

A análise da efetividade dos Critérios de inclusão e exclusão adotados na dissertação demonstraram que houve uma abordagem metodológica rigorosa e aparentemente adequada para a questão cienciométrica. A definição concisa e objetiva desses critérios contribuiu para a seleção de estudos relevantes e a redução de viés na análise dos dados.

Além disso, a combinação de critérios temáticos, temporais, linguísticos e metodológicos garantiram a abrangência e a qualidade dos estudos incluídos na pesquisa. A utilização desses critérios na seleção dos artigos para a análise cienciométrica proporcionou uma excelente construção de *insights* sobre as conclusões obtidas em etnossustentabilidade na Comunidade. A síntese dos resultados do Mapeamento e da Revisão Sistemática de literatura resultaram em duas etapas:

Etapas 01: Principais abordagens metodológicas utilizadas nos estudos.

Etapas 02: Descobertas relacionadas às práticas de preservação, conservação cultural e segurança física da comunidade.

Com cuidado, identificaram-se estudos que enfatizam o equilíbrio entre os elementos que definem o tema e o objeto deste estudo. Por exemplo, Silva (2018, pág 198) prevê que "a etnossustentabilidade ambiental está relacionada à habilidade das

comunidades tradicionais de manter um equilíbrio entre suas práticas culturais e a preservação do meio ambiente". A conexão entre cultura, meio e ambiente é particularmente significativa na Vila de Criolas devido à presença de comunidades ribeirinhas e alguns indígenas da etnia Tembê que ali se aquilombaram.

Observando os elementos que se integram e que se relacionam com o tema, foi criado um fluxograma com a sequência de aplicação do método sequencial das considerações sobre a RSL e o MSL:

Imagem 06



Autor, 2024 – com o uso do *Power Point* 2019

A literatura aponta lacunas em políticas públicas para agroecologia, etnoeducação ambiental e educação museal na região, associando esse problema biocultural ao desmatamento na Amazônia. Embora bastante discutido, há poucos estudos sobre as conexões entre expansão agropecuária, gestão etnopatrimonial, arqueologia e gestão ambiental, especialmente na comunidade e no seu entorno.

O caso da relação ambiental, patrimonial e da memória cultural no quilombo das Criolas quando não repensada e consolidada, causa desequilíbrio entre o meio e o ambiente. A própria resiliência da comunidade quilombola demonstra que práticas tradicionais de manejo e transmissão de saberes podem sustentar a harmonia socioambiental, mesmo sem uma estrutura formalizada. Além disso, iniciativas comunitárias e saberes locais frequentemente preenchem lacunas deixadas por insuficientes ações em pesquisas.

Esta relação antrópica tende a promover desgastes na biocultura, assim como também na paisagem natural do ambiente como erosões, passagem desenfreada de veículos aquáticos e a degradação do solo, conforme se percebe na imagem 07 em seguida:

Imagem 07 – Erosão provocada pela passagem de embarcações



Autor, 2024

A finalidade desta revisão e mapeamento sistemático da literatura foi examinar se as práticas sustentáveis implementadas pelos habitantes da Vila de Criolas asseguram a conservação do meio ambiente e a continuidade natural e cultural da comunidade.

1.5.2 - Proposta de Pesquisa e as diretrizes nas políticas Públicas

A identificação, inventário, elaboração de banco de dados e a colaboração da comunidade local, são os fatores essenciais para o fortalecimento da política de proteção do patrimônio arqueológico da Amazônia e imprescindível para o Quilombo das Criolas. É de fundamental importância o envolvimento de instituições governamentais no processo de reconhecimento e fortalecimento, subsidiando políticas públicas para legalização dos acervos, para a proteção do patrimônio arqueológico e dos locais que se tornaram ambientes de guarda.

Os protocolos elaborados na metodologia e que serão discutidos no decorrer da pesquisa favorecem a criação do gerenciamento do patrimônio arqueológico que está sob a posse de particulares e/ou comunitários e que necessita urgentemente do conhecimento do órgão fiscalizador do patrimônio (IPHAN), mantendo o envolvimento efetivo de um arqueólogo na ajuda do colecionamento e identificação. É necessário treinamento, noções sobre inventário, questões fiscais, criação de acervos tecnológicos, averiguação da segurança, análise, seleção para exposição, acondicionamento adequado, dentre outros.

Assim, o plano de ação acima deve estar alinhado com as diretrizes de um programa de reconhecimento do patrimônio cultural como uma ferramenta importante para a preservação e conservação das materialidades de nossa pré-história amazônica, protegidas pelos povos das águas e das florestas.

O plano deve visar a participação colaborativa da comunidade em todas as etapas e pode se apresentar como pioneira na abordagem institucional referentes a gestão do patrimônio arqueológico, busca de se conhecer novos acervos que estão sob a guarda de particulares e no estímulo para novas pesquisas na região. A formulação de um plano de gestão do patrimônio arqueológico compartilhado é complexa, porém precisa ser estimulado, pois esses etnopatrimônios precisam ser protegidos, pesquisados e amplamente divulgados.

Justifica-se a apropriação e a produção de um espaço lógico computacional com as mais variadas ferramentas de tecnologia. O Uso de técnicas de IA (Inteligência Artificial), realidade virtual e realidade aumentada demonstram um leque infinito de aplicações e de possibilidades para a acurácia dos resultados, podendo, inclusive, promover a inclusão social com as ferramentas da arqueologia computacional (ou digital) na criação de *cybermuseus*.

A intercomunicação digital em nuvem (*Cloud*) como ferramenta, pode ajudar na utilização e na criação de banco de dados relacionais que contem com sistemas de controle de patrimônio, importando e exportando dados para as instituições de fiscalização, gerenciamento museológico e funções completas para a gestão patrimonial, tais como:

- a) Controle dos bens em garantia e as saídas de bens para manutenção e assistência técnica;
- b) Efetuar o cálculo de depreciação por períodos definidos pelo usuário;
- c) Controle de inventário físico e financeiro de bens, centro de custos e localização física;
- d) Controle de apólice e de seguros vencidos e a vencer.
- e) Efetuar cadastros de seguradoras, centros de custo, fornecedores, indexadores, componentes agregados a um bem com números de série e garantia individualizada, permitindo a impressão de listagens para todos eles.
- f) Investir no controle patrimonial e rotina inteligente de cadastramento.
- g) Trabalhar com diversos períodos em aberto sem a necessidade de reprocessamento.
- a) Facilitar os relatórios de gerenciamento para controle patrimonial projetando dados de forma clara e bem apresentados.
- b) Mapa demonstrativo do CIAP - Modelo C e modelo individual;

- c) Inventário físico e financeiro de bens;
- d) Razão analítico de bens;
- e) Demonstrativo de saldo das contas;
- f) Demonstrativo da depreciação acumulada;
- g) Listagem com histórico das manutenções e garantias dos bens;
- h) Listagens dos bens segurados e com seguro a vencer.
- i) Controle patrimonial permitindo qualquer relatório por e-mail, nos formatos padrão ou PDF através do próprio programa, tudo para economizar tempo e garantir qualidade e conforto no desempenho das atividades.
- j) Garantir que a gestão museológica e o controle de patrimônio que devam ser integrados com os sistemas de Escrituração de Livros Fiscais e contábeis.
- k) Propondo segurança e estabilidade de dados em software gerencial, desenvolver aplicações em linguagem *Delphi* e/ou banco de dados *Firebird* e pelas rotinas de backup automático, garantindo mais segurança para suas informações.

A proposta visa a identificação, inventário e a sugestão para a elaboração de um banco de dados relacional para catalogar acervos arqueológicos que estiverem sob a posse de particulares, ajudando-os na guarda e na proteção dessas materialidades, sabendo que esses acervos precisam ser identificados, protegidos, pesquisados e os conhecimentos difundidos de maneira ampla e democrática. Os bens adquiridos na comunidade poderão serem utilizados nas produções científicas, pesquisas de campo, formações, workshops, seminários nas comunidades, encontros formativos e de treinamento de pessoal e nas análises de dados.

Daí se percebe a importância da catalogação dessas materialidades para facilitar a comunicação com as bases do IPHAN e na dinâmica os processos de leituras de relatórios-produtos, que possuem a finalidade de dar fluidez, segurança, rapidez e transparência nos processos gerenciais, além de garantir a ciência patrimonial quilombola, mas com a ressalva que sejam sempre mantidos em seus espaços originários, junto à comunidade que guardou e o protegeu.

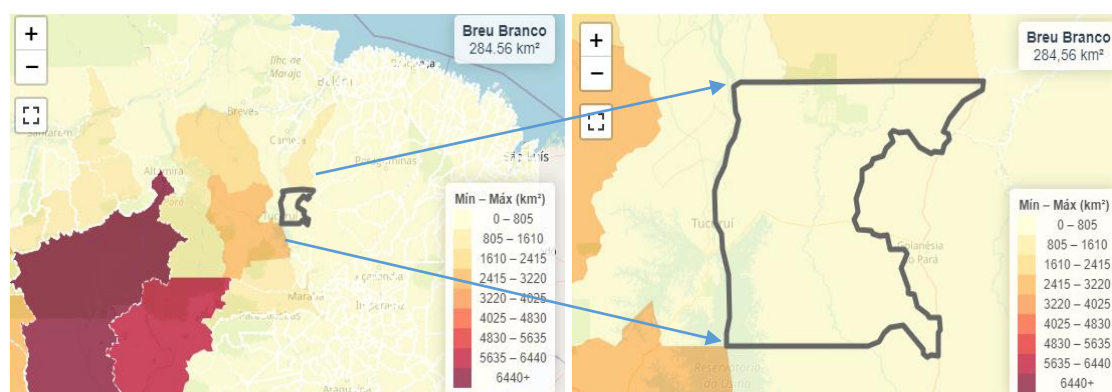
2. LÓCUS E HISTORICIDADE TERRITORIAL

2.1 Geolocalização do Município e a navegabilidade no Quilombo

O recorte que se perceberá abaixo refere-se à área territorial do Município do qual está situado o Quilombo, compreendendo a mesorregião do médio Tocantins. A vila onde se encontra o quilombo das Criolas pertence ao município de Breu Branco localizado no Sudeste do Pará, tendo como coordenadas 04° 04' 04" de latitude sul e 49° 38' 13" de longitude a oeste de Greenwich, passando pela PA-150 e atravessando a PA-263 até atingir o km 11, onde está localizada a sede do município, distante aproximadamente 360 km de Belém percorrendo um tempo médio de 8 horas por via asfáltica.

O município tem limites territoriais com municípios de Baião, Moju e Tailândia ao norte; Ipixuna do Pará e Goianésia do Pará ao leste; e Tucuruí ao oeste. A área total é de 3.943.171 km².

Imagem 08



Recorte e agrupamento extraído -Terrbrasilis by – AS, Autor 2024

As iconografias acima, retratadas na imagem 08 revelam que a geolocalização do município favorece o acesso a um dos principais rios do Brasil, permitindo a conexão com o oceano. Entre os séculos XVII e XVIII, esse rio foi uma via de entrada para colonizadores e de escoamento de produtos capturados no interior para a capital, facilitando o tráfico para a Europa.

Na próxima figura, consuma-se a localização da área da chamada ECLUSA DA UHE DE TUCURUÍ. Nesta imagem, pode-se entender a dinâmica do interesse em retirar as aldeias da etnia gavião que se localizaram na parte oriental (Breu Branco), às margens

dos muros da usina. Em uma parte da obra localizada na UHE está a Eclusa¹⁰. Na área localizada perto das comportas, lado oriental, até a década de 70 habitavam a etnia gavião da montanha que dividia seu território com uma parte da área da comunidade das Criolas.

Imagem 09

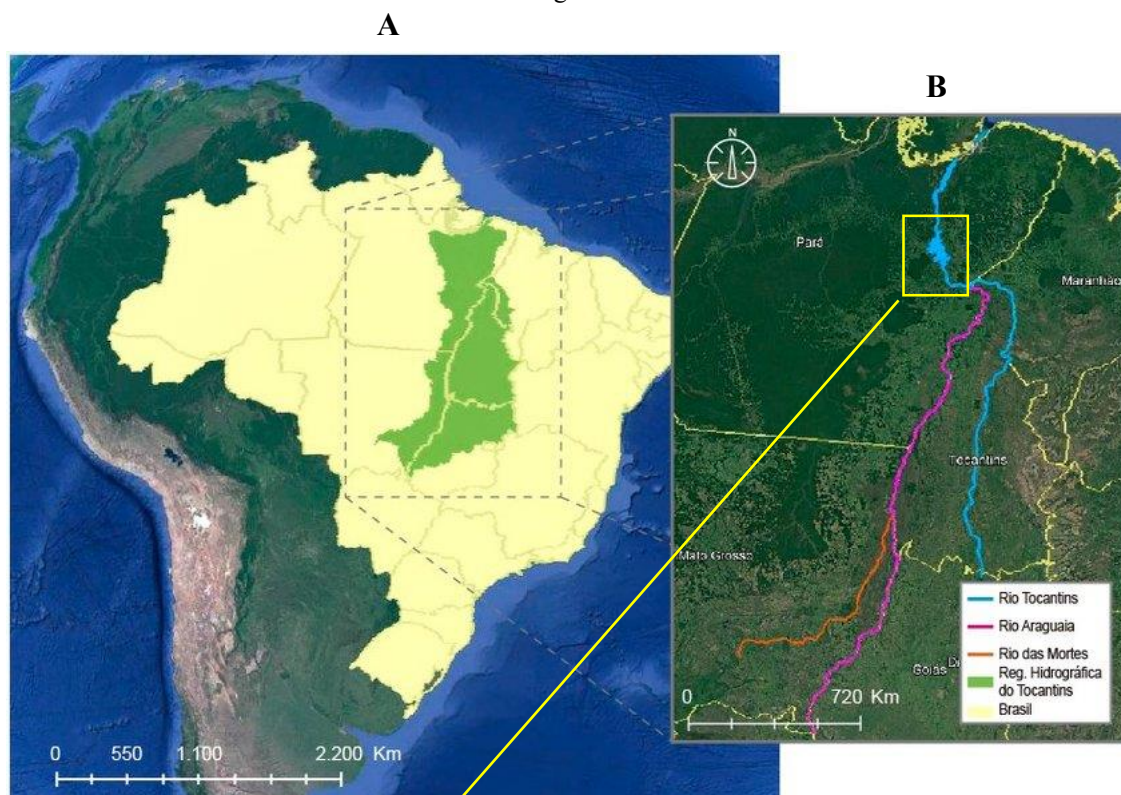


Corredor-Tocantins – Diretoria de infraestrutura aquaviária - mapeamento DNIT. 2019

Desde o início do debate sobre Tucuruí, os paraenses viram na conexão entre os projetos hidrelétrico e de navegação uma oportunidade econômica, mas com alto custo ambiental. A construção da barragem inviabilizou o transporte fluvial entre Marabá e o litoral, um meio historicamente importante no baixo Tocantins, embora sazonal e de baixa relevância econômica. Antes da construção da barragem, o Rio Tocantins era amplamente utilizado como via de transporte fluvial, facilitando o escoamento de produtos e a integração entre comunidades ribeirinhas, observado na imagem:

¹⁰ Eclusa é uma obra de engenharia hidráulica que permite que embarcações subam ou desçam rios, mares ou oceanos em locais com desníveis. Funcionam como elevadores para embarcações, com duas comportas que separam os dois níveis do curso d'água. <https://www.gov.br/dnit/pt-br/assuntos/aquaviario/eclusas>

Imagem 10



Recorte e alterações – AUTOR, 2025 – Fonte de dados: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Hidrovia-Tocantins-Araguaia_fig1_351919514



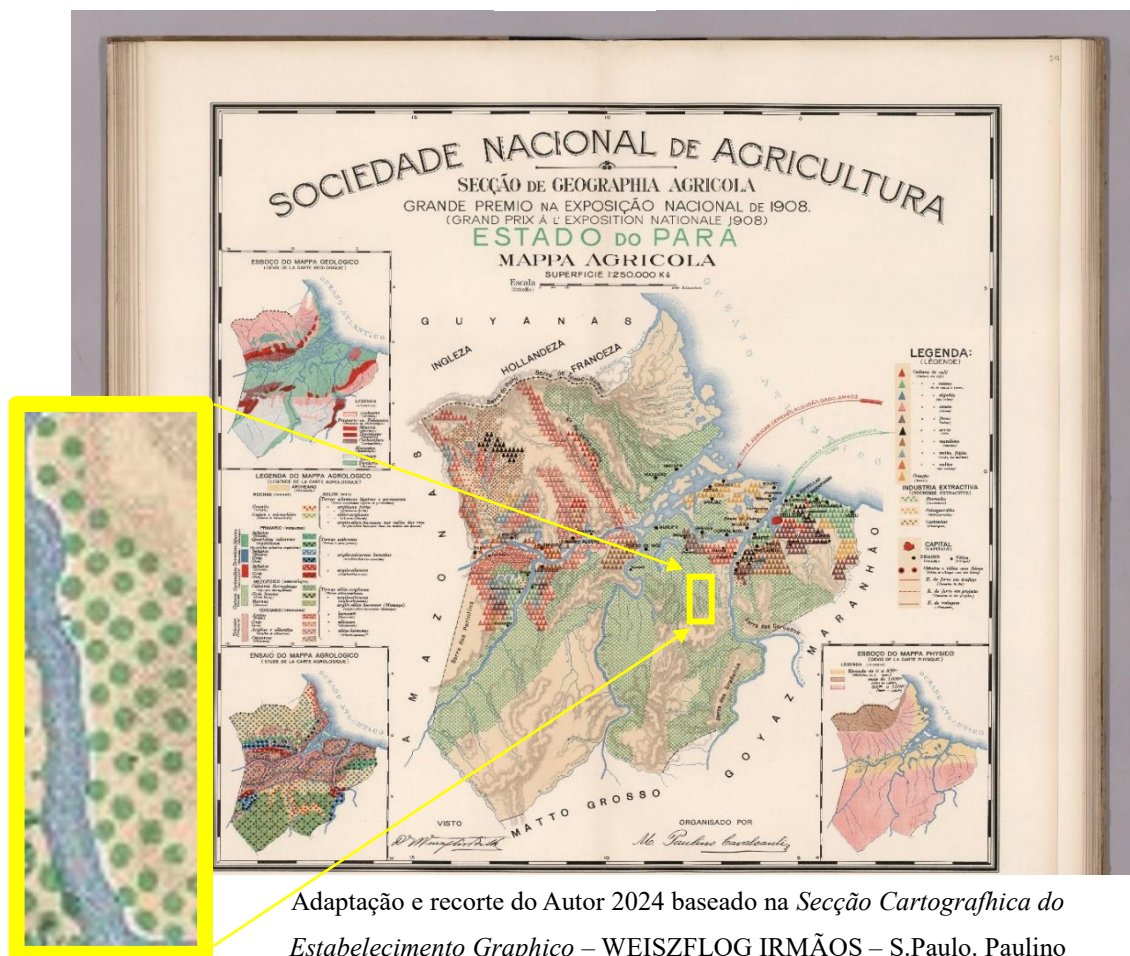
- A.** Mapa do Brasil com a margem da Hidrovia Araguaia-Tocantins
- B.** Trecho da Hidrovia em que se localiza a UHE de Tucuruí e as margens com Breu Branco.
- C.** Localização da área do Quilombo de Criolas

As maiores motivações para o “domínio e a posse” da área que envolve o entorno da comunidade se mostram nas figuras acima: Na figura **A**, vislumbra-se a totalidade e a importância da conquista do espaço pela sua grandiosidade, disposição central e acesso. Na figura **B** se percebe que o Rio Tocantins reforçado pelo Araguaia, forma um grande corredor que leva do centro do Brasil para o oceano. Na figura **C** fica visível que o trecho do rio em que há maior abertura, largura e profundidade (inclusive com poucas pedras no leito) é exatamente o que fica em frente ao Quilombo de Criolas. Nesse exato trecho as empreiteiras pretendem construir a zona portuária

da hidrovia pois, uma localidade com essas configurações, facilitaria o atracadouro de embarcações.

Porém, todo esse planejamento capitalista não propôs uma consulta livre, prévia e esclarecida na comunidade, nem tão pouco se investiu em pesquisas arqueológicas para se evitar o apagamento definitivo das memórias e da cultura ancestral dessa região. A partir do século XVIII, observa-se também a influência da cultura e do manejo agrícola nesse fluxo de transporte hidroviário pelo rio, como visto no mapas em seguida:

Imagem 11



A imagem anterior revela o Mapa Agrícola, criado em 1908 por Paulino Cavalcanti, premiado no *Grand Prix Á L'Exposition Nationale* na secção de Geografia Agrícola da Sociedade Nacional de Agricultura, mostrando o Estado do Pará, sua área topográfica, seus limítrofes, aspectos físicos e Indústria Extrativista do início do século XIX. O recorte em amarelo representa a espacialidade do entorno da área da comunidade

das criolas, revelando que os pontos em cor verde mostram a área como grande produtora de cana-de-açúcar, mandioca e castanheiras, até o final do séc XVIII.

Importante analisar que mesmo interpretando dados de produção extrativista, distâncias ou dados geotécnicos, não se pode apartar o conceito natural do social e o social do histórico. A questão da Geolocalização do espaço da comunidade implica diretamente em suas questões que perpassam tanto o aspecto natural, que envolve o meio-ambiente, de temporalidade, quanto suas questões sociais, onde traços de modelos de antropizações geográficas se fundem.

2.2. Geomorfologia: Antropossolo, Vegetação, Relevo e Hidrografia

Segundo a dissertação defendida por Sousa (2007) com o título “Caracterização e classificação de solos antropogênicos dos municípios de Barcarena e Breu Branco, Estado do Pará - Belém, 2007”, os solos da Amazônia foram afetados pelo homem nas tramas do tempo. Ainda segundo a pesquisadora, esses solos, com horizonte de cor escura com alto teor de fósforo e cálcio, foram formados por culturas antigas e são conhecidas como Terra Preta Arqueológica - TPA em sítios arqueológicos. Eles são conhecidos como solos antropogênicos (KERN, 1996, pág 285).

Em sua dissertação a pesquisadora afirma que a Terra Preta Arqueológica (TPA) é uma categoria de solo encontrada na Amazônia e que foi formada pela influência antrópica em períodos pré-históricos. Possui um alto teor de matéria orgânica e nutrientes vitais para as plantas, o que o torna extremamente fértil. Ao contrário da maioria dos solos encontrados nesta área, esses tipos de solos parecem não perder seus componentes químicos mesmo em condições de floresta tropical, como percebido na imagem em seguida:

Imagem 12



Autor, 2025 – Quilombo das Criolas

As implicações para sustentabilidade do solo no espaço geográfico e no tempo são pautadas em soluções que resolvam problemas da agricultura moderna com o uso de solos antropogênicos como referência para práticas agrícolas mais sustentáveis. O restauro ecológico pode adicionar técnicas tradicionais em programas de restauração de áreas degradadas. Desta forma, consegue-se propor temas para o desenvolvimento de legislações voltadas para o manejo sustentável e conservação dos solos, valorizando-os como registro de ocupação humana através dos séculos e patrimônio.

Há uma relação sobre a conceitualização de algumas tipologias pedológicas que serão agrupadas para melhor explanação. Mas neste momento, o principal ponto de discussão foi a percepção da importância de como a comunidade se torna protetora não só do meio e do ambiente, mas também do patrimônio cultural. Isso revela o protagonismo dos habitantes da área da comunidade ao longo dos séculos até a atualidade.

Essa interligação da geomorfologia, geologia, clima e o solo estão diretamente interligados com a questão sociobiocultural, criando um tracejo etnoeducacional. A comunidade modifica o ambiente onde vive e o transforma. Ela cria diretamente novos espaços e modifica as paisagens, interferindo no manejo da Floresta. A forma como o Quilombo das Criolas cria mecanismos de proteção à floresta são evidenciadas. Então, todas as relações entre as materialidades e a sobrevivência cultural estão interligadas com as questões naturais. As relações de manejo acabam modificando esse ambiente e adequando a necessidade das comunidades nesse tempo e espaço, criando assim um excelente ambiente agroflorestal.

Ainda assim, percebeu-se que parte das pesquisas estudadas, mostram que os solos de Breu Branco apresentam características de Argissolos Amarelos, Argissolos Vermelho-Amarelos distrófico, Latossolos Amarelos, de textura média/argilosa, Neossolos Litólicos, e Latossolo Vermelho-Amarelos, textura média e argilosa, aparecendo, também Gleissolos (SEICOM, 2004). Foram identificadas estruturas de Antropossolos¹¹, o que perfeitamente muito se adequou aos dados desta pesquisa.

11 O homem tem provocado profundas modificações no ambiente, gerando volumes pedológicos com características distintas dos solos naturais. Esses volumes possuem atributos muito diferenciados, em função da natureza diversa de seus constituintes, técnicas de composição e tempo de formação, imprimindo, no tocante às formas de uso, potencialidades e fragilidades bastante variáveis. CURCIO, G. R.; LIMA, V. C.; GIAROLA, N. F. B. - Antropossolos: proposta de ordem (1ª aproximação), EMBRAPA florestas, 2004

Propõem-se, em uma melhor discussão, pareceres básicos que demonstram as tipologias de solo citadas em uma tabela, a seguir:

Tabela 01

Tipo de Solo	Descrição	Características Principais	Distribuição e Uso
Argissolos	Solos com horizonte B textural, caracterizado pelo acúmulo de argila nas camadas mais profundas (argiluviação).	- Baixa a moderada fertilidade - Alta acidez - Drenagem moderada a ruim - Presença de alumínio em algumas áreas	- Comuns no Brasil, especialmente no Sudeste, Sul e Centro-Oeste, pouco encontrado na região norte. - Usados para culturas como café, milho, eucalipto
Latossolos	Solos profundamente intemperizados, muito comuns em áreas tropicais, com uma estrutura granular e bem drenada.	- Alta profundidade - Boa drenagem - Alta porosidade - Baixa fertilidade natural, mas responde bem à adubação	- Predominam no Brasil Central e Amazônia - Usados para cultivo de soja, milho, pastagem e reflorestamento
Neossolos Litólicos	Solos jovens, pouco desenvolvidos, encontrados em áreas de relevo acidentado, com pouca profundidade.	- Pouca profundidade - Presença de rochas próximas à superfície - Alta drenagem	- Áreas de relevo montanhoso e pedregoso - Limitados para uso agrícola devido à baixa profundidade
Latossolos Vermelho-Amarelos	Subgrupo de latossolos, com cores variando do vermelho ao amarelo, indicando variações de óxidos de ferro e drenagem.	- Boa drenagem - Baixa fertilidade natural, mas responde bem a correções - Alta profundidade	- Comuns em áreas tropicais e subtropicais - Usados para cultivo de culturas perenes e anuais
Gleissolos	Solos que apresentam saturação hídrica frequente, geralmente associados a áreas mal drenadas ou com lençol freático elevado.	- Saturação por água - Presença de matéria orgânica mal decomposta - Mau arejamento	- Áreas pantanosas ou próximas a rios e várzeas - Usados para arroz irrigado ou mantidos como áreas úmidas
Antropossolos	Solos que foram significativamente modificados por atividades humanas, como aterros, terraplanagem, ou uso intenso agrícola com adição de insumos.	- Modificações humanas - Características variáveis de acordo com o manejo - Fertilidade controlada pelo uso	- Áreas urbanas ou de agricultura intensiva - Comuns em áreas de ocupação humana, agricultura intensiva

Autor 2024, com fragmentos de argumentos textuais retirados de
<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/alice/handle/doc/1112549>

Os solos antropogênicos, como a Terra Preta de Índio, são formados a partir da modificação das características originais do solo pela ação humana, especialmente na região amazônica. Esses solos são notáveis pela sua coloração escura e pela alta concentração de nutrientes, resultando em uma maior fertilidade em comparação aos solos naturais.

Vegetação

A cobertura vegetal original do município de Breu Branco era constituída de florestas tropicais úmidas, com subtipos de floresta aberta latifoliada, densa de platô, densa de terraços e floresta submontana. Em vários trechos a floresta primitiva foi derrubada para comercialização da madeira e posteriormente queimada para limpeza do terreno com finalidade de formação de pastagens ao forrageamento¹² animal na pecuária de corte e para o cultivo de subsistência, ensejando neste caso, o aparecimento de floresta secundária (capoeiras) em diferentes estágios de regeneração (SEICOM, 2004).

Sobre a condição do desmatamento, assunto importante, recorrente e discutível para a pesquisa, elucidando a discussão, coloca-se quatro possíveis contraposições conceituais que se agrupam nos conhecimentos do senso comum, mas que são perfeitamente distintas. Para tanto, pedagogicamente, fundamenta-se como Educação e Conscientização, Planejamento Territorial, Incentivos à Preservação e Parcerias entre Comunidades e Governos.

É urgente que se promovam políticas públicas e medidas de mitigação com a criação de mais áreas protegidas e a implementação de novas unidades de conservação que envolvam a comunidade das Criolas, refazendo os meios políticos para incentivos à agricultura etnossustentável e a promoção de técnicas agrícolas tradicionais.

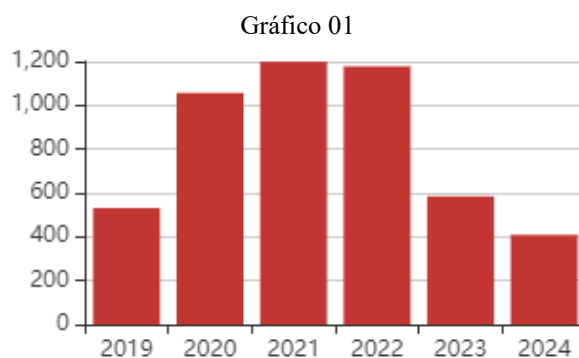
Visibilizando a mitigação de áreas protegidas, vimos que o desmatamento associado ao avanço da agricultura predatória, pecuária e a urbanização, não apenas compromete a sociobiodiversidade, mas também ameaça à integridade de sítios arqueológicos e áreas de importância etnopatrimonial na comunidade. A preservação da cultura material e das tradições locais ficam comprometidas e correm o risco de desaparecerem completamente.

¹² Prática de manejo cultural muito encontrado ao redor da comunidade. Nas vias de acesso ao quilombo geolocalizados nos trechos na introdução deste projeto, percebem-se os maiores problemas dessa prática e que estão afetando diretamente às áreas que entornam a Vila e descumprem o acordo da convenção 169 da OIT(Organização Internacional do Trabalho): superpastejo, degradação e erosão do solo, compactação e pisoteio que diminuem a capacidade de absorção de água e prejudica o crescimento das primeiras vegetações, redução da biodiversidade, desertificação, emissão de gases de efeito estufa, perda de hábitat, contaminação de lençol freático e redução de qualidade do solo com aumento de calor.

Portanto, é essencial desenvolver abordagens que integrem a conservação ambiental com a proteção do patrimônio cultural, equilibrando práticas de agricultura, preditas acima e elencadas em seguida:

- **Educação e Conscientização** - Promoção de campanhas de conscientização sobre a importância da preservação do patrimônio cultural e ambiental, ajudando a formar que valorizem tanto a natureza quanto a natureza da cultura.
- **Planejamento Territorial** - Implementar um planejamento territorial que considere a localização de sítios arqueológicos e áreas de valor etnopatrimonial criando Mapas de risco e zonas de proteção.
- **Incentivos à Preservação** - Oferecer incentivos econômicos para práticas de uso sustentável da terra, incentivando a criação de fomentos governamentais e programas que recompensem a conservação de áreas florestais e a manutenção de tradições culturais.
- **Parcerias entre Comunidades e Governos** - Estabelecer parcerias entre comunidades locais, ONGs, Universidades, centros de pesquisas, coletivos e governos com o objetivo de facilitar a implementação de projetos que visem a preservação do patrimônio cultural e a proteção ambiental.

A falta de fiscalização e multas dificultam a efetivação das propostas, agravadas pela redução da vigilância de atividades criminosas. Entre 2018 e 2022, o governo federal impediu a contratação de fiscais do IBAMA e ICMBIO, resultando no desmonte institucional, no aumento das queimadas no entorno do Quilombo e no crescimento do desmatamento ilegal no município. A gestão daquela governança deixou um legado de incentivo ao desmatamento em Breu Branco, colocando o município entre os mais afetados entre 2020 e 2022, como evidenciado na imagem abaixo:

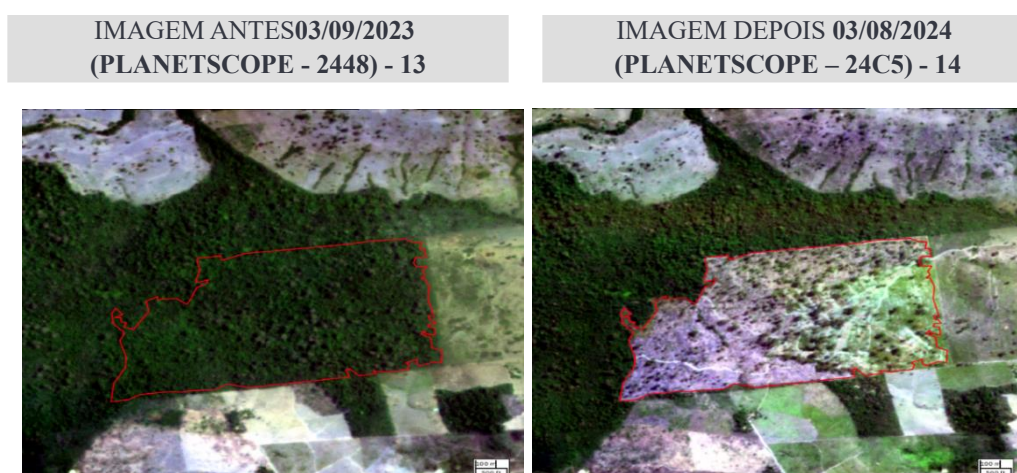


Do Autor 2024 – Exportação de dados do QGIS, Terrabrisilis e MapBiomias

De acordo com o MapBiomas, Breu Branco foi o município que mais desmatou no Pará entre 2020 e 2022. Cerca de 90% do desmatamento está ligado ao uso irregular de terra para pecuária, agronegócio, plantio de soja e milho, além da construção de estradas. A destruição de centenas de quilômetros é visível nas proximidades

O desmatamento que ocorre nas proximidades do Quilombo é visível até de Tucuruí. Sua expansão reflete a falta de iniciativas de conservação ambiental, proteção e pesquisas arqueológicas. Segundo Rodrigues (2018), “a destruição de florestas na Amazônia tem impacto direto sobre o patrimônio cultural, cujas práticas preventivas ainda são incipientes no Brasil”. A arqueologia preventiva, conforme propõe Funari (2019), tem como objetivo identificar e proteger sítios destruídos antes que sejam impactados por atividades humanas ou processos naturais, sendo uma prática que pode ser fortalecida pela educação etnopatrimonial.

Uma amostragem dessa afirmação, no mesmo *Mapbiomas*, mostra como foram abstraídos *clusters*¹³ iconográficos e imagéticos em redor da área da Comunidade das Criolas para fundamentar a hipótese postulada, foi acessado satélites de monitoramento, tal como demonstrado abaixo na figura 13 comparando com a na figura 14 ao lado:



Autor, 2024 – imagem retirada do acesso ao satélite *PlanetScope* pelo portal *Mapbiomas* com resultados de clusterização de intervalo de 11 meses.

¹³ Técnica de análise de dados que agrupa objetos ou dados em subconjuntos (*clusters*) de acordo com suas similaridades. O objetivo principal é maximizar a homogeneidade dentro de cada grupo e a heterogeneidade entre os diferentes grupos. Em outras palavras, os itens em um cluster são mais semelhantes entre si do que em relação aos itens de outros *clusters*.

Na história do desmatamento geral brasileiro, cinquenta por cento da flora original que desapareceu entre 1985 e 2023 está localizada na Amazônia, uma das principais influências climáticas do continente. Dados atualizados do mesmo MapBiomas revelam que, até 1985, o Brasil havia perdido 20% de suas áreas naturais. Entre 1985 e 2023, essa perda aumentou em 13%, atingindo um total de 110 milhões de hectares. Em 2023, a destruição chegou a 33% do território, um número impressionante que representa um terço de tudo que foi alterado desde a colonização Europeia.

As áreas naturais incluem vegetação nativa, corpos d'água e regiões sem cobertura vegetal, como praias e dunas. Na Amazônia, a perda foi de aproximadamente 27,5 milhões de hectares (MAPBIOMAS). No município de Breu Branco, a indústria madeireira foi destruidora. Atualmente, no entorno da comunidade, vislumbra-se o ego da indústria do agro prosseguindo já às sombras das áreas de mata da comunidade. No entanto, 50% da área da comunidade foi restituída a partir das atitudes dos povos tradicionais que se mantiveram resilientes e (r)existindo às pressões.

Ainda de acordo com as leituras obtidas no mesmo portal, a extensão e a velocidade das mudanças na cobertura e no uso da terra são fatores que aumentam o risco climático no Brasil – tema central do Seminário Anual de lançamento da Coleção 9 de mapas anuais de cobertura e uso da terra do mesmo portal, que ocorreu em Brasília na quarta-feira, 21 de agosto de 2024, com a presença da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Percebeu-se que as mudanças no clima influenciam diretamente as migrações populacionais tanto humana além da fauna nessas áreas da comunidade quando afetadas pelas fortes chuvas ou mesmo pelo intenso calor.

Além de atualizar os dados até 2023 para as 29 classes mapeadas, a Coleção 9 trouxe um mapeamento inédito, ainda em versão beta, dos recifes de corais localizados em águas rasas ao longo da costa brasileira. Outra inovação será o balanço de ganho e perda de vegetação nativa nos municípios a partir de 2008, ano em que foi criado o Fundo Amazônia e também instituído o Decreto nº 6.514, que reforçou a aplicação do Código Florestal, estabelecendo multas para o descumprimento de suas regras.

A comunidade, representada pela Associação de Remanescentes de Quilombo da Vila das Criolas – ARQVC, pela influência e intervenção desta pesquisa sobre a sensibilidade de se discutir o tema, enviou um projeto com intuito de financiamento

financeiro para projetos de etnosustentabilidade, manejo e economia verde para o FUNBIO – Fundo Brasileiro para a Biodiversidade e como resultado, está em processo de apreciação e consolidação em edital. O tema em discussão do qual participa a comunidade se refere a degradação dos ecossistemas naturais devido ao desmatamento, que tem impacto significativo no equilíbrio climático, promovendo atividades sobre economia circular, economia verde e etnoturismo.

Ainda sobre o mesmo edital, a comunidade mantém a discussão sobre essas questões do manejo sustentável de suas áreas, proteção de bens arqueológicos e a preservação do patrimônio natural e cultural. Foi entendido nessas reuniões que a preservação da vegetação nativa é o fator essencial para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e para garantir a sóciobiodiversidade da comunidade, assim como se afirmam Silva (2010), Santos (2015), Oliveira (2018). Para Azevedo (2024), a variável para as crises climáticas se fundamenta pela perda da vegetação, como explica a seguir:

A perda da vegetação nativa nos biomas brasileiros tende a impactar negativamente a dinâmica do clima regional e diminui o efeito protetor durante eventos climáticos extremos. Em síntese, representa aumento dos riscos climáticos. Uma parte significativa dos municípios brasileiros ainda perde vegetação nativa; mas, por outro lado, os últimos quase 1/3 dos municípios brasileiros estão recuperando áreas de vegetação nativa”. MapBiomas, coleção 09, TASSO, Azevedo, <https://brasil.mapbiomas.org/2024/08/21/em-2023-a-perda-de-areas-naturais-no-brasil-atinge-a-marca-historica-de-33-do-territorio/>; acessado em 30 de setembro de 2024.

Relevo

O relevo da área do território do município de Breu Branco e uma grande parte da comunidade é definido por áreas desmembradas de pequenas colinas e planaltos nivelados, planícies pediplanadas em formações rochosas sedimentares conhecidas como tabuleiros, bordas erodidas e as saliências da Serra do Trocará, que geologicamente corresponde à Depressão Periférica do Sul do Pará. Altitudes em Breu Branco variam moderadamente; as altitudes mais altas são de 174m e as mais baixas são de 14m (SEICOM, 2004).

Hidrografia

Em se tratando de navegabilidade, conforme previamente dito, a conquista exploratória do Rio Tocantis foi um sonho realizado, não para os quilombolas ou para os

indígenas, mas os ‘marajás’ do setor empresarial e político. Os principais cursos d’água encontrados em Breu Branco são os rios Tocantins e o Moju. O Tocantins apresenta como principais afluentes no Município de Breu Branco os igarapés Grande, Moru, Jacundá e Aratera. Os principais afluentes do rio Moju são os igarapés Mojuzinho, Grotão do Sabino, Terê e o Igarapé Pitinga ou Repartimento (SEICOM, 2004).

As mudanças hidrológicas do circuito da UHT e o nível pluviométrico alteram os cenários das moradias da comunidade, cujos moradores precisam se adequar imediatamente, enfrentando sazonalidades que fogem das suas resoluções. Essas cheias modificam os cenários ambientais ao redor e dentro da área do quilombo, tornando-se comum a dispersão de artefatos arqueológicos e históricos empurrados pela enxurrada d’água e que aparecem ocasionalmente em áreas alagadas ou até nos leitos dos rios quando estes secam.¹⁴

Em diálogo com os moradores mais antigos, verificou-se que às maresias (marolas, como são conhecidas) provocadas pela passagem de médias embarcações usadas para o transporte de pessoas, produzem fortes erosões na enseada frontal da vila, provocando desbarrancamento e assoreamento de terras, conforme visto anteriormente na figura 08. Assim como tais embarcações que fazem o traslado de passageiros pelo rio Tocantins para os municípios de Baião, Mocajuba e Cametá, o uso irresponsável de motos aquáticas e lanchas em alta velocidade, produzem constantemente o mesmo efeito. Esses efeitos afetam diretamente as materialidades que estão sendo encontradas às margens do rio e nas encostas de frente da vila quilombola.¹⁵

O cenário de frente da comunidade denuncia a muito tempo a falta de uma fiscalização mais rigorosa pelos órgãos competentes dessa questão, além da insegurança para quem acessa o rio ou esteja nele. Ainda assim, na parte anterior (superior) da comunidade, um pouco mais adentro, localiza-se a área dos lagos. Olhos d’água minam por toda a região da vila, porém mais comumente encontrada na região oriental, dividindo seu território com a vila do Tauá.

Nessa localização, encontram-se dois grandes lagos, onde o menor possui originalmente a distância média de 1,6 km de comprimento e o maior, quase 4,2 km. Ambos são formados por esses ‘olheiros d’água’, que com a cheia do Rio Tocantins,

¹⁴ Visualizado em: <https://www.instagram.com/tv/CZBEok3AkB8/?igsh=MWZrcmtienZkMmYwNA==>

¹⁵ Visualizado em: <https://www.instagram.com/reel/CqGbdTsJFXk/?igsh=enIzdXN4MDJjdGNk>

ganham força e vida, onde a fauna cresce e se desenvolve quase que intocável, como na imagem:

Figura 15



Autor, 2024 com o uso do *Google Earth Engine* – Recorte da imagem do lago com a maior extensão

No percurso desta pesquisa, muitos contatos foram feitos para se estabelecer parceria em pesquisas de aquicultura e piscicultura com as instituições de ensino superior na área mostrada na figura 13, mas a maioria dos contatos se mostraram ‘desinteressados’. Talvez por não terem sido provocados por diligência documental, mostrando que ainda existem pesquisadores e gestores que despacham ‘de gabinete’ sem de fato tentarem se aproximar das comunidades.

Esta pesquisa servirá como alerta para a mobilização e para o chamamento de estudos direcionados para esse tema de manejo cultural, enquanto os fomentos de pesquisas ainda não ‘enxergam’ outras realidades debaixo dos próprios pés.

2.3 Antropização do Solo: Degradação, Causa vs Sustentabilidade

Segundo Falcão *et al*, (2001) a TP - Terra Preta, em sua pedogênese, é encontrada em uma grande variedade de países da Amazônia brasileira, como Colômbia, Equador, Guiana, Peru e Venezuela. Apresenta altas concentrações de CaO (1.810 mg kg⁻¹) e P₂O₅ (4.900 mg kg⁻¹), Sousa (2007) mostra altos teores de matéria orgânica e mais atividade biológica do que os solos adjacentes. Segundo a autora, possa ser que esses valores sejam oriundos de restos de ossos humanos e de animais. O pH neste tipo de solo varia de 5,2 a 6,4. A quantidade de P é geralmente superior a 250 mg kg⁻¹, enquanto a quantidade de Zinco e Mn é superior a 200 e 450 mg kg⁻¹.

Além disso, os artefatos nativos se integram à camada superficial do solo. Dessa forma é viável analisar a influência das atividades humanas nos solos primitivos e avaliar o efeito antropogênico¹⁶, buscando identificar sua origem e coleta de informações sobre as diferentes áreas de ocupação pré-histórica em sítios destruídos no seio da comunidade. Esse processo ocorre por meio do estudo dos elementos químicos presentes e da maneira como são distribuídos no solo.

Os Sítios nas áreas em redor e dentro do Quilombo que estão sendo devastados frequentemente por meio do desmatamento, pela enxurrada da chuva, pela jusante do rio e pela degradação dos solos provocadas pelas fazendas no entorno. Essas materialidades representam um legado de práticas culturais e ambientais passadas. Revelam a relação do indígena com a população negra que por lá se estabeleceu. O quilombo das Criolas vive em um desses espaços, tornando-se protetora e herdeira direta ou indireta dessas culturas materiais, perpetuando práticas de uso da terra que refletem o conhecimento acumulado por gerações.

Estudos em etnoarqueologia demonstram que essas comunidades mantêm um vínculo dinâmico com os elementos materiais e imateriais associados ao território, reforçando sua valorização da terra como parte de sua identidade cultural (Schmidt & Pikirayi, 2016). Colaborativamente, Lopes, *et al* (2019, pág 572) enseja a conclusão de que “Os estudos dos solos também são importantes para o entendimento paleoambiental, pois retêm microvestígios relacionados à vegetação, os quais devem ser interpretados a partir do levantamento da vegetação que caracteriza os processos de diferenciação natural ou antrópica da paisagem, por meio da sua ligação com os tipos de solo e clima”

Uma análise comparativa da TPA nas áreas adjacentes e no entorno da comunidade das Criolas pode fornecer dados relevantes sobre a fertilidade natural atual em contrapartida com as outras culturas dos povos pré-históricos da Amazônia que a afetaram, com solos de alta capacidade de regeneração e produtividade agrícola

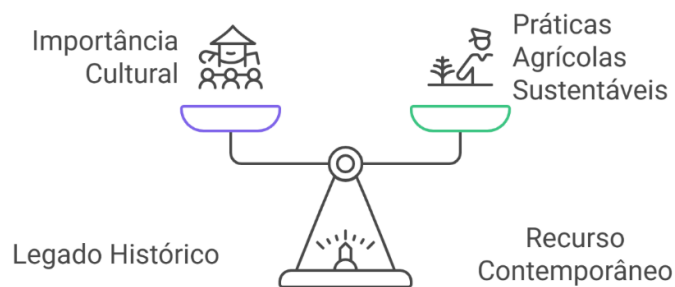
¹⁶ Formações de solos resultantes de atividades humanas, contendo resíduos culturais e orgânicos que influenciam suas propriedades físicas, químicas e biológicas. Remontam a práticas agrícolas pré-históricas e o manejo de resíduos e possuem alta capacidade de reter umidade, afetando a dinâmica hídrica e as práticas de manejo. Tendem a ser mais férteis que os solos não modificados e podem contribuir para o sequestro de carbono além mitigação das mudanças climáticas. Possuem Presença elevada de carbono, fósforo, enriquecimento de nutrientes (Ca, P, K) e resíduos inorgânicos (metais pesados).

sustentável. A análise comparativa revela que a Terra Preta não é apenas um legado das culturas pré-históricas, mas também um recurso vital para a agricultura contemporânea.

A capacidade de regeneração dos solos encontrados dentre a comunidade é um fator determinante para a sustentabilidade das práticas agrícolas da área, pois adere interação entre os conhecimentos tradicionais da comunidade quilombola e as características naturais da Terra Preta Indígena, podendo servir como modelo para outras regiões que buscam melhorar a fertilidade do solo de forma sustentável.

A relação da tipologia dos solos aqui colecionadas em descrição, revelam a dinâmica da espacialidade territorial e do fluxo de migração de seres, incluindo os humanos e os outros animais. Essa revelação promove, nessa área quilombola, um grande interesse do latifundiário privado e de políticos sobre a territorialidade, onde uma parte valoriza e preserva, enquanto a outra enxerga o valor, porém destrói. Um adequado resultado em que se baseia esse ensaio seria o equilíbrio entre as práticas sustentáveis atuais com os relevantes valores da cultura tradicional, conforme a ilustração:

Imagem 16



Equilibrando Valor Histórico e Prático da Terra Preta

Autor, 2024 com o uso do *Napkins*

Desta forma, conclui-se que as perspectivas da interdisciplinaridade científica produzem uma integração de estudos de solos antropogênicos entre a arqueologia, ecologia, etnoeducação ambiental, tecnologias digitais, antropologia, história e agronomia, sendo ainda identificadas novas áreas de estudos de caso e uma maior necessidade conscientização sobre a importância dos solos antropogênicos.

Objetivamente, sabe-se que no Brasil se criou a cultura de 'plantar bois'. Essa fundamentação está evidente nos dados e números do mercado onde existe uma

propositiva de leis baseadas na oferta do consumo desses insumos e produtos desta categoria. Percebendo estas duas afirmações, da ‘plantação’ e no modelo mercadológico do consumo, vimos o aumento exponencial do setor pecuarista e do modelo de produção deste setor do agronegócio no Brasil.

Percebem-se danos reais, estruturais, patrimoniais (culturais e naturais) nas áreas do entorno do Quilombo provocado pelo ensejo do agronegócio que degrada o meio e o ambiente. Para isso, fundamento o que diz Nepstad *et al.* (2008), onde argumentam que:

A expansão da pecuária na Amazônia brasileira é uma das principais causas do desmatamento, resultando na conversão de grandes áreas de floresta tropical em pastagens. (Nepstad, D. et al. 2008. O Fim do Desmatamento no Ciência Amazônica Brasileira, 326(5958), 1350-1351).

A literatura acadêmica discute extensamente a relação entre pecuária e desmatamento no Brasil, enfatizando a expansão agropecuária e a gestão ambiental na Amazônia. Destaca-se a necessidade de estratégias integradas para garantir a resiliência dos quilombos em detrimento a esses conceitos e, para isso, Fearnside (2005) observa que "uma pecuária extensiva é incentivada por políticas de crédito e infraestrutura que facilitam a ocupação de novas áreas, gerando uma pressão contínua sobre as florestas tropicais". Essa afirmação de Fearnside se confirma na área das Criolas:

Imagem 17



Autor, 2024 – Google Maps. Aproximação do desmatamento com o lago grande

Nesta imagem está a localização do grande lago que se encontra na parte oriental da comunidade. Observando a imagem ampliada, percebeu-se a distância e a velocidade que avança o desmatamento em direção ao recurso natural. Não obstante, com essa prática notória e que contribuiu para que grileiros, posseiros e outros grandes arrendadores de terras cada dia mais se aproximassem da comunidade, colocou um paredão de

desmatamento promovido pela pecuária nas encostas do cinturão que circunda e protege a comunidade, contrapondo-se o que diz a convenção 169 da OIT.

Não há que se negar que essas congruências sobre esgotamento de recursos naturais compartilhados e “de uso de todos” no quilombo, muito se assemelha com a teoria da “tragédia dos comuns”. Esse conceito foi baseado originalmente em um ensaio escrito pelo matemático e economista *William Forster Lloyd* sobre posse comunal da terra, em aldeias medievais, embora tenha sido popularizado pelo ecologista Garrett Hardin, no ensaio "*The Tragedy of the Commons*", publicado em 1968 na revista *Science*.

A teoria defendida por Hardin fundamentou-se sobre a questão de que recursos comuns por uso compartilhado ou pela propriedade coletiva seria insustentável e que as pessoas, agindo de forma racional e egoísta, tenderiam a esgotar os recursos¹⁷. Um exemplo prático da aplicação deste ensaio na pesquisa em questão, aqui fundamento:

Imagem 18



Autor, 2024 com o uso do *Napkins*

A aplicação do ensaio da ‘tragédia dos comuns’ representaria na prática um desafio significativo para a comunidade de Criolas, mas também oferece uma oportunidade para repensar a gestão dos recursos naturais. Ao implementar estratégias

¹⁷ SANTANA, V.; FONTES, J. Elementos de gestão local: a perspectiva de Elinor Ostrom aplicada ao Parque Estadual da Ilha do Cardoso. In: ENCONTRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Vitória, 2010.

integradas e promover a participação comunitária, é possível assegurar a resiliência dos ecossistemas e a preservação das culturas locais. A sustentabilidade não é apenas uma necessidade ambiental, mas uma questão de justiça social e cultural para os quilombolas que dependem desses recursos.

2.4 DA ÁFRICA ATÉ FELIPA: HIPÓTESE DA HISTORICIDADE DAS CRIOLAS

A Comunidade Remanescente de Quilombo da Vila das Crioulas em Breu Branco, Pará, tem sua história originária remontada no período brasileiro em que os historiadores chamam de escravagista e da resistência negra no Brasil. Sua história está apoiada nos relatos, fatos, documentos e evidências de pessoas negras que foram trazidas forçosamente para trabalhar nas plantações e nos engenhos da região Amazônica.

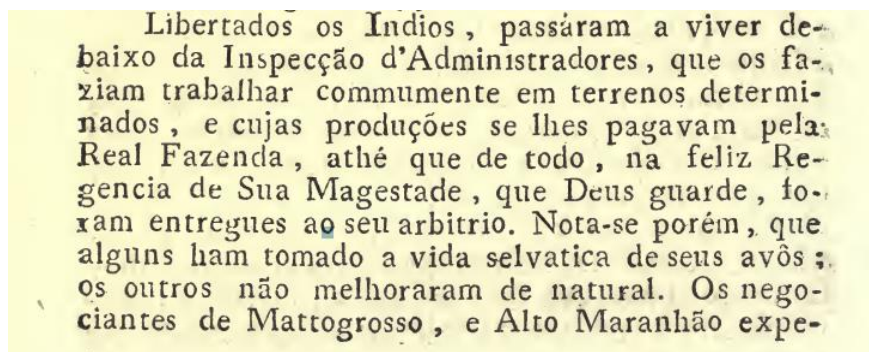
A brutalidade desta escravidão levou muitas pessoas a fugirem em busca de refúgio e, com a fuga em massa, embrenharam-se nas matas e se amocambaram diretamente nas densas florestas amazônicas, fato desta realidade, surgindo assim a iminência das comunidades tradicionais conhecidas como Comunidades de Remanescentes de Quilombos.

O Quilombo das Criolas, uma dessas comunidades, teve sua área inicialmente habitada por etnias de povos originários que estabeleceram territorialidade muitos séculos antes da chegada do homem branco na região. Esses primeiros moradores alastraram seus traços culturais sobre a área e deixaram suas contribuições evidenciais na pedologia, tornando o solo modificado e adequado às suas realidades de sobrevivência, que mais tarde, foram rebaixados ao nível de subalternos em um processo de escravização indígena.

Essa evidência de captura, escravização e (pseudo) liberdade, está previamente descrita na literatura paraense, mas comumente encontrada nos acervos da BPAV - Biblioteca Pública Arthur Vianna, nas cartografias do Padre Manoel Aires de Casal e em sua obra “COROGRAFIA BRASÍLICA OU RELAÇÃO HISTORICO-GEOGRAFICA DO R E I N O DO B R A Z I L COMPOSTA E DEDICADA A SUA MAGESTADE FIDELÍSSIMA”, informando parte de como esses primeiros habitantes foram descritos, levados desde a sua escravização até a recondução para “as terras que

lhes eram de direito”¹⁸ e mesmo após sua chamada liberdade, como assim apregoaram os europeus, descrito por Casal na imagem em seguida recortada da mesma obra:

Imagem 19



Recorte do Autor, 2024, trecho de Aires de Casal, pág. 276

O trecho acima, mostrou a forma brutal do qual os moradores nativos foram tornados escravizados, semilibertados e mesmo depois, foram-lhes permitidos trabalhar exclusivamente “apenas em áreas sob a fiscalização da coroa portuguesa” para em seguida, dados à sua própria sorte, entregues a seus “arbitrios”. Essa área descrita era ligada ao Território de Baião e se estendia até às margens atuais do que hoje se encontra a UHE de Tucuruí.

Alguns poucos indígenas conseguiram voltar as suas vidas anteriores, mas não da mesma forma, enquanto outros, foram largados à sorte, tal como se afirmou Casal (pág. 277), que descreveu que esses viviam sem conseguirem “melhorar seu natural”, com uma evidente declaração da demonstração de racismo e imposição cultural para outro sobre o que é melhor ou pior, dada essa importância de se aplicar estudos sobre etnoarqueologia¹⁹ de recessão.

A Comunidade das Criolas se estabeleceu nas terras que antes fora desses povos originários. Sua formação social originou-se de populações negras que escaparam da escravidão e que foram trazidos por seus libertadores tais como Felipa Maria Aranha (Costa da Mina, c. 1720 – Confederação do Itapocu, c. 1780) pelo leito do rio acima. Na mesma cartografia, Casal geolocaliza a área de parte das Criolas, onde leva em

¹⁸ Ao que, na verdade, surrupiaram-lhes às terras e os conduziram às piores áreas como “recompensa de seus préstimos”, levando muitos nativos, nesse caso, a procurarem o desaldeamento.

¹⁹ A etnoarqueologia é o estudo etnográfico em sociedades atuais com o objetivo de obter informações que ajudem a compreender sociedades do passado. <https://arqueologiaeprehistoria.com/>

consideração o curso do Rio Tocantins, 10 léguas acima do município de Baião (léguas náuticas britânicas²⁰), estabelecendo-se uma região onde hoje está localizado o município de Breu Branco. Este espaço territorial representou um bastião²¹ de autonomia e (r)esistência contra a opressão colonial, sabendo-se que os primeiros quilombolas da localidade desenvolveram formas próprias de organização social, econômica e cultural, preservando suas tradições e os valores africanizados mesmo debandados pela aculturação das fazendas.

Para postular uma hipótese ainda mais densa, a informação de Casal no século XVII sobre a área que hoje pertence às Criolas (e entre outras comunidades), seria chamada de Pederneiras. Essa informação conflita com as falas do que se ouve na atualidade e com o senso comum, pois atualmente, Pederneiras é o nome de outra comunidade localizada do outro lado do rio, no município de Tucuruí.

Ainda que se argumente que nos séculos anteriores toda a área era comum e não houvesse a atuação da formação político-administrativa ou geográfica de municípios, a descrição do cartógrafo coloca a comunidade citada do outro lado do rio, uma parte final do Quilombo das Criolas e a uma distância de aproximadamente seis quilômetros da localização atual. A afirmação em métricas das léguas ditas se dá ao que está escrito na cartografia do Padre Manoel Aires Casal:

Baião, pequena vila de indígenas com alguns brancos, na margem oriental do Rio Tocantins, onze léguas acima de Cametá, é abastada de peixe, e escala das canoas de Goiás. Tem uma igreja paroquial dedicada a Santo Antônio. Seus moradores cultivam cacau, arroz, mandioca, café e algodão, com diversidade de frutas e hortaliças. A sua vantajosa situação, os progressos que a agricultura pode fazer, prometem-lhe aumento considerável. Dez léguas mais arriba, na mesma margem do Tocantins, e cinco abaixo do Forte de Alcobaça, está a Aldeia da Pederneiras, habitada de índios cristãos pescadores e cultivadores dos mesmos objetos. Casal, pág 312

As informações dadas pelos moradores mais antigos que são filhos e netos dos primeiros quilombolas tanto da vila da atual Pederneiras, como o Sr. Rosa, D. Maria Antônia, como em Criolas e que chegaram nessa localidade, apontam de que havia uma

²⁰ Léguas Britânicas: através de decreto de d. Maria II, em meados do século XIX, é implantado o sistema métrico decimal adotando a nomenclatura francesa. Até então, as unidades de medidas mais usadas em Portugal e, por conseguinte, no Brasil, eram: para comprimento, a légua (6.600 m), conforme: <https://historialuso.an.gov.br/>

²¹ Bastião: Arquitetura e Engenharia - obra de fortificação constituída de um avançado para artilharia com dois flancos e duas faces ligadas às cortinas da fortaleza ou praça por dois dos seus lados; baluarte. Significado Militar - posto avançado para a defesa de um território, de um país etc. Sentido figurado - lutador em prol de uma causa (diz-se de indivíduo, instituição etc.); defensor, baluarte, conforme: <https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>

Sobre o mapa estudado, as informações sobre a localização da Vila de Pederneiras, referia-se à posição exata mostrada na imagem e relatada na cartografia de Casal. Ainda na pág 312, outros elementos se aglomeram nas informações. Segundo ele, Pederneiras é apontada como uma “aldeia”. Ainda assim, a região marcada como Alcobaça, atualmente está localizada como a área que inicia o espaço geográfico do Quilombo das Criolas.

Hipoteticamente, esse pode ser um fenômeno que alinha uma visão sobre o pensamento que, inclusive persiste até a atualidade, em comparar tribos indígenas com comunidades quilombolas devido suas relações ancestrais com a natureza, uma vez que seria uma localidade formada por um aglomerado pessoas negras formando uma “comunidade”, mantendo suas tradições e costumes. Muito provavelmente seria essa a primeira impressão do cartógrafo sobre o que ele consideraria “uma comunidade quilombola”, chamando-a de “aldeia”.

Outra questão apontada no mesmo relato, encontra-se na afirmação de “forte de Alcobaça”. Segundo a orientação dos moradores das Criolas, o relato de Casal, na verdade não aponta necessariamente para localização do forte, que era localizado na margem esquerda onde hoje é a cidade de Tucuruí, mas para a área da “Gleba Alcobaça”, na margem direita, região onde hoje se dá o início da atual área da comunidade, conforme a imagem em seguida:

Imagem 22



Autor, 2024. Marcação e recorte do pesquisador com o uso do *google maps*

Nessa localização a seta na foto à esquerda mostra a área que dá início ao território do Quilombo onde atualmente se encontra uma torre da UHE, implantada para emitir sons de alertas caso houvesse uma eventual abertura da barragem provocada por desastre.

Através desta pesquisa, e por meio às audiências públicas locais, provocou-se a instalação de outras antenas no meio da comunidade para a emissão de alertas sobre o risco de desastre da usina, como à que foi colocada adicionalmente na escola da Vila.

As provocativas não só foram argumentadas para que se criasse um plano de gestão e de educação museológica, como também que se implementasse trabalhos de arqueologia preventiva, de resgate, de recessão e de estudos antropológicos que fizessem o mapeamento adequado e o manejo das descobertas de materialidades de cunho etnopatrimonial no quilombo e na região.

Deve-se levar em consideração de que um desastre dessa magnitude provocaria não só possíveis catástrofes nas regiões que se seguem, como também ajudaria a apagar as descobertas arqueológicas e etnopatrimoniais das comunidades ligeiramente afetadas. No bojo deste trabalho, elencamos proposituras para a formulação de parques tecnológicos digitais para a coleta dos acervos, assim como a instrução para a criação de espaços de salvaguarda de culturas materiais.

Em uma visão geral, parte da historicidade da comunidade em certo momento se assemelha com a historiografia de outras que também se formaram às margens do rio Tocantins. Essas localidades surgiram a partir da fuga dos escravizados que, para facilitar a debandada e dificultar a perseguição, faziam propositalmente a subida pelas correntezas do rio em pequenos cascos de troncos de árvores sempre seguindo às margens, como se relatam os primeiros quilombolas.

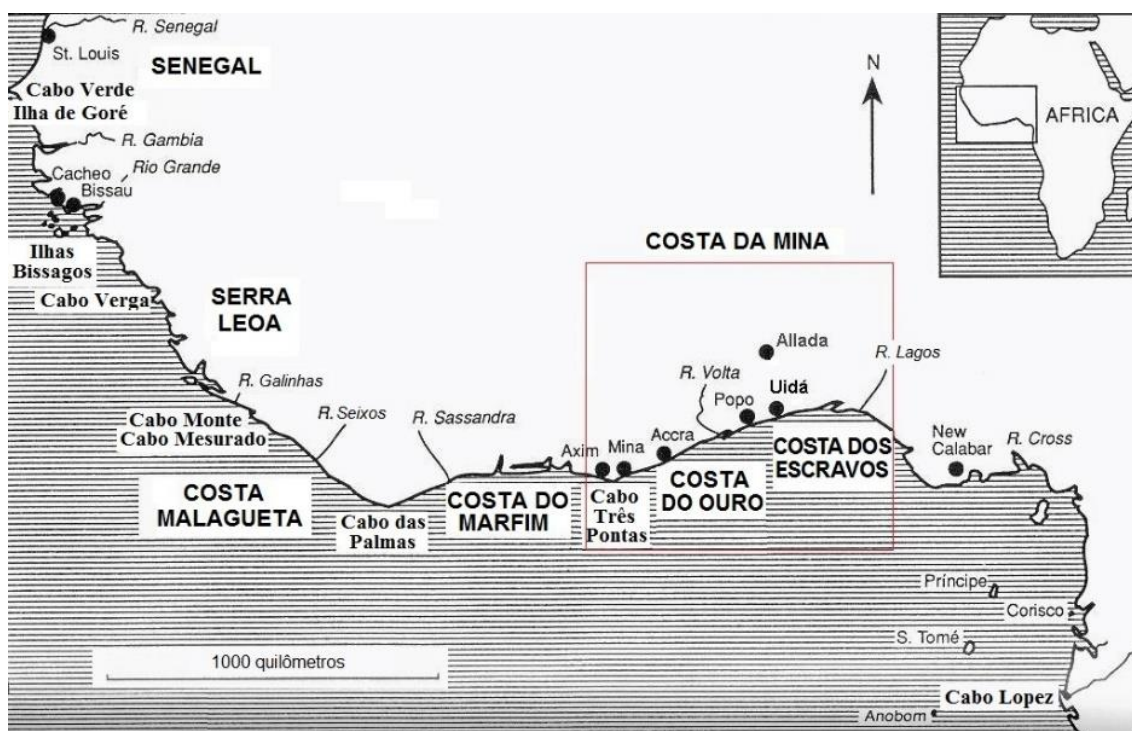
O trajeto seguido pelos libertadores dos escravos que trabalhavam nas fazendas de cana-de-açúcar, liderados por Maria Felipa Aranha, sendo esse muito supostamente seu nome, deixava-os em áreas distintas para causar dissolução e confundir nas perseguições. Felipa foi a líder quilombola ancestral mais importante da região e responsável pela criação das mais antigas comunidades quilombolas da confederação do Itapocu c.1780, do baixo e do médio Tocantins, vislumbrados nos trechos de Pinto (2012), que predisse:

Felipa Maria Aranha era a líder do quilombo Mola ou Itapocu; localidade localizada às cabeceiras do córrego Itapocu, braço do rio Tocantins, onde hoje existe o município de Cametá, no estado do Pará. Ela organizou um quilombo na segunda metade do século XVIII, composto por mais de 300 escravizados fugitivos que se auto-sustentaram por muitos anos sem serem ameaçados pelas forças legais. Acredita-se que ela tenha vindo da região da Costa da Mina, no Golfo da Guiné, onde hoje estão localizados os países Gana, Togo, Benin e Nigéria. Provavelmente nasceu entre 1720 e 1730 e foi capturada algures depois de 1740, numa das regiões mais importantes para o comércio de escravos empreendido pelos

portugueses. Vendida como escrava, foi levada para a região de Santa Maria de Belém do Grão Pará (hoje capital do estado do Pará). Foi então enviada para trabalhar em uma plantação de cana-de-açúcar na comunidade de Cametá. Pinto, Benedita Celeste de Moraes em *História, Memória e Poder Feminino em Povoados Amazônicos*, Anais Eletrônicos - Encontro Nacional de História Oral – 2012

A região citada como Costa da Mina corresponde ao golfo da Guiné na África Ocidental e que atualmente inclui partes do Benim, Togo e Gana. Esta área foi uma das principais fontes de africanos escravizados que foram enviados para as Américas, especialmente para o Brasil, com um grande número deles destinados a região Amazônica. A demonstração do mapa em seguida ajuda na compreensão da geolocalização desta região Africana da qual Felipa Aranha nasceu e onde foi capturada antes de ser forçada a vir ao Brasil conforme a imagem em seguida:

Imagem 23



Costa da Guiné no século XVII. Marcação do Autor. Fonte: adaptado de *Barbot on Guinea*

Nos séculos XV e XVI, as grandes expedições marítimas trabalharam na evolução da cartografia, buscando a perfeição na confecção de mapas. Esse avançado técnico teve influências de conhecimentos cartográficos já utilizados por africanos há milênios, como a navegação pelo Rio Nilo para fins comerciais, que também contribuíram para o desenvolvimento das ciências contábeis e mercantis.

A evolução da cartografia não se limitou a expedições, pois, com o reconhecimento de seu poder, os mapas passaram a ter diversos usos, incluindo o

comércio, impulsionado pelo capitalismo emergente. Embora não haja registros do uso de mapas pelos primeiros fugitivos que originaram a comunidade das Criolas, desde os primórdios dos “descobrimentos”, eles já eram mercantilizados. Esse sistema contribuiu para localização das áreas quilombolas, da recaptura dos negros e pela destruição das condições etnopatrimoniais de povos indígenas na amazônica e de tribos africanas.

O grande avanço da cartografia expedicionária e exploratória se deu centrado na Europa e estava relacionado com o Renascimento (séculos XIV e XVI) época essa na qual começaram a surgir as relações capitalistas que dizimaram culturas pré-diaspóricas que existiam na região eurodenominada como Costa da Mina²², possível local de nascimento de Felipa.

Nessas alturas, as áreas eram identificadas como províncias e que mais adiante viriam se tornar o atual estado do Pará, assim predisse o cartógrafo relatando que “confina ao norte com o oceano, e rio Maranhão ou Amazona, que a separa da Guyanna; ao poente tem o rio Madeira; ao sul as províncias de Goyazes, e Maitogrosso; ao oriente a do Maranhão. Jaz entre a Linha Equinocial e o paralelo de sete graus de latitude austral, com duzentas e cinquenta léguas de comprimento Leste Oeste, ' e pouco menos de cento e vinte na maior largura” (Casal, pág 277).

Ainda segundo Casal, a chegada do Africano e o tráfico negreiro nessas regiões onde hoje se localiza atualmente os quilombos do médio e do baixo Tocantins, provocou a introdução forçosa de uma língua geral para que fosse falada por todos nessa área da província:

A Lingua Portuguesa começou a ser geral aqui no anno de mil setecentos cincoenta e cinco, com a introdução dos Negros, liberdade dos índios, e creação da Companhia: até então todos fallavam Tapinambá. Nem os Oradores uzavam d' outro idioma no Púlpito. Casal, pág 277.

²² Os termos Costa da Mina e Guiné por vezes se confundem, tendo não raro o mesmo significado em um único documento. Define uma região da África Ocidental localizada no golfo da Guiné, onde atualmente se encontra o Benim (antigo Daomé), Togo e parte de Gana. A sociedade que ali floresceu a partir do século IV encontrou seu auge em torno dos séculos IX e X da chamada era cristã, pelos historiadores, com a exploração do ouro, que existia em abundância. Com o tempo, a região ficaria conhecida pelos portugueses como Costa do Ouro. Em 1470, navegadores lusos alcançam a região, estabelecendo a exploração do comércio de ouro. Em 1482, a coroa portuguesa consegue construir o Castelo de São Jorge, através de uma concessão do líder local, para garantir o tráfico de escravos da região e impedir quaisquer avanços dos reinos espanhóis. O termo "mina" era largamente usado como denominação genérica para designar a etnia dos escravizados africanos ou descendentes no continente americano que vinham da região, muito embora muitos dos embarcados nesta região viessem de outras áreas mais ao interior do continente africano, portanto, de origem diversa. <https://historialuso.an.gov.br/glossario/index.php/verbetes/14-verbetes-iniciados-em-c/938-costa-da-mina>

Em 1637, conhecida como a Batalha da mina²³, os holandeses tomaram o Castelo de São Jorge da Mina e restringiram o comércio escravagista para navios portugueses a quatro portos na “Costa dos Escravos”, na região que hoje é o Benim. Assim, o nome Costa da Mina passou a englobar também essa área. No século XVII, a demanda por um processo de escravização na América aumentou, mas foi no século XVIII que o ciclo da Mina se consolidou, resultando na captura de cerca de 350 mil pessoas enviadas para colônias portuguesas, incluindo possivelmente Felipa.

Esses indivíduos eram trocados pelo fumo, que era considerado de qualidade inferior em Portugal, mas ainda era valorizado na África, num sistema de escambo²⁴ que, frequentemente, ignorava o comércio triangular organizado pela metrópole. A origem da Vila Quilombola das Crioulas está ligada a esse período de intensa exploração de látex e madeira na Amazônia, cuja a mão de obra foi imputada a pessoas que se insurgiram à opressão imperial embrenhando-se nas florestas e nos rios como resistência contra-colonialista. No Pará, fazendas de produção e exploração de borracha e madeira utilizaram mão de obra escravizada, mas muitos resistiram e se insurgiram para formar quilombos, como aconteceu à Vila das Crioulas.

O quilombo que inicialmente recebeu o nome de “ilha das Criadas” e nos mapas antigos como “Creolinhas” relatado por seus antigos quilombolas, possivelmente uma referência das primeiras moradoras que estiveram em uma pequena ilha que se localiza em frente à vila deslocada apenas por um fio do rio. Segundo os relatos colhidos na etnografia e no trabalho de cartografia social realizado na comunidade, “Criadas ou Creolinhas” era o nome como eram conhecidas as mulheres que se estabeleceram por ali, aquilombaram-se e que inicialmente desenvolveram formas próprias de organização social, econômica e cultural, mantendo as tradições ancestrais e valores mesmo diante das pressões externas.

Originalmente através desses saberes das “Criadas”, a comunidade que se formou em seguida, criou uma estratégia de sobrevivência baseada na agricultura, pesca, caça e coleta na floresta, além de estabelecer relações comerciais com outras comunidades e povos indígenas que por ali estavam. Ainda assim a Vila Quilombola das Crioulas

²³ https://historialuso.an.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3037:ataques-holandeses&catid=2031&Itemid=215.

²⁴ Substantivo masculino, qualquer permuta “de mercadorias”, como também eram chamados os escravizados, ou serviços sem fazer uso de moeda. ETIM(sXIII) prov. por escâmbio . es- + câmbio, latim.

enfrentou desafios como a perseguição das autoridades pós-coloniais, pressão pela expansão das atividades econômicas vindas de fora e a pressão sobre a preservação de sua identidade cultural frente às influências externas.

Houveram esforços internos de reconhecimento e de valorização da sua importância histórica e cultural, mas ao custo de assalto das áreas. Nesse sentido, os rios, ao lado das terras, tornaram-se os principais objetos para as políticas de corte nacional-desenvolvimentista, de colonização e de extrativismo para a região amazônica durante a ditadura militar (1964-1985) agora endossada, promovida e alimentada pelo atual neocapitalismo.

Atualmente, há aproximadamente 110 casas na comunidade, sendo que algumas são usadas apenas casualmente, pois grande parte dos habitantes exerce atividades laborais fora do local, retornando apenas nos fins de semana ou durante as férias. As principais fontes de renda incluem a pesca, a comercialização de banana, semente de cacau, a reciclagem de coco, a macaxeira, o açaí e a pimenta-do-reino. Sobre a pesca, o rio Tocantins, além de ser uma referência territorial, também representa um espaço fluvial historicamente marcado por conflitos políticos desde a colonização.

Trata-se de uma fronteira associada à guerra e à barbárie na qual a violência prefigura uma espécie de necessidade, legitimadora do avanço dos colonizadores para a conquista e a civilização dos povos originários. Ainda assim, irmãos indígenas da etnia Tembê consideram uma parte da localidade como sua melhor área para viverem e mesmo tendo habitações na aldeia trocará Assurini, do outro lado do rio, em Tucuruí, mas também preferem conviver dentro da área quilombola das Criolas, como visto na imagem:

Imagem 24



Autor, 2024 - Casas de moradias dos Tembê na área das Criolas

Nesse sentido, o rio Tocantins pode ser entendido, historicamente, como essa região de fronteira biofísica e política em que os colonizadores do passado e da atualidade, os agentes do Estado e a classe dominante atual, reproduzem e impõem suas hierarquias, seus sistemas de poder e as suas lógicas institucionais para a constituição e o estabelecimento de um tipo de sociedade em detrimento de outra. Apesar disso, inevitavelmente, a fronteira do rio é o espaço de múltiplos agenciamentos e de relações complexas envolvendo diferentes sujeitos.

Disputas por domínio político e regional ao se referir ao rio, impactam diretamente a estabilidade da região. A pesquisa adiciona a tese sobre a espacialidade dessa fronteira biofísica da água como um bem “comum”, levando em conta o rio Tocantins desde o período da ditadura militar brasileira, perpassando o tempo da construção da Usina Hidrelétrica de Tucuruí até a atualidade. A reflexão baseia-se nas condições materiais e políticas da época, permitindo compreender as transformações históricas, ambientais e socioculturais do rio a partir do final dos anos 1970.

O trabalho cartográfico e etnográfico apresentado textualmente nas conclusões da pesquisa, ajudaram a entender a autoafirmação territorial da comunidade, com base nos costumes e hábitos de sua população. A proposta até aqui resulta em levantamentos de informações sobre a origem a comunidade até suas configurações territoriais atuais, através de uma representação cartográfica e social, elaborada colaborativamente entre moradores e pesquisador, evidenciado na pesquisa de campo, vista na imagem abaixo:

Imagem 25



Ana Luiza, 2024 – Trabalho de campo. À esquerda, Sr. Idamor e a direita o Sr Carlos

O quilombo desempenha papel significativo na organização territorial da região e se destaca como um importante atrativo turístico. O etnoturismo nesse espaço possui influências nos aspectos culturais transmitidos pelos antepassados dos moradores, que possivelmente orientaram a escolha do local para estabelecer a comunidade. A abundância de recursos naturais e o contexto histórico regional também podem ter sido fatores determinantes para a fixação inicial da população e a construção de características.

São regras, relações de poder e relações econômicas, a exemplo, pode-se citar, a saída de suas terras de origem devido às diferenças ideológicas, tradicionais e temporais. A comunidade detém descendência Indígena, quilombola e ribeirinha, ou seja, esses grupos se deslocaram em busca de um referido local, conforme o modo de vida de cada pertencimento e por ali se encontraram. Em uma relação campesina, subdividem-se por acantonamentos e outros já fixados. Além do fato da transitoriedade dos habitantes urbanos que fazem deste espaço um refúgio de temporalidade e moradia semi-sedentária.

3. FUNDAMENTAÇÕES CONCEITUAIS E SUAS RELAÇÕES

3.1. Enfrentamentos que exasperam

Houve um intenso processo de aculturação de uma parte da comunidade. Muitas pessoas não quilombolas e não advindas de comunidades tradicionais se estabeleceram na localidade, outras ainda apenas construíram casas para temporada. Disputando uma faixa territorial que a princípio pertencia historicamente aos povos originários, conclui-se de que o conceito corroborou para as perdas das patrimonialidades e a aculturação de uma parte do território.

Ainda assim, pesquisando em Lopes (2019, pág 558), mesmo em se tratando do Rio Amazonas, percebe-se muita semelhança causal ao *locus* desta perquirição sobre a formula da tese de que:

O desenvolvimento capitalista ampliou os núcleos urbanos, construiu fábricas, rodovias, portos, minerodutos, rede elétrica, entre outros, onde os agentes estabelecidos, supostamente para o desenvolvimento regional amazônico, trouxeram efeitos diretos ou indiretos na ampliação dos impactos irreversíveis ao patrimônio cultural, incluindo o arqueológico, localizado na foz do rio Amazonas

A relevância do enunciado sobre irreversibilidade patrimonial consiste em demonstrar informações locais sobre as mudanças culturais e antrópicas apontadas na comunidade. Nessa toada, a leitura em Lopes (2019) pode ajudar a identificar o melhor momento de se aprofundar nas adoções de pautas que se desentrelaçam o estabelecimento

de aplicações das leis que dialoguem com a adoção de planos em instalações industriais, consolidando projetos e programas de educação museal e de gestão de educação ambiental com mantimento de patrimônios materiais e imateriais.

Observou-se como os patrimônios e o território quilombola da Comunidade Às margens da UHE-Tucuruí sofre constantes impactos desse empreendimento desenvolvimentista, como a hidrelétrica, a empresa DOW e a futura hidrovía Araguaia-Tocantins. Tais projetos, heranças do regime militar, representam ameaças diretas ao modo de vida dessas comunidades *DOW*²⁵. O racismo ambiental em comunidades quilombolas ribeirinhas do Pará se apresenta na vulnerabilidade frente a grandes empreendimentos, como estas hidrelétricas que afetam seus modos de vida e territórios. Essas populações enfrentam negligência estatal na proteção ambiental e no acesso a direitos básicos. A marginalização histórica reforça a invisibilidade socioambiental desses povos tradicionais.

Sobre esse cenário, diversas audiências públicas foram realizadas onde foram provocadas falas sobre preservação, conservação, restaurações de materialidades culturais e proteção de identidades na área da comunidade e que ‘foram’, ‘estão’ e ‘serão’ fortemente atingidas por esse empreendimento. No entanto, obtemos dos representantes desses empreendedores apenas a repetitiva resposta sobre as obras do chamado “pedral do Lourenço” e da “Hidrovía Araguaia-Tocantins” de que estão seguindo todos os protocolos do IPHAN, mas não se verificou a publicidade dos estudos propostos pela empreiteira, a não ser a anuência da Licença Provisória do IPHAN que apenas “orienta” o percurso da liberação ambiental ao IBAMA.

3.2 Questões do preto sob a legislação do Branco nas Criolas

Empretecendo²⁶ a questão do território dos pretos sob os olhares da legislação (dos brancos) ou mesmo como se diz em uma gramática eurocentrada, ‘elucidar’ às questões da legislação sobre temas que norteiam território, territorialidade e territorialização dos

²⁵ *Dow* (NYSE: DOW) é uma empresa de ciência de materiais que atende clientes em mercados de embalagens, infraestrutura, mobilidade e aplicações de consumo. Possui uma unidade em Breu Branco, PA, e celebra 35 anos de suas operações, produzindo metal de silício, produtos plásticos, químicos e agropecuários, sendo uma entre as três unidades produtoras de silício da companhia. <https://br.dow.com/pt-br.html>.

²⁶ Trago esta provocativa para manifestar uma definição mais apropriada ao uso da palavra ‘elucidando’ - jogando luz. Essa estrutura é divergente ao princípio moral da conceitualização, baseada em uma estruturada racista da gramática brasileira que perpassa séculos e ainda traz uma carga negativa. Essa variável é carregada pelos ombros da população negra. Para isso, não obstante, oferto a mudança no texto do uso da palavra ‘ELUCIDAR’ pelo verbo transitivo direto ‘EMPRETECER’ e suas variáveis.

quilombos e mocambos em consideração ao ‘arrupio’ da lei. Desmistificando alguns errôneos paradigmas, podemos observar mais atentamente os não sutis (pré)conceitos carregados por séculos na formação social do Brasil e que se transfere para o território do Quilombo das Criolas, percebeu-se que essa visão ainda permanece fundamentada nesse erro gerando tomadas de decisões políticas locais em desfavor à comunidade.

Nesse sentido, nota-se a ingerência da política local sem um entendimento ‘negritado’ sobre a propositura da territorialidade da comunidade das Criolas. Tais gestores e lideranças políticas, representadas por suas secretarias ou parlamentares, desconhecem profundamente a concepção de território Quilombola e seus direitos. Para isso, segundo a legislação ‘instituída’ pelos brancos e de acordo com o DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003, define-se Quilombo como:

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. Vide ADIN nº 3.239

Anos depois deste decreto, porém, atrasadamente após os 300 anos de escravidão negra no Brasil, uma definição legal mais singela nos enuncia e nos qualifica conceitualmente. Bem verdade de que tornou-se semântico a definição para essas comunidades, mas segundo o decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007,² verificamos em seu texto a questão:

Art. 3º Para os fins deste Decreto e do seu Anexo compreende-se por: I - Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição; II - Territórios Tradicionais: os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações;

O artigo 3º, inciso I, começa trazendo um importante enunciado que qualifica o ‘quilombo’ como um grupo “que se reconhece como tal”. Sobre essa pontuação, há um grande abismo que traz invisibilidade a comunidade das Criolas. Parte da gestão política municipal, incluindo legisladores e chefes de instituições e secretarias que deveriam tratar do tema em questão, aparentam não reconhecer (ou desconhecer) a Comunidade

Remanescente de Quilombos da Vila das Criolas, baseando-se apenas no fato de que a comunidade não possui (ainda) a certificação da FCP – Fundação Cultural Palmares.

Esse argumento dicotômico, carrega um emblemático erro legal, pois segundo o artigo 2º do DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003 já descrito anteriormente, mostra que a afirmação de Quilombo são “os grupos étnico raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra”.

Há enfático destaque para os termos ‘autoatribuição’, ‘dotados de relações territoriais’ e ‘presunção de ancestralidade, conceitos que por si se explicam e não abrem margem alguma para que outrem determinem quem ‘é’ ou ‘não é’ quilombola naquela comunidade. Prefeituras, secretários, gestores e políticos expandem constantemente esses erros e com isso deixam de cumprir o papel social de gestão no orçamento público sobre a questão.

A ausência de uma gestão que dignifique o letramento racial e a criação de órgãos específicos com autonomia orçamentária para combater erros estruturais no município é uma realidade perceptível. Enquanto há gestores que atuam por desconhecimento, outros usam essa lacuna para dificultar o acesso à garantia de direitos da comunidade às políticas públicas, favorecendo um modelo de desenvolvimento focado apenas na exploração de recursos naturais, despreocupando-se com a gerência cultural.

Nesse contexto, ao citar a FCP – Fundação Cultural Palmares, desmistificamos o pretexto sobre a certificação em comunidades quilombolas, mostrando o que a própria instituição rebate em sua *home page* oficial essa dicotomia logo em seu terceiro parágrafo:

É importante esclarecer que a FCP não certifica estas comunidades com base em uma avaliação de quem é ou não quilombola. Ao invés disso, respeita-se o direito à autodefinição, conforme estabelecido pela Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), certificando aquelas comunidades que se declaram como tal. <https://www.gov.br/palmares/pt-br/departamentos/protecao-preservacao-e-articulacao/certificacao-quilombola>, 11 de novembro de 2024.

O texto da página da FCP, por si só já seria a contundente resposta sobre o papel do efeito da certificação quilombola para essas comunidades, no caso, inclusive, das Criolas que está em processo de certificação. Mas, embasando legalmente e ampliando as possibilidades para refutar quaisquer outras interpretações que se insurgirem, evocamos o que diz a Convenção n.º 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) adotada em Genebra, em 27 de junho de 1989, do qual o Brasil é signatário e que

ainda segundo o decreto nº 5.051, de 19 de abril de 2004, afirma que, sobre a convenção 169, “será executada e cumprida tão inteiramente como nela se contém”.

A falta de discursão sobre essas legislações cria uma dicotomia na gestão municipal em relação ao reconhecimento, certificação e titularização de territórios quilombolas. Destaca-se o equívoco de considerar “território” apenas como um espaço geográfico, ignorando a “territorialidade”, que abrange aspectos sociais e culturais. Ressalta ainda que, segundo o Decreto nº 6.040/2007, a legislação autoriza a identidade quilombola de um indivíduo mesmo que ele esteja fora dos limites geográficos

Em questões territoriais versadas sobre a área geográfica da comunidade que está de fato sendo articulado, cabe ao INCRA encabeçar o processo legal, onde houver o trâmite administrativo federal. No Pará, existem áreas que estão de posse administrativa do estado, e nesse caso, cabe ao ITERPA conduzir esses processos. Havendo áreas que de posse dos municípios, fica no encargo do setor de vara agrária ou da secretaria de agricultura. Ainda, com áreas devolutas ou as chamadas, área de Marinha, cabe ao SPU fazer suas interjeições.

A área próxima à Usina Hidrelétrica de Tucuruí habitada pelos indígenas Gaviões da Montanha, era subdividida em três etnias que se estabeleceram em montes nas proximidades da atual barragem. Caracterizada por um terreno rochoso e compacto, essa região abrigava, desde o século até os anos 1970, uma das três etnias, que compartilhavam territórios de caça e recursos naturais com os quilombolas das Criolas, conforme imagem:

Imagem 26



Autor, 2024 – Barragem da UHE-Tucuruí. Monte que pertencia aos gaviões da montanha

Com a desculpa (ou justificativa, para usar um termo mais dissimulado) de afanar aos anseios dos militares e ‘progressistas’ regionais para que fosse construída a obra da UHT, essa etnia foi expulsa da localidade. Com essa retirada (expulsão), alguns foram remanejados para a região de Marabá e outros ainda, para a região do alto Xingu e Altamira. Por esse fato, a concepção de meio foi negligenciada e desconsiderada pelo poder público.

Questões que envolvem delimitação de terra, o conceito muda para território como espaço geográfico. Nesse caso, a maior deturpação foi o fato de que as tribos que ali viveram foram retiradas devido a construção da UHT. Porém, poucos anos depois, diversos moradores, fazendeiros, posseiros e até grileiros, estabeleceram-se na mesma localidade com ‘carteiradas’ na legislação para ficarem nas terras.

Posseiros não indígenas se estabeleceram em uma área cheia de materialidades arqueológicas, de onde existiam até na época centenas de pessoas pertencentes a esses povos originários. Alguns desses ‘atuais donos das terras’, conseguiram, além de ganharem o direito à terra ancestral, permanecerem na área e ainda serem indenizados pela permanência, o que mostra um atraso na legislação de fiscalização ambiental e agrária. Tais moradores conseguiram financiamentos subsidiados pelo governo em bancos estatais para manufaturarem a terra com benfeitorias de projetos agrícolas.

Grande parte desses ditos projetos do setor do agro são de ‘plantações de bois’. Apossam-se das áreas tradicionais, desmatam a área, conseguem subsídios do governo, plantam bois, degradam a terra, produzem suas mercadorias, sonegam impostos e após tudo isso, ao invés de manterem seus produtos na localidade, revendem para a exportação pois para eles mais rentável. Com o tempo, a mesma área é revendida, reiniciando o ciclo destrutivo com a placa desenvolvimentista.

Analisando esse entrelaçado, também se observou hibridização administrativa do território no que diz respeito a competência de georreferenciar. À princípio, a área geográfica da comunidade pertencia aos povos indígenas e seria, nesse caso, de exclusividade a responsabilidade do governo federal sua mediação antrópica. Entre os séculos XVII e XX ainda havia a Gleba Alcobaça, área que inicia parte do território da Vila das Crioulas. Com o tempo, essas áreas começaram a serem inventariadas, vendidas

e algumas repassadas para gerência do governo estadual. Desta forma, sobre a medição e demarcação das terras, alguns aspectos legais devem ser respeitados para regulamentar o procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação dessas terras e que precisam ser preservados como afirma a lei:

§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental. Art. 3º Compete ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003.

A criticidade sobre estes impactos deve ser analisada segundo o conceito biológico ambiental, mas também sobre a visão de ambiente como espaço territorial e territorializado. Mas, sobre o ensejo do postulado em ambiente naturais, Bezerra *et al* (2022), ao estudar a dinâmica e cenários futuros de pressão antrópica sobre os biomas brasileiros, afirmam:

As transformações antrópicas, intensificadas pelas mudanças no uso e cobertura da terra e pela industrialização, têm contribuído para o aumento da pressão antrópica sobre a biodiversidade. Esses distúrbios contribuem para fragmentar habitats em diferentes escalas e colocar espécies em risco, além de comprometer os principais ciclos biogeoquímicos.

Na região entre a antiga área dos Gaviões e o Quilombo das Crioulas, ocorrem ações humanas periódicas, mas não planejadas, que impactam a paisagem natural. A abertura das comportas da barragem provoca aumento de gases no rio, altera o ciclo natural e afeta a produção de pescado. Além disso, essas mudanças influenciam o manejo agrícola, modificando os tipos de plantio, a produção e os calendários de cultivo.

3.3 AMBIENTE, (R)EXISTÊNCIA E MEMÓRIA CULTURAL

O termo "ambiente" vai além de sua definição ecológica pois engloba as dimensões físicas, sociais, e culturais de um espaço. Percebeu-se que o conceito é frequentemente treinado sob a perspectiva de como a natureza e os recursos são geridos, impactados e modificados pelas práticas humanas, bem como as formas em que ele molda práticas culturais em seus modos de vida. No contexto de comunidades tradicionais, o ambiente é centrado na discussão de sustentabilidade, práticas culturais e a continuidade de suas formas de existência.

A interdependência entre o ambiente e as práticas culturais reforçam a importância de abordagens que valorizem a preservação do meio natural a partir de saberes tradicionais. Dado este enunciado, qualifico o pensamento de Rostain (2013), que argumenta que os povos da Amazônia transformaram suas paisagens em "paisagens domesticadas". O Autor observa que as comunidades tradicionais, mesmo após a manipulação de áreas arqueológicas, continuam a valorizar a terra como um componente de sua herança cultural e de sua subsistência.

Novas pesquisas são convocadas para abordar a área do entorno da comunidade das Crioulas, respeitando o "ambiente" como tema discussão não apenas como ecossistemas, mas também para refletir sobre a interseção entre práticas culturais na gestão do território, especialmente em face de desafios como o desmatamento, impactos de grandes obras (por exemplo, usinas hidrelétricas) e as mudanças climáticas. A abordagem ambiental não é apenas ecológica, mas também puramente social e histórica.

Conceitualização de (r)existência

A ideia de "(r)existência", utilizado nesta perquirição está intrinsecamente ligada a práticas de sobrevivência e existência cultural, principalmente entre grupos historicamente marginalizados, como aconteceu com os indígenas gaviões deste território, assim como o que atualmente acontece no Quilombo estudado. O termo deriva de um conceito que combina a noção de "resistência" (como ato de oposição a processos de opressão) e "existência" (manutenção de práticas de vida frente à adversidade). Neste trabalho, "(r)existência" é evidenciada como a forma pelos quais as Crioulas e também outras comunidades não apenas sobreviveram às pressões externas (políticas, econômicas, ambientais), mas transformam essas pressões em oportunidades para reafirmar suas identidades culturais e seu modo de vida.

Esta condição é especialmente importante quando se trata de práticas culturais identitárias em comunidades negras, como os quilombolas. As práticas de "(r)existência" podem envolver desde o uso da terra até a preservação de práticas tradicionais e linguagens, formando uma contraposição aos processos de homogeneização cultural e exploração dos territórios. O conceito de "(r)existência" foi relevante para discutir como a comunidade das Crioulas continua a se redefinir e afirmar sua presença, mesmo diante de políticas que a desfavorece.

Conceito de Memória Cultural

O uso da partícula “memória” cultural na pesquisa, refere-se ao conjunto de práticas, narrativas e símbolos que uma comunidade usa para preservar sua história, tradições e identidade ao longo do tempo. Nas Crioulas, memória cultural está frequentemente associada a histórias orais, festividades, rituais e práticas religiosas. Mas preservação da memória cultural está ligada fortemente à resistência, garantindo que as futuras gerações da comunidade tenham acesso a um legado que fortalece sua identidade coletiva.

No contexto aqui apresentado, memória cultural pode ser discutida como uma forma de patrimônio imaterial, que se liga tanto à prática cotidiana quanto aos rituais de resistência e preservação identitária, sendo um postulado importante para a fundamentação em pesquisas que envolvam arqueologia de recessão e áreas da antropologia.

O estudo da memória cultural reacende a dualidade de impasses que destituem o poder da preservação das narrativas em face às evidências materializadas. Alguns debatedores tentam fundamentar que a materialidade física de uma evidência tornar-se-ia superior às provas orais e que, por sua vez, seriam maiores que às contidas subjetivamente na memória de uma comunidade. A concepção de memória no quilombo das Crioulas tornou-se fundamental para compreender como a comunidade se conecta com seu passado, e também como construir suas narrativas de futuro. Foram vasculhados diversos textos atrás literaturas acadêmicas que entrelacem esses conceitos, mas se observou pouca evidência, sendo que nessa região do entorno desses municípios, nenhum postulado específico se percebeu.

Para os quilombolas das Crioulas, o foco na memória cultural se destaca pela importância da tradição oral, da preservação dos saberes ancestrais e da transmissão de valores culturais intergeracionais, tal como originalmente no continente Africano. Além disso, a memória cultural pode ser evidenciada na localidade como o ato de insistência frente às tentativas históricas de desligamento e silenciamento.

Integração e aplicação dos termos na pesquisa

Esses três termos – “ambiente”, “(r)existência” e “memória cultural” – estão profundamente interligados nesse estudo que se materializa nas Crioulas. O ambiente já

descrito serve como o palco sobre o qual se dedica às práticas culturais e à resistência; a (r)existência é o ato contínuo de afirmação dessas práticas e modos de vida, enquanto a memória cultural é o instrumento pelo qual as narrativas e histórias de resistência e interação com o ambiente são preservadas e transmitidas pelos arredores do Quilombo. Vislumbrando a relação intrínseca dessas partes, segundo Morin (1988):

A natureza não é desordem, passividade, meio amorfo: é uma totalidade complexa”; e “...o homem não é uma entidade isolada em relação a essa totalidade complexa: é um sistema aberto, com relação de autonomia/dependência organizadora no seio de um ecossistema”. A sociedade hominídea... constitui a sua economia organizando e tecnologizando as suas duas praxis ecológicas da caça e da colheita, que se transformam em práticas econômicas. A organização econômica emerge como cultura no sentido forte do termo e essa cultura deve ser transmitida, ensinada, apreendida, quer dizer, reproduzida em cada novo indivíduo no seu período de aprendizagem, para poder auto perpetuar-se e para perpetuar a alta complexidade social. PENA-VEGA, Alfredo. O despertar ecológico: Edgar Morin e a ecologia complexa. p. 68

Ainda fundamentando a aplicação dos termos que embasam essa pesquisa, percebe-se que Ehrenfeld (1993) considera que "a grande contribuição do homem à natureza é a cultura", mostrando que os termos associados ou até mesmo analisados isoladamente, são também uma discussão filosófica. Mesmo assim, como já afirmado, não pode haver separação dos contextos homem e natureza, pois diretamente um conceito pertence ao outro e o outro interfere no primeiro.

O homem está na natureza e a natureza interfere no homem. A natureza está no homem e o homem interfere na natureza. Essa é a relação simbiótica da antropização estudada nas áreas das Crioulas e correlacionadas no objeto de estudo, fundamentando a justificativa e os objetivos que se pretendeu na pesquisa.

A ciência, em sua prática, deve priorizar a abertura em vez do isolamento e o engajamento em lugar da desconexão. Essa ideia também pode ser expressa de outra maneira. [...] toda ciência depende de observação e toda observação depende de participação –isto é, uma união estreita, em percepção e ação, entre observador e observado e os aspectos do mundo que são foco de sua atenção. ” (Ingold, 2013b). Ainda dialogando Ingold, vê-se o valor biológico do ser humano em relação aos outros seres, a saber:

Um paradoxo no corpo da ciência. Até então, por um lado ela afirma que os seres humanos são organismos biológicos, compostos do mesmo material e tendo evoluído de acordo com os mesmos princípios que os organismos de qualquer outro tipo. Por outro lado, a própria possibilidade de uma explicação científica repousa sobre a separação da humanidade da

natureza orgânica. Para resolver o paradoxo sugiro um modo alternativo de entendimento com base na premissa do nosso compromisso com o mundo, em vez de o nosso desapego dele. Faço isso desenhando, em um estudo antropológico, como as pessoas em uma sociedade não-ocidental percebem a si mesmos e o mundo ao seu redor. (Ingold, 2000:11.

Esses termos foram entendidos e discutidos para explorar como a relação dessa comunidade com o meio ambiente é mediada por suas práticas culturais de (r)existência e sua preservação da memória coletiva. A análise deste texto incluiu como as práticas negativas para a sustentabilidade do meio ambiente e da cultura, como o desmatamento, as mudanças climáticas e as intervenções humanas ameaçam a área do quilombo das Criolas. Este trabalho, portanto, constrói uma narrativa sobre a resiliência cultural, que se utiliza desses conceitos para fundamentar as bases teóricas e metodológicas da pesquisa.

Em seu artigo, “Noção de Natureza, Ambiente, Meio Ambiente, Recursos Ambientais e Recursos Naturais”²⁷, Dulley (2004), em relação à natureza, afirma que “a Constituição Federal de 1988 não contempla os termos natureza e ambiente, referindo-se apenas ao meio ambiente como objeto de regulação e preservação.” O Autor também salienta que a constituição dispõe em seu Capítulo VI “Do meio ambiente”, no seu artigo n. 225, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”.

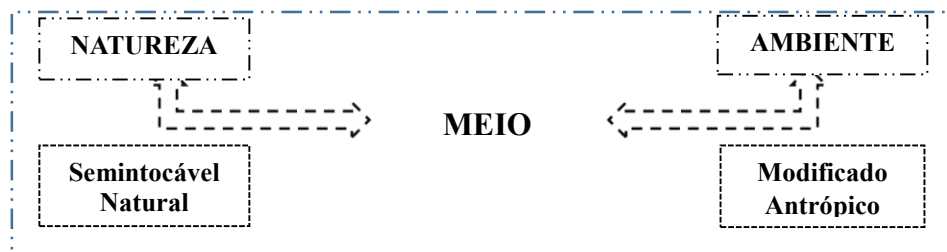
Percebe-se que o autor chega a afirmar que “não há, portanto na Constituição Federal propriamente uma definição do que seja meio ambiente ou ambiente. Mas a Lei Federal n. 6.938/815, de 31 de agosto de 1981 (já alterada pela Lei Federal 7.804, de 18 de julho de 1989) que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências, estabelece pelo seu artigo 3º”. E ainda, segundo o autor, citando e interagindo sem sua arguição com a lei:

Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por: I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, além disso, desenvolveu uma série de instrumentos de trabalho. O conhecimento que gradualmente adquiriu com a experiência foi obtido simultaneamente à construção da sua história, começando com a coleta e caça, chegando até a agricultura, criação, indústria, artes, etc. e através da aquisição de um conhecimento cada vez maior sobre os mais profundos meandros da natureza construindo seu meio ambiente e o ambiente. 4 senado federal (1988). Constituição Federal do Brasil, capítulo VI artigo n. 225. Abriga e rege a vida, em todas as suas formas." Embora o texto constitucional não se refira aos termos natureza e ambiente considerou-se válido analisar e refletir sobre o significado e diferenças que podem existir entre esses termos na vida prática. A Constituição Federal (senado federal, 1988), embora

²⁷ Agric. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2007

não se refira ao termo recursos naturais, indiretamente o faz ao afirmar no parágrafo segundo do artigo 225 que “... Aquele que explorar recursos minerais fica obrigado a recuperar o meio ambiente”. Distingüe, portanto, recursos minerais (parte dos recursos naturais) do meio ambiente. Agric. São Paulo, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 15-26, jul. /Dez. 2007

Imagem 27



Autor, 2024

O infograma coaduna com a citação de Dulley pois ainda acrescenta a informação de que “ a natureza e o ambiente seriam, portanto, duas faces de uma mesma moeda, sendo que o segundo teria uma conotação mais prática ou de utilidade, não só para o homem, mas também para qualquer espécie”. Podemos concluir que a natureza do homem é de conhecer a natureza e modificá-la. A interação do homem com o meio, altera-o. Ainda em sintonia com o argumento acima e com o postulado deste objeto de estudo que se classifica como ambiente, (r)existência e memória cultural, nota-se perfeita articulação literária e embasamento teórico com o que afirma Lopes *et al* (2019):

Os processos antrópicos relacionavam-se ao uso das áreas em diferentes momentos históricos. Os impactos provocados pela ocupação pré-colombiana foram provavelmente menos agressivas ao ecossistema explorado, apesar das modificações da paisagem, com a implantação das aldeias, preparação dos roçados, manejo vegetal, entre outros. LOPES, P. R. do C.; SENNA, C. do S. F. de; NASCIMENTO, I. M. H. do; RUIVO, M. de L. P.; LUIZ, J. G. ANÁLISE GEOAMBIENTAL DE SÍTIOS ARQUEOLÓGICOS NO ESTUÁRIO DO RIO PARÁ, AMAZÔNIA. Revista Habitus - Revista do Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia, Goiânia, Brasil, v. 17, n. 2, p. 557–575, 2019. DOI: 10.18224/hab.v17i2.7613. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/7613>. Acesso em: 02 jan. 2025

Nesta contribuição, Lopes (2019), afirma que o embasamento antrópico das culturas pré-colombianas, que muito se assemelhavam com as dos povos Amazônicos e que viveram nesta área do Quilombo estudado, provocaram baixos impactos antrópicos e “sendo menos agressivas ao ecossistema” naquela temporalidade e territorialidade. Esse entorno de ideias, baseados nas informações catalogadas, postulam a hipótese de que de alguma forma essas dualidades originárias, na região da Colômbia e em comparação com a área do Quilombo das Crioulas, conheciam perfeitamente suas realidades etnossustentáveis e mantinham perfeito equilíbrio ambiental, relacionando o

etnopatrimonialismo com os baixos prejuízos ambientais ao longo das eras (nas tramoias do tempo).

3.4 Diversidade Humana, Construção Social e Influência Comportamental

O percurso teórico e a abordagem baseada na interculturalidade relacionam o etnopatrimonialismo e à sustentabilidade, baseando-se em aspectos legais para a preservação dos ambientes. O estudo vem enfatizando a importância das teorias, técnicas de intervenção consentida, integração comunitária e marcos legais na salvaguarda do patrimônio material e imaterial. Esses elementos orientaram as decisões no trabalho de campo e na seleção bibliográfica da pesquisa.

Cada abordagem ofereceu perspectivas e *insights* diferentes sobre a interação entre culturas e a promoção do entendimento intercultural na comunidade. Foi importante destacar que a interculturalidade se mostrou como um campo onde novas teorias e abordagens possuem espaço para surgir à medida que o conhecimento sobre o tema se expande. Nesse quesito, foi preponderante permanecer até aqui as palavras Comunidade, algumas vezes Vila, somente Criolas e em alguns momentos citado como Quilombo, representando em cada visão da tipologia cultural uma forma de se reconhecer o meio de acordo com a temporalidade ou o sujeito que o descreve.

Nesta “inclinação”, podemos destacar como as interações culturais criam um elo etno-conceitual, muitas vezes divergentes em suas proposições ou até mesmo suprimir o outro conceito paradoxal, não implicando necessariamente na perda ou diluição das identidades culturais individuais ou coletivas. Pelo contrário, as culturas tradicionais, quando entrelaçadas, muitas vezes se adaptam, reinterpretem e incorporam novos elementos em sua própria dinâmica cultural, criando assim uma mistura única e dinâmica. Presumiu-se que as interações culturais nas Crioulas são os encontros e intercâmbios entre diferentes culturas, resultando em trocas, influências e transformações mútuas. Essas interações desempenham um papel importante na evolução e na diversidade cultural desta sociedade analisada.

4. REFERENCIAL, CONTRIBUIÇÕES E CONCLUSÕES

A pesquisa fundamenta o uso do conceito "etno" na introdução que se estrutura em duas vertentes principais. A primeira baseia-se em Claude Lévi-Strauss, referência em etnologia e antropologia estrutural, especialmente em culturas indígenas e estruturas

sociais. A segunda utiliza uma abordagem simplificada da etnografia de Clifford James Geertz, permitindo a participação do pesquisador em uma visão cultural pouco explorada, em um contexto de dualidades culturais e hibridismo social.

Sobre as leiras de Strauss, na obra "Antropologia Estrutural" (1958), ele oferece uma visão de como os povos se organizam e formam suas identidades culturais, condições importantes para o processo de pesquisa da formação social na comunidade. Embora inovador, penso, o estruturalismo de Lévi-Strauss recebeu críticas por ser considerado formalista e por tratar as culturas como sistemas fechados, as vezes subestimando as influências externas, as mudanças históricas e as relações de poder.

Além disso, muitos críticos argumentam que sua abordagem universalista corre o risco de desconsiderar as particularidades de cada cultura. Mas seu embasamento, discorre para a etnografia e, segundo Strauss:

Com relação a etnografia, a etnologia representa um primeiro passo em direção a síntese. Sem excluir a observação direta, ela tende para conclusões suficientemente extensas para que seja difícil fundá-las exclusivamente num conhecimento de primeira mão. Esta síntese pode operar-se em três direções: geográfica, quando se quer integrar conhecimentos relativos a grupos vizinhos; histórica, quando se visa reconstituir o passado de uma ou várias populações; sistemática, enfim, quando se isola, para lhe dar uma atenção particular, determinado tipo de técnica, de costume ou de instituição. Antropologia estrutural (Claude Lévi-Strauss – 395)

Nesse sentido, apenas uma parte da condição estruturante de Strauss está sendo argumentada nesse trabalho, porém em sua principal e mais relevante partícula. Sua obra teve um impacto profundo nesta perquirição. A abordagem em estruturas inconscientes e universais influenciou não apenas o empirismo deste trabalho, mas também outras pesquisas em áreas como a psicanálise, a linguística, a filosofia e a crítica literária.

O trabalho destaca Strauss pela importância dos sistemas simbólicos e culturais dos grupos étnicos, lançando suas bases para que outros pensadores, como Michel Foucault e Jacques Derrida, desenvolvessem novas perspectivas sobre o funcionamento das sociedades e das culturas.

Ainda na segunda base da pesquisa, o uso de uma parte da técnica de etnografia baseado em um modelo mais simples de Geertz foi imprescindível por imergir o pesquisador em uma visão cultural até então pouco explorada dentro de uma área de dualidades culturais e de um hibridismo social latente. As vivências singulares de campo evidenciaram que os caminhos tradicionais da prática etnográfica podem se desviar em

função dos pontos de partida das investigações, das experiências individuais e dos universos pesquisados.

Geertz é conhecido por seu conceito de "descrição densa" na etnografia, onde o objetivo é interpretar os aspectos culturais dentro de seus próprios contextos. Ele explora a importância da cultura como um sistema de significados compartilhados de identidades e como isso molda as minorias. Sua obra "A Interpretação das Culturas" (1973) foi fundamental para compreender a abordagem etnográfica na relação social da comunidade deste quilombo. Como já dito, variações híbridas de relações sociais nesse território se aculturam e ao mesmo tempo se separam, provocando divergências de entendimento sobre questões de direitos e deveres relacionados à terra e a sua territorialidade.

Correlacionando as estratégias de Geertz, com suas práticas descritivas densas sobre o meio, sociedade e ambiente que nos cerca, com o estruturalismo de Strauss, que investiga as bases socioculturais de um segmento, que busca identificar e analisa as estruturas subjacentes às manifestações culturais, particularmente nas sociedades humanas, chegamos ao sentido original deste objeto que se resulta por uma busca sobre a preservação do etnopatrimonialismo no do quilombo das Criolas, resistindo as tramoias do tempo em um ambiente etnossustentável. A pesquisa faz conexão direta com termos que estão pré-definidos no tema proposto do estudo, mas que de maneira ampla, possuem suas particularidades.

Ainda sobre Geertz, conhecido por seu conceito de "descrição densa" na etnografia, o objetivo foi de interpretar os aspectos culturais dentro de seus próprios contextos. Ele explora a importância da cultura como um sistema de significados compartilhados de identidades e como isso moldou o conceito pelo qual identifiquei a pesquisa naquele *lôcus*. Sua obra "A Interpretação das Culturas" (1973) foi fundamental para compreender a abordagem etnográfica na relação social da comunidade. Como já dito, variações híbridas de relações sociais nesse território se aculturam e ao mesmo tempo se separam, provocando divergências de entendimento sobre questões de direitos e deveres relacionados à terra e a sua territorialidade.

A preservação do meio ambiente e das culturas são objetos inseparáveis e cruciais nas discussões atuais sobre sustentabilidade e identidade. Com a globalização, as pressões sobre os ecossistemas e tradições aumentam, o que demanda uma análise sobre como

manter ambos. Assim, a proteção ambiental deve estar atrelada à defesa do patrimônio cultural, como evidenciado neste ensaio. Apresenta-se abaixo uma tabela os conceitos de preservação, conservação, restauração, degradação, recuperação e suas definições:

Tabela 02 - Autor, 2024

Conceito	Definição	Propositura	Autores e Argumentos Contemporâneos	Referências Bibliográficas
Preservação	Manter os ecossistemas em seu estado natural , sem interferência humana ou com interferência mínima.	Proteger os ecossistemas, mantendo-os intactos para futuras gerações.	- John Passmore: Defendeu a preservação como necessária para garantir a continuidade da natureza intacta e sua integridade.	Passmore, J. (1980). <i>Man's Responsibility for Nature</i> .
Conservação	Uso sustentável dos recursos naturais, garantindo sua utilização atual sem comprometer as necessidades das gerações futuras.	Utilizar os recursos de maneira equilibrada, preservando sua disponibilidade a longo prazo.	- Aldo Leopold: Enfatizou a ética da conservação, onde o uso deve ser responsável, respeitando os limites dos ecossistemas.	Leopold, A. (1949). <i>A Sand County Almanac</i> .
Degradação	Processo de deterioração dos ecossistemas, causando perda de biodiversidade, funcionalidade e produtividade devido a ações humanas ou desastres naturais.	Interromper ou minimizar a degradação ambiental causada pela ação humana.	- Herman Daly: Argumentou que o crescimento econômico irrestrito é uma das principais causas da degradação ambiental.	Daly, H. (2005). <i>Economics in a Full World</i> .
Recuperação	Processo de restabelecimento da funcionalidade ecológica de um ambiente degradado, sem necessariamente restaurá-lo ao estado original.	Tornar o ecossistema funcional novamente, promovendo o retorno da biodiversidade e dos processos naturais.	- Clewell & Aronson: Defendem que a recuperação visa restaurar a funcionalidade dos ecossistemas sem a obrigação de recriar exatamente o estado original.	Clewell, A. F., & Aronson, J. (2013). <i>Ecological Restoration</i> .
Restauração	Processo de restaurar um ecossistema degradado ao seu estado original , antes da interferência humana, promovendo a recuperação completa da biodiversidade e processos.	Devolver o ecossistema ao estado anterior à degradação, recuperando sua integridade ecológica.	- Eric Higgs: Acredita que a restauração deve ser uma combinação de ciência e valores culturais, visando restabelecer o estado ecológico original e autossustentável.	Higgs, E. (2003). <i>Nature by Design: People, Natural Process, and Ecological Restoration</i> .

Essencialmente as atividades científicas sobre as questões que vislumbram cultura, tecnologias sociais, historicidade, materialidades e atividades socioculturais, entornam muito sobre áreas como antropologia, educação ambiental, ciências sociais e arqueologia, apesar de outras ciências também desempenharem papéis importantes para essa arguição. No entanto se percebeu que estas áreas contribuíram significativamente para a pesquisa, pois deslocam conceitos e se assemelham em descobertas.

Essas concepções reagrupam ações técnicas que se viram eficazes na pesquisa. A respeito de uma das comparações, como dito anteriormente o tema endossa atributos que ligam meio, sustentabilidade, ambiente e cultura, sempre observando as questões que equiparam com a conservação e preservação, tanto da questão material, nesse caso, materialidades, espaço geográfico, como as imateriais, cerimônias, ritos e costumes. Neste ensejo, a participação comunitária colaborativa evidencia um plano baseado em um modelo antropogênico.

Mesmo assim a preservação ambiental requer condições básicas que envolvem o manejo sustentável dos recursos naturais e a adoção de práticas que minimizem o impacto das atividades humanas. A preservação de ecossistemas intactos, como florestas, zonas úmidas e áreas costeiras, é vital para a manutenção da biodiversidade e para o equilíbrio dos ciclos biogeoquímicos. Autores como Passmore (1980) argumentam que a preservação da natureza em seu estado selvagem é fundamental não apenas para a sobrevivência das espécies, mas também para garantir o equilíbrio climático e a saúde do planeta a longo prazo. Essa visão é complementada por estratégias como a criação de áreas protegidas e a implementação de políticas que limitem a expansão de atividades industriais e agrícolas em zonas sensíveis.

Por outro lado, a preservação cultural abrange a proteção de bens imateriais, tradições, saberes ancestrais e modos de vida que, em muitos casos, estão profundamente conectados ao ambiente natural²⁸. Ainda destacado por Higgs (2003), a restauração e a preservação de ecossistemas não podem ser desvinculadas das culturas que historicamente habitaram e moldaram essas paisagens. A identidade cultural de muitas comunidades tradicionais está atrelada ao uso sustentável e simbólico dos recursos naturais, de modo que a destruição ambiental implica também na erosão de práticas

²⁸ Visualizado em: https://www.instagram.com/reel/CbugqgzA_2q/?igsh=MTE4ZmQwaG5mcmwzMA==

culturais que, muitas vezes, constituem formas valiosas de conhecimento sobre a convivência harmoniosa com a natureza. Portanto, qualquer ação de preservação deve incorporar o reconhecimento e a valorização das tradições locais.

Postula-se que a preservação efetiva exige um enfoque integrado e multissetorial, no qual políticas ambientais sejam desenvolvidas em consonância com o respeito às particularidades culturais. Iniciativas de conservação devem incluir o protagonismo das comunidades locais, adotando uma abordagem de gestão participativa, onde os conhecimentos tradicionais são respeitados e incorporados nas estratégias de manejo sustentável. Leopold (1949) reforçou que a "ética da terra" deve ser um princípio norteador dessa relação, propondo que o ser humano veja a si mesmo como parte integrante da comunidade biótica, devendo atuar com responsabilidade em relação ao ambiente e aos outros seres vivos.

Ademais, condições institucionais são essenciais para a garantia da preservação. Isso inclui a criação de marcos legais robustos, a destinação de recursos para a proteção e restauração de áreas degradadas e o fortalecimento de organismos responsáveis pela fiscalização e promoção de políticas preservacionistas. A degradação ambiental e cultural, como argumenta Daly (2005), está frequentemente relacionada à busca de crescimento econômico irrestrito, o que requer que as políticas de desenvolvimento incorporem limites ecológicos claros.

Para além, preservação ambiental e cultural demanda uma abordagem integrada, que contemple tanto a sustentabilidade ecológica quanto a valorização das identidades culturais. Ao postular essas condições, argumenta-se que a preservação não deve ser vista como uma prática isolada ou puramente técnica, mas como um processo contínuo e colaborativo que requer a participação de diversos atores e a incorporação de múltiplas dimensões, sejam elas ecológicas, culturais ou sociais. Somente dessa maneira será possível garantir que as futuras gerações possam usufruir tanto da riqueza natural quanto da diversidade cultural herdada.

No cenário regional e próprio desta pesquisa, o Brasil reconhece a necessidade absolutamente atual de reelaborar uma política de Gestão Museológica com objetivo de diminuir a distância entre as evidências históricas e arqueológicas de seus reais atores.

Fundamentando a importância para do tema, o decreto nº 11.336, de 1º de janeiro de 2023, anexo i, capítulo i, define:

Art. 1º O Ministério da Cultura, órgão da administração pública federal direta, tem como área de competência os seguintes assuntos: I - política nacional de cultura e política nacional das artes; II - proteção do patrimônio histórico, artístico e cultural; III - regulação dos direitos autorais; IV - assistência ao Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária nas ações de regularização fundiária, para garantir a preservação da identidade cultural dos remanescentes das comunidades dos quilombos; V - proteção e promoção da diversidade cultural; VI - desenvolvimento econômico da cultura e a política de economia criativa; VII - desenvolvimento e a implementação de políticas e ações de acessibilidade cultural; e VIII - formulação e implementação de políticas, de programas e de ações para o desenvolvimento do setor museal.

Evidencia-se, portanto que através do Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM, o primeiro Plano Anual de Fiscalização para Gestão Museológica com a normativa nº 19, vigente de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2023, que atesta a minuta sobre a incumbência de fiscalização e manter, a saber:

A atividade de fiscalização tem caráter obrigatório, sendo estabelecida primariamente no Estatuto de Museus (Lei nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009) e na lei de criação do Ibram (Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2019). A normatização operacional do tema, no âmbito do Instituto, se dá com a publicação da RN nº 19, em 25 de maio de 2022, desenvolvida por Grupos de Trabalho envolvendo diversos setores técnicos da sede do Ibram; debate e elaboração de minuta de documento; submissão de minuta de ato normativo à consulta interna e à consulta pública; e elaboração de resolução para as instâncias de aprovação, Diretoria Colegiada e Conselho Consultivo do Patrimônio Museológico - CCPM. Todo o memorial técnico pode ser consultado no Sistema Eletrônico de Informações (SEI), via Processo nº 01415.010667/2017-68. Cabe destacar que, o conjunto da base legal e normativa envolvida é apresentada adiante em tópico próprio.

A democratização do acesso aos espaços museais e de gestão envolvem um estudo interdisciplinar entre elas, a educação, tecnologias da informação, políticas públicas e principalmente, tendo como *locus* o envolvimento do Quilombo das Criolas que são diretamente atingidas em suas culturas possuem seus modos de sobrevivências alterados pelos impactos do meio em questão.

Entendendo que Gestão Museológica complementa objetivamente os rumos da história falada, contada e escrita desta região, *O International Council of Museums* – ICOM da UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, órgão responsável por questões referentes aos museus, atualizando em 2007, portando, a 21ª Conferência Geral do Conselho Internacional de Museus em Viena na Áustria, define espaços para educação museal como:

Instituições sem fins lucrativos, permanentemente a serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, abertas ao público, que adquirem, conservam, pesquisam, comunicam e expõem o patrimônio tangível e intangível da humanidade e seu meio ambiente para fins de educação, estudo e diversão. (*international council of museums*, c.2010- 2012, tradução própria).

Essa visão ajuda a definir o tema como uma política pública em construção, cujo movimento é de afirmação e valorização de saberes históricos e culturais ausentes na gestão pública que, invisibiliza a etnografia da comunidade das Criolas como pertencentes à formação social da região, criando forte impacto na cultura da comunidade, desvalorizando os processos de proteção de etnopatrimônios.

A respeito da mudança social, da aculturação e da antropização nos quilombos, acrescente-se o que diz a Constituição Federal de 1988, ampliando, desde então, o leque dos bens passíveis de prevenção, acautelamento dos instrumentos e ações de valorização do patrimônio cultural brasileiro. A questão do tombamento de sítios e documentos dos antigos quilombos aparece explicitamente incisiva, conforme determina a Constituição Federal de 1988, nos artigos nº 215 e 216:

Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. § 1º - O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional. Art. 216. Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. § 5º - Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Lançando mão sobre as reflexões da antropóloga Ilka Boaventura Leite (2000), Flávio Gomes (2005) e Alfredo Wagner de Almeida (2002), ainda citando este último, consegue-se fundamentar:

No momento atual, para compreender o significado de quilombo e o sentido dessa mobilização que está ocorrendo, é preciso entender como é que historicamente esses agentes sociais se colocaram perante seus antagonistas, bem como entender suas lógicas, suas estratégias de sobrevivência e como eles estão se colocando hoje ou como estão se autodefinindo e desenvolvendo suas práticas de interlocução. A incorporação da identidade coletiva para as mobilizações e lutas, por uma diversidade de agentes sociais, pode ser mais ampla do que a abrangência de um critério morfológico e racial. (Almeida, 2002, p.68-69).

Percebemos a coincidência acadêmica com o que se afirmar na citação acima sobre a “incorporação coletiva para as mobilizações e lutas, por uma diversidade de agentes sociais”, o processo de aculturação das Crioulas, tornou-se um processo constante. Fomentar a Gestão Museológica para a cultura e para a educação dessa área será um marco no pioneirismo que promoverá novas pesquisas historiográficas e arqueológicas que adentram principalmente as áreas de outras Comunidades Quilombolas e envolve especificamente seus sujeitos-atores.

As práticas culturais tradicionais dessa comunidade demarcam um papel fundamental na preservação da sóciobiodiversidade. Comunidades indígenas e quilombolas utilizam saberes antigos às vezes diferentes para o manejo sustentável dos recursos naturais. A inclusão dessas tradições em políticas públicas promove conservação ambiental, como destacado no decreto nº 6.040, que reconhece a importância dos territórios tradicionais para a reprodução cultural e social dessas comunidades.

Nessa relação, ainda de acordo com o artigo 231 do decreto citado, conclui-se outro resultado esperado que seria a contribuição para o desenvolvimento de políticas públicas mais inclusivas e eficazes e que considerem a cultura local como parte integrante das estratégias de conservação ambiental.

A pesquisa também reforça a necessidade de ações colaborativas entre governos, organizações não-governamentais com a comunidade, promovendo a valorização da preservação e da conservação como um caminho para a sustentabilidade do meio neste território. Para além do meio e ao mesmo tempo extemporaneamente, o geógrafo Milton Santos, tratando de conceito de espaço e território, postula que “A política do território tinha as mesmas bases que a política da economia, da cultura, da linguagem, formando um conjunto indissociável (comunidade) (Santos, 2000, p. 31) ”.

As práticas agrícolas e de manejo dos recursos naturais das Crioulas seguem frequentemente princípios agroecológicos que minimizam o impacto ambiental, promovendo a sustentabilidade²⁹. Isso condiz com parte da pesquisa de Altieri (1995) que destaca que sistemas tradicionais de manejo da terra são modelos resilientes de uso

²⁹ Visualizado em: <https://www.instagram.com/tv/CIB7OXGIafY/?igsh=dn6ZHI2azkwdTE1>

sustentável, incorporando práticas como a rotação de culturas, agroflorestas e conservação do solo, que estão em harmonia com o ambiente e os vestígios destruídos.

A mescla da relação entre etnopatrimonialismo, ambiente e sociobiodiversidade, busca envolver contextos e recontextos, estando intrinsecamente ligados em destaque tanto para as práticas de conservação quanto para os desafios enfrentados em um cenário de mudanças climáticas, desmatamento e pressão econômica. A relação simbólica e espiritual dessas comunidades com o território fortalece a valorização da terra e dos sítios invisibilizados pelo poder público. Programas de educação patrimonial mostram que o envolvimento das comunidades na gestão e preservação de sítios abandonados reforça seu entendimento sobre a importância cultural e histórica do local, integrando o manejo. Para colaborar com essa ideia da pesquisa, em se tratando de preservação cultural, Guedes e Bastos (2017), predizem:

A preservação de rituais e tradições que formatam a cultura afrodescendente nos remanescentes quilombolas, relaciona-se diretamente ao contexto de defesa do patrimônio cultural significativo à formação cultural brasileira. O passar dos anos, a incidência de ações e pessoas exteriores às comunidades, além da falta de interesse de novas gerações afrodescendentes aos ensinamentos passados pelos mais velhos, têm sido fatores incidentes do enfraquecimento desta cultura. Guedes e Bastos: *Cultur: Revista de Cultura e Turismo*, 2017•dialnet.unirioja.es

Observando esta interconexão predita no pensamento de Guedes, enfatiza-se a necessidade de construção de políticas públicas integradas para a preservação desses elementos, a comunidade das Criolas é um exemplo de grupo que mantém práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, em sinergia com suas tradições culturais. No entanto esse grupo frequentemente enfrenta desafios como a perda de terras, degradação ambiental e ameaças à sua identidade cultural. Os estudos dessas intersecções são fundamentais para a formulação de fatores protetores que garantam a sustentabilidade social, e o etnopertencimento ecológico dessa comunidade.

4.1. Etnopatrimonialidade material do Quilombo

No município Breu Branco, os sítios BB1 e BB2, estão localizados no platô a margem esquerda do rio Tocantins, todos sob a linha de transmissão de Energia Elétrica de Tucuruí para a cidade de Belém, Estado do Pará. Os quais foram identificados anteriormente pela *Scientia* Ciência Consultoria S/A (2004), sob a linha 29 de Transmissão de Energia Elétrica de Tucuruí – UHT, registrados na Pesquisa de

CALDARELLI. Os sítios arqueológicos foram selecionados pela sua representatividade na área e pelo seu estado de conservação.

4.2. Sítios arqueológicos para salvaguardar

O sítio arqueológico Breu Branco 1 está localizado no topo de um platô, a aproximadamente 4 km do rio Tocantins. Ele possui uma forma irregular e margeia um barranco em uma área de pastagem com pequenas ilhas de capoeira baixa. Durante as escavações, uma malha de 40 x 40 m foi utilizada, resultando na delimitação do sítio por meio da escavação de 334 quadras, das quais 67 não apresentaram vestígios arqueológicos.

Segundo Caldarelli, das sondagens realizadas, 79 quadras indicaram ocupação ceramista, enquanto a ocupação pré-cerâmica esteve presente em 267 quadras. A ocupação ceramista é subsuperficial, de baixa densidade, pequena extensão e pouca espessura (0 a 30 cm), sendo fortemente impactada por ações humanas recentes. As características originais desse registro arqueológico provavelmente eram diferentes das atuais. Artefatos líticos são raros entre os fragmentos cerâmicos encontrados.

A pesquisa de Caldarelli aponta o sítio arqueológico Breu Branco 2 como estando localizado no topo de um platô, coberto principalmente por pastagem, com áreas de capoeira mais alta nas extremidades. O solo apresenta manchas de terra escura, cuja disposição foi mapeada. Possui uma ocupação ceramista subsuperficial de alta densidade, extensa, espessa (40 a 60 cm) e bem preservada. Artefatos líticos estão presentes entre os fragmentos cerâmicos, incluindo algumas lâminas de machados.

O sítio arqueológico Breu Branco 2 foi escavado em uma malha de 40 x 40 m e delimitado por 232 quadras, das quais 36 não apresentaram vestígios arqueológicos. A ocupação ceramista foi identificada em 133 quadras, enquanto a pré-cerâmica esteve presente em 196. Assim como no sítio anterior, o material encontrado inclui artefatos líticos inteiros, fragmentados, completos ou inacabados, além de amostras de matéria-prima e estruturas de fogueira.

Em leituras para a análise de uma revisão sistemática de literatura, assim como seu mapeamento de bases literárias, verificaram-se pesquisas comparativas e de coleta de solo dos espaços antropizados na área descrita. Fundamenta-se o trabalho técnico da EMBRAPA que analisou comparativamente as características e propriedades dos solos

onde estão os sítios de Breu Branco com as características e critérios diferenciais adotados pelo Sistema Brasileiro de Classificação de Solo (Embrapa, 2006) e os apresentados e discutidos por Kampf *et al*, (2003) e Kampf e Kern (2005).

Segundo Kampf e Kern (2005) os sistemas de classificação pedológica concebidos para fins de levantamento de solos e interpretação para a agricultura não tem sido eficiente para agrupamento e diferenciação das diversas classes de solos antrópicos, de maneira que atenda as exigências dos diversos especialistas envolvidos no estudo desses solos. Os mesmos autores ressaltam que os sistemas de classificação de solos utilizam com maior ênfase as propriedades diagnosticas dos horizontes subsuperficiais por serem menos susceptíveis a alterações por atividades humanas.

Como exemplos citam a SiBCS (Embrapa, 2006) como *Soil Taxonomy* (Estados Unidos, 1998) que diferem a influência da atividade humana (antiga e contemporânea) muito vagamente na forma de um horizonte diagnóstico antrópico. Por outro lado, enfatizam que a legenda de solos do mundo da FAO (ISSS - ISRICFAO, 2006) distingue os solos formados ou profundamente modificados por atividades humanas denominados de processos antropogênicos, como adição de materiais orgânicos ou resíduos domésticos ou cultivo, representados pela classe Antrossolos.

Tendo em vista que a classe Antrossolos, não preenche todos os requisitos para distinguir satisfatoriamente os diferentes tipos de TPA, foi proposta por Kampf *et al* (2003) uma legenda para classificação de solos antrópicos antigos, nova e independentes, com a finalidade de promover a interdisciplinaridade das diversas áreas de pesquisa que atuam nos ecossistemas desses solos. A legenda de classificação de Arqueoantrossolos proposta por Kampf *et al* (2003) utiliza como característica diferencial ou diagnostica um horizonte arqueoantropogênico, para identificar a classe dos Arqueoantrossolos, termo que foi proposto para designar os antropossolos antigos.

Caldarelli fez uma análise enfatizando as camadas superiores do perfil do solo, onde ocorreram modificações resultantes da ação humana ao longo do tempo. Essas transformações foram moldadas por atividades contínuas e prolongadas, influenciando as características e propriedades desse horizonte. Essas particularidades surgiram a partir da adição e/ou aplicação de resíduos, materiais orgânicos ou terrosos na superfície do solo por um período extenso, em interação com processos pedogenéticos subsequentes, incluindo a bioperturbação.

São identificadas as classes ou suas combinações relacionadas a atributos do solo oriundas de processos antrópicos antropogênicos e/ou antropogeomorficos inferidos. Para os perfis estudados seriam relacionados os atributos seguintes: 99 – ‘*Ágrico*’ - (do latim *ager*-lavoura)- supõe-se a formação deliberada por práticas agrícolas antigas, como derrubada e queima da vegetação, e/ou adição de resíduos ou compostos orgânicos durante longos períodos de tempo.

As características e propriedades diferenciadas do horizonte arqueo-antropogênica são apresentadas em Kampf et al. (2003) e Kampf & Kern, (2005). Segundo eles, a identificação de um solo como Arqueoantrossolos constitui o primeiro nível da legenda de classificação, na qual as distintas classes são diferenciadas em três níveis adicionais. No segundo nível são identificadas as classes ou suas combinações relacionadas a atributos do solo oriundas de processos antrópicos antropogênicos e/ou antropogeomorficos inferidos.

Etnossustentabilidade

Perquire-se integrar o conhecimento tradicional da comunidade com práticas em educação, preservação cultural e ambiental. Segundo Coelho (2015), a educação patrimonial “não apenas transmite conhecimentos sobre a história e o patrimônio cultural, mas também valoriza os saberes ancestrais das comunidades, reforçando o sentimento de pertencimento e responsabilidade pela preservação do ambiente e da cultura”. No contexto das Criolas, a transmissão desse conhecimento se torna essencial para a conservação da biodiversidade e do patrimônio histórico, como destacado por Silva (2017), que argumenta que “a sustentabilidade e a conservação ambiental, dentro das comunidades tradicionais, estão profundamente conectadas à Preservação Cultural”.

Portanto, conforme Freire (2000), a educação transformadora parte do princípio de que as comunidades devem ser envolvidas em seu processo educativo, registrando-se nelas os assuntos principais da preservação de sua cultura e do meio ambiente. A educação etnopatrimonial aplicada à comunidade quilombola das Criolas não apenas reforça a identidade cultural da comunidade, mas também pode atuar como uma estratégia eficaz de conservação ambiental e arqueológica, minimizando os impactos do desmatamento e promovendo a sustentabilidade.

Ainda em Freire, o pensamento sobre o processo compartimentação de educação com a cultura, se estabelece no sentido de que "A cultura não é um depósito de saberes, mas uma construção coletiva em que os sujeitos se fazem e refazem no mundo."³⁰. Sendo assim, o argumento de se separar da etnografia sem poluí-la é nulo. Essa tese se postula em Freire, que prediz:

Se é um cientista, tenta "esconder-se" no que considera a neutralidade de sua atividade científica. [...] Se é um religioso, estabelece a impossível separação entre mundanidade e transcendência. Se opera no campo das ciências sociais, trata a sociedade, enquanto objeto de seu estudo, como se dela não participasse. [...] Sua concepção da realidade é mecanicista e fatalista. A história é o que foi e não o que está sendo e em que se gesta o que está por vir. O presente é algo que deve ser normalizado, e o futuro, a repetição do presente, o que significa a manutenção do *status quo*. Paulo Freire (1982). *Ação Cultural para a Liberdade e outros escritos* 8ª ed. Paz e Terra. p. 90

4.3. Intervenções sem intervir

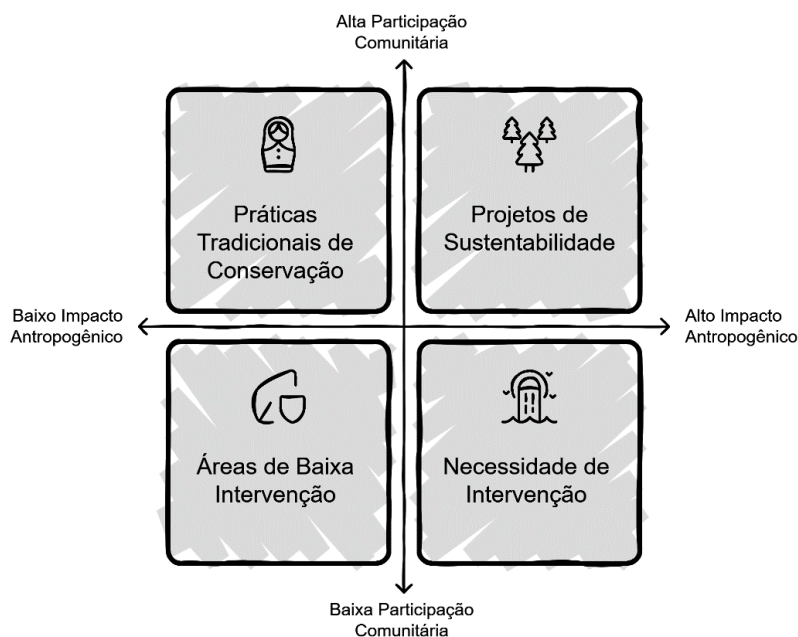
É essencial aumentar o investimento na logística de deslocamento e acessibilidade para a ação em pesquisa de campo em comunidades. A formação de equipes multidisciplinares para pesquisa e extensão é fundamental, especialmente para educação ambiental, patrimonial (cultural e material) e de agroecologia na comunidade. As intervenções realizadas nas Crioulas foram estabelecidas na promoção do diálogo intercultural, no fortalecer de identidades locais e na valorização do patrimônio cultural.

No caso das universidades, por meio de projetos de extensão, devem atuar como mediadoras entre o conhecimento acadêmico externo e os saberes tradicionais da comunidade quilombola. Essas intervenções devem ser pautadas pelo respeito mútuo, mínimo de interação holística e pela valorização das práticas culturais locais, evitando a imposição de valores externos. Feldmann *et all.* (2021) destacam a importância de uma abordagem dialógica, inspirada em Paulo Freire, que promova a emancipação dos sujeitos quilombolas e reconheça a riqueza de suas culturas, perfeitamente demonstradas na imagem a seguir:

³⁰ *Ação Cultural para a Liberdade e Outros Escritos* (1976)

Imagem 28

Etnosustentabilidade e Participação Comunitária



Autor, 2024 – Com o uso do *Napkins*

No infograma acima, percebemos quatro ações específicas, das quais podemos enumerá-las e relaciona-las para melhor embasamento:

- I. Práticas Tradicionais de Conservação baseadas em modelos obtidos na própria comunidade associadas a projetos de sustentabilidade promovem alta participação comunitária.
- II. Projetos de sustentabilidade baseados em modelos de práticas tradicionais associados a necessidade local de intervenção, produzem alto impacto antropogênico.
- III. Áreas onde a intervenção (externa, vinda de instituições; ou internas, observadas pela própria comunidade), associadas a necessidade de intervenção sem ação, produzem baixa participação comunitária.
- IV. Práticas Tradicionais de conservação associadas as áreas de baixa intervenção, produzem baixo impacto antropogênico.

As intervenções devem reconhecer e respeitar a autonomia das comunidades quilombolas, evitando práticas que possam alterar suas tradições e modos de vida. Libório *et al.* (2021) enfatizam a necessidade de uma formação docente que valorize as

especificidades culturais das comunidades quilombolas, promovendo uma educação que reconheça e acolha suas diversidades.

É essencial que as comunidades quilombolas participem ativamente de todas as etapas dos projetos etnopatrimoniais, desde o planejamento até a execução, garantindo que suas vozes sejam ouvidas e respeitadas. A invisibilidade de determinadas culturas pode ser combatida por meio da valorização das histórias e realidades concretas das comunidades quilombolas, conforme discutido por Libório e Feldmann (2021).

Desse modo, certas intervenções devem evitar a imposição de conhecimentos acadêmicos e técnicos que não dialoguem com os saberes tradicionais, buscando sempre uma troca mútua que enriqueça ambas as partes. A prática do estágio curricular supervisionado nas licenciaturas, por exemplo, pode ser uma oportunidade para promover diálogos possíveis entre as comunidades quilombolas e a formação docente, conforme apontado por Feldmann *et al.* (2021).

Essas ações devem ser sustentáveis, no caso dos quilombos, etnossustentáveis e planejadas para o longo prazo, evitando intervenções pontuais que não gerem impactos positivos duradouros. A valorização do patrimônio e da cultura como prática educativa promove transmissão dos saberes ancestrais de uma geração para outra, garantindo a continuidade da cultura e da memória coletiva, conforme destacado por Alves (2024).

Intervenções universitárias em comunidades quilombolas devem ser planejadas e geridas com cuidado, respeitando os limites para não alterar, subjugar ou descaracterizar as culturas locais. A adoção de uma abordagem dialógica e participativa, inspirada em teóricos como Paulo Freire, Canto, Geertz, Strauss e Levinás, contribui para o fortalecimento de ações em quilombos, promovendo uma educação museal inclusiva e emancipadora. Esses princípios facilitam a implementação de políticas públicas baseadas na educação etnopatrimonial, com foco em questões ambientais e sustentabilidade.

Ainda sobre a facilitação das implantações de políticas públicas etnopatrimoniais, Freire (2006) fala que a educação deve gerar um processo dialógico entre os sujeitos que ensinam e entre os sujeitos que aprendem. Assim, a valorização do patrimônio só será compreendida e assumida socialmente quando construirmos com mais intensidade relações democratizadoras em nossas instituições culturais e educativas. Ainda segundo Freire, “A educação autentica, repitamos, não se faz de A para B, ou de A sobre B, mas

de A com B, mediatizados pelo mundo. ” (Freire, 2014, p. 116). Fazer História é estar presente nela e não simplesmente nela estar representado” (Freire, 2011a, p. 53.) O pensamento crítico desmistifica a história

4.4. Gestão Museal e as tipologias para salvaguardar

A discussão sobre tipologias para a salvaguarda de materialidades culturais envolve a criação de uma gestão para a educação museal que expanda o espaço para além da temporalidade e inclua questões de pesquisa, extensão e ensino. Diante disso, cria-se a necessidade de se adequar aos processos técnicos para uma gestão museológica preposta por políticas públicas que envolvam os espaços quilombolas, indígenas e de comunidades Tradicionais que foram diretamente impactadas pela Usina Hidrelétrica de Tucuruí e pelas ações antrópicas.

A imagem na sequência mostra algumas das materialidades encontradas pelo Seu Jocinaldo Rocha (Zequinha) no percurso e na temporalidade desta pesquisa na área que entornam a região de sua residência. As peças foram encontradas não muito distantes uma das outras. As áreas onde foram encontradas se dividiram entre a beira do rio, aproximadamente 200 metros de distância de sua casa, duas, no morro acima de sua residência e uma das peças no período em que estava construindo uma das paredes.

Duas aparentemente se mostram como parte de uma dentição *paleo*, dente e mandíbula e as outras três muito se assemelham com artefatos de pontas de lanças ou machadinhas, como se percebe em seguida:

Imagem 29



No diálogo com os comunitários, ficou relatado que houvesse um grande potencial arqueológico submerso nas áreas inundadas pelo rio Tocantins devido à vazão da UHE de Tucuruí. Vários achados de patrimônio arqueológico são avistados pelos comunitários, com alguns sendo recolhidos e outros deixados no local. Destaca-se a importância de criar planos locais de gestão em educação patrimonial, o que fortaleceria o Quilombo da Vila das Crioulas como uma comunidade protetora e mantenedora de sua cultura.

4.5. Plano de ação para Educação Museal.

A identificação, inventário e criação de um banco de dados para catalogar acervos arqueológicos são essenciais para uma gestão compartilhada do patrimônio arqueológico entre os entes federativos e para a implementação de um Plano de Educação Museal e etnopatrimonial. Esses processos ajudam a identificar o potencial de sítios arqueológicos e os impactos antrópicos, reforçando a necessidade de políticas públicas para a proteção dos bens a serem preservados.

O Plano de Ação servirá para prevenir a perda ou extravio de acervos arqueológicos em risco, com o objetivo de reduzir a destruição total desses bens. A pesquisa colaborativa é essencial para atender às demandas da comunidade, promovendo o desenvolvimento econômico circular, etnoturístico e social. Isso pode ser alcançado por meio de projetos de educação museal, ecoturismo e empreendedorismo.

O acervo arqueológico e etnopatrimonial deve retornar fisicamente às comunidades e ser acessível por meio de bancos de dados, democratizando as informações científicas geradas em colaboração com elas. Ferramentas informatizadas devem ser implementadas para a gestão e acesso público ao patrimônio arqueológico.

O diálogo e a observação são essenciais para identificar e inventariar esses acervos. Pessoas que guardam acervos culturais nas comunidades, como protetores e mestres de cultura, devem ser reconhecidas como agentes do patrimônio. No entanto, esses agentes não estão incluídos nas políticas públicas, que precisam integrar práticas de colecionismo com projetos educativos e retorno de informações. Os protetores locais necessitam de orientação e suporte para se tornarem corresponsáveis na proteção e conservação do patrimônio arqueológico na Amazônia.

Além disso, é necessário armazenar adequadamente os acervos de particulares ou comunitários, seguindo diretrizes, e garantir seu acesso democrático. O plano também

deve incentivar trabalhos colaborativos com as comunidades, prevenindo a perda de informações devido a doações irregulares, comércio ilegal e destruição de artefatos.

Em consideração ao plano, deve haver a devida observância à leitura sobre a legislação de proteção dessas áreas para que haja o melhor entendimento sobre a conservação e a exposição dessas materialidades diversas, tornando-as mais acessíveis, aprimorando as ações de educação patrimonial e ambiental neste laboratório amplo.

4.6. Resultados Obtidos com a participação comunitária

As descobertas materiais salvaguardadas pelos quilombolas permitiram adentrar em pesquisa sobre um amplo leque de informações dos povos originários que por ali existiram. Democraticamente foram repassadas as informações e os conhecimentos sobre povos originários e históricos que ocuparam as Amazônia e que existiram na localidade para os Quilombolas. Foram realizadas campanhas de conscientização na localidade referindo-se sobre os bens arqueológicos móveis, tendo participação e aceitação plena da comunidade. Ainda nesse ínterim, elaborou-se projeto para um pré-diagnóstico arqueológico sobre os acervos (coleções) – propostas para o local de guarda, caracterização dos acervos.

A comunidade imbuída pela participação autônoma na pesquisa, compeliu-se na iniciativa de se conseguir seu próprio espaço físico para a guarda das materialidades. Esse espaço foi pensado junto com a associação para servir de local tanto para reuniões, formações, como também para exposição de suas manifestações culturais e salvaguarda. O fomento financeiro para essa idealização se conseguiu através da parceria com o poder público judiciário do município que concedeu investimento para a compra de uma residência local para o objetivo descrito.

Foi solicitado ao pesquisador a construção textual do documento que serviu para embasar a justificativa do repasse bancário. O texto, parte do recorte historiográfico desta pesquisa, foi devidamente aceito pelo órgão que em seu edital, logo colecionou como o primeiro fomento a ser atendido diante de todas as instituições participantes no referido edital. Logo de prontidão, assim que saiu o resultado da homologação do referido edital³¹,

³¹ TJPA - DIÁRIO DA JUSTIÇA - Edição nº 7938/2024 - Quinta-feira, 10 de Outubro de 2024 – cópia da primeira página do documento em formato JPEG está na página 78 – seção de anexos deste trabalho

foi orientado pela instituição representada pelo judiciário municipal que se investigasse a área escolhida e assim foi identificado o espaço, conforme registrado nas imagens em seguida:

Imagem 30



Jocinaldo Rocha (Zequinha) 2024 – Presidente da associação.

A partir de então foi emitido o parecer solicitado pelo TJPA – Fórum da comarca de Breu Branco à comunidade³², fundamentando a proposta a aquisição do fomento para a elaboração de um plano de gestão compartilhada dos acervos arqueológicos, garantindo a participação da comunidade e também do poder público. Foram firmadas propostas ações que estimulassem práticas empreendedoras e geração de renda para a comunidade a partir do inventário do acervo arqueológicos, do acervo cultural imaterial e o estímulo ao etnoturismo de base comunitária, promovendo trocas de conhecimentos entre a população local e o público externo, concretizando assim o fortalecimento das referências socioculturais locais.

Uma valiosa contribuição para o resultado deste trabalho, foi a construção colaborativa de um artigo que foi submetido e apresentado no III Encontro de Pesquisa e Patrimônio Cultural com o tema “Patrimônio Cultural e Sociobiodiversidade” que foi realizado no período de 05 a 08 de novembro de 2024, no Centro Cultural Palacete Faciola – Auditório Eneida de Moraes. Este encontro fez parte da programação da Semana Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural da Secretaria de Cultura do Estado – SECULT-PA. No mesmo, foram apresentados dados etnográficos, impactos ambientais,

³² Cópia do Documento e do planejamento orçamentário enviado ao TJPA para a construção do espaço cultural QUILOMBO VIVO na Comunidade de Remanescentes de Quilombo da Vila das Criolas – página 79 - seção de anexos deste trabalho

risco de desastres naturais, confluências para mitigação de desastres e o impacto dos empreendimentos no entorno que prejudicam diretamente a comunidade.

Imagem 31



Cilene Nabiça – Organizadora do Seminário– 2024

O trabalho foi previamente apresentado para a comunidade, antes da anuência do evento em Belém. Neste encontro realizado na EMEF Castro Alves pertencente ao Quilombo, parte da comunidade que participou diretamente e de forma colaborativa com as informações para a pesquisa não se impressionaram com os resultados obtidos e apresentados diante da assembleia geral da associação.

Além de estarem vivenciando objetivamente, também participaram da perquirição, acompanhando o desenrolar das fases, de acordo com o cronograma apresentado ao PPGEAA – Programa de Pós-graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia e que também foi submetido ao CEP – Conselho de Ética em Pesquisas do Instituto de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Pará, previamente aprovado sob o protocolo do CAAE 83943224.0.0000.0018³³

4.7 Artigo: A Resiliência Cultural da Vila das Criolas no contexto da Sociobiodiversidade: Caminhos para a Etnoconservação e Memória

O artigo submetido foi apresentado sobre o tema “A RESILIÊNCIA CULTURAL DA VILA DAS CRIOLAS NO CONTEXTO DA SOCIOBIODIVERSIDADE: CAMINHOS PARA ETNOCONSERVAÇÃO E MEMÓRIA”, demonstrando empirismo e uma etnografia, abordando textos, contextos e recontextos diferenciados, onde para cada

³³ Parecer final consubstanciado do CEP - UFPA - seção anexo, página 108

arguição, seguiram-se novas propostas de visões sobre conservação, memória e sociobiodiversidade.

Este trabalho é parte integrante desta dissertação e segue na integra logo abaixo como resultado direto desta pesquisa, assim como a apresentação em *Power point* realizada primeiramente para os Quilombolas da vila das Criolas, co-autores deste trabalho. Após análise prévia do conteúdo do texto enviado, o artigo foi aprovado e enviado ao Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural/DPHAC órgão sob coordenação da A Secretaria de Estado de Cultura/SECULT-PA, apenas aguardando a publicação nos anais do evento.

A RESILIÊNCIA CULTURAL DA VILA DAS CRIOLAS NO CONTEXTO DA SOCIOBIODIVERSIDADE: CAMINHOS PARA ETNOCONSERVAÇÃO E MEMÓRIA³⁴

Wanderlan Montão da Silva³⁵

Paulo Roberto do Canto Lopes³⁶

RESUMO

Perquire-se o entrelaçado tríada entre patrimônio cultural, ambiente e sociobiodiversidade na Comunidade Remanescente de Quilombo da Vila de Criolas, situada na zona rural do município de Breu Branco, Pará. Localizando-se a margem direita do Rio Tocantins, onde suntuosos empreendimentos com o argumento desenvolvimentista de um regime, recito, período de regime militar, cresceram às custas de assalto das áreas de comunidades originárias e tradicionais, justificando o termo [*etno*]. Perceberam-se evidências de processos migratórios de fauna diversificada e movências humanas influenciadas por mudanças climáticas, impactando diretamente a cultura e alterando a concepção de sustentabilidade na comunidade. A gentrificação incentivada pela desordem progressista afana a paisagem sobre o território citado, surrupiando gradativamente a identidade etnopatrimonial do quilombo. O patrimônio cultural abordado inclui elementos tangíveis e intangíveis, enquanto a sociobiodiversidade combina diversidade cultural e biológica, conectando identidades comunitárias a resistência ambiental fragilizada pela ação antrópica. Enfatiza-se a importância de se manter o patrimônio afro-brasileiro resiliente como caminho para o fortalecimento da biocultura. O meio e a sociobiodiversidade demonstram um entrelaçado desempenhando um papel crucial na [*etno*]conservação. Destaca-se também a importância dialógica sobre a preservação da memória e a promoção de propositivas legais para a prevenção de riscos e desastres.

Palavras chaves: etnografia; quilombo; Criolas.

INTRODUÇÃO

A perquirição interrelaciona patrimônio cultural, ambiente e sociobiodiversidade na Comunidade de Remanescente de Quilombo da Vila de Criolas, comumente chamada de ‘Criolas’. O quilombo pertencente ao município de Breu Branco, localizado no sudeste do Pará. As relações descritas na tríade citada são campos de estudo que ganham

34 O presente trabalho é componente das discussões e elaboração de dissertação de Mestrado denominada “Ambiente, (re)existência e memória cultural: o etnopatrimonialismo do meio e a sustentabilidade do quilombo das Criolas nas tramóias do tempo”, junto ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos da Amazônia (PPGEAA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus Universitário de Castanhal, estado do Pará.

35 Discente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos na Amazônia (PPGEAA). Pedagogo, Especialista em Educação para as Relações Étnicorraciais (UFPA), Especialista em Tecnologia para a Educação (SEB-MEC) e Etnoeducador efetivo na rede Pública de Ensino, no município de Tucuruí. wanderlanmontao2@gmail.com

36 Docente Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Estudos Antrópicos da Amazônia (PPGEAA) da Universidade Federal do Pará, Campus Universitário de Castanhal, estado do Pará e Arqueólogo da Secretaria de Estado de Cultura do Pará (SECULT/SIMM/MEP). paulocanto6@gmail.com

destaques nas discussões sobre sustentabilidade e desenvolvimento local. O conceito de patrimônio cultural aqui mencionado abrange os aspectos materiais, como território e materialidades moveis, incluindo artefatos arqueológicos que remontam o período da história antiga dos povos originários da Amazônia (o que, em sua dicotomia, alguns apelidaram como *paleoindígena*, termo pouco aceito e não endossado entre os povos tradicionais e originários)³⁷ na comunidade pesquisada. Quanto a imaterialidade, destacam-se os saberes, tradições e práticas culturais abordados no escopo deste trabalho.

No contexto ambiental a sociobiodiversidade, que se refere à diversidade biológica e cultural interconectada, assume papel no fortalecimento e na preservação do meio ambiente. Nesse sentido, patrimônio cultural abrange tanto os bens materiais quanto os imateriais, representando a identidade e a memória de diferentes grupos sociais. Destacam-se tanto as práticas de preservação quanto os desafios enfrentados de um cenário de mudanças climáticas, desmatamento e pressão econômica. Colaborando com este contexto, enuncia-se Guedes e Bastos (2017), que propõem um caminho para a etnopreservação fundamentada nas tradições e na colaboração cultural, predizendo que:

A preservação de rituais e tradições que formatam a cultura afrodescendente nos remanescentes quilombolas, relaciona-se diretamente ao contexto de defesa do patrimônio cultural significativo à formação cultural brasileira. O passar dos anos, a incidência de ações e pessoas exteriores às comunidades, além da falta de interesse de novas gerações afrodescendentes aos ensinamentos passados pelos mais velhos, têm sido fatores incidentes do enfraquecimento desta cultura³⁸

Observando a interconexão predita no pensamento desta citação, percebeu-se a necessidade de se enfatizar a construção de políticas públicas culturais integradas e relacionadas com a preservação dos elementos [etno]patrimoniais. O Quilombo das Criolas é um exemplo de grupo que mantém práticas de manejo sustentável dos recursos naturais, em sinergia com suas tradições culturais. No entanto esse grupo frequentemente enfrenta desafios como a perda de terras ancestrais, degradação ambiental e ameaças à suas identidades culturais. Os estudos dessas intersecções são fundamentais para a

37 O Período citado como Paleoindígena, que mais adequadamente chamamos de Período da Pré-História Amazônica, compreende o momento no qual se dá pela chegada e dispersão inicial dos grupos humanos no continente americano e na Amazônia. Os mais antigos vestígios humanos para todo o continente foram encontrados no Nordeste dos Estados Unidos, datados de aproximadamente 14000 AP (Gilbert *et al.* 2008), enquanto os mais antigos vestígios de ocupação humana na Amazônia se referem a uma região próxima à cidade de Santarém-PA, datados em até 11200 AP (Roosevelt *et al.* 1996). Esses primeiros grupos assistiram à transição entre os períodos geológicos Pleistoceno e Holoceno, em uma época marcada por mudanças climáticas intensas que causaram modificações importantes nas comunidades bióticas observadas na fauna e na flora. Revela-se importante fase da história antiga da Amazônia, melhor referência conceitual, descolonizando o termo aplicado previamente.

38 CULTUR: Revista de Cultura e Turismo, ISSN-e 1982-5838, Ano 11, N°. 2, 2017, págs. 155-182

formulação de regulamentações mais garantidoras de acionamento de mecanismos fiscalizatórios que pautem a resiliência e o etnopertencimento ecológico dessa comunidade.

OBJETIVO GERAL

Analisar a relação de patrimônio cultural, ambiente e sociobiodiversidade nas Criolas, evidenciando suas contribuições para a sustentabilidade comunitária, apelando para o município sobre seus desafios, trajetória e territorialidade.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar as práticas culturais relacionadas ao uso e manejo sustentável dos recursos naturais nas Criolas que contribuem para a preservação ambiental e etnopatrimonial, relacionando estratégias de políticas públicas para a preservação do patrimônio cultural.

Avaliar o impacto das mudanças ambientais sobre o ambiente dessa comunidade e a coesão entre patrimônio cultural e sociobiodiversidade visando a resiliência comunitária.

Discutir políticas públicas que promovam a sustentabilidade ecológica e cultural da área do quilombo, propondo estratégias de preservação integradas entre cultura, meio e ambiente.

METODOLOGIA

Foram analisados documentos legais, artigos acadêmicos, legislação vigente sobre territorialidade³⁹, pertencimento étnico⁴⁰, correlações educacionais⁴¹, portarias governamentais sobre preservação do patrimônio⁴² e relatórios de organizações não governamentais. Além disso, entrevistas foram realizadas com líderes comunitários e nativos especialistas em patrimônio cultural local. Como técnica, a escrita etnográfica

39 Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007.

40 decreto nº 10.088, de 5 de novembro de 2019

41 lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003.

42 Portaria IPHAN nº 141, de 12 de dezembro de 2023.

estará em primeira pessoa descritiva-dissertativa, onde serão citados os mesmos comunitários dignamente retratados na descrição dos resultados.

Justificando previamente o entendimento do texto etnográfico, será percebido dentro da leitura, partes com trechos em primeira pessoa (eu) e/ou em forma descritiva dissertativa. Em outros momentos, serão citados os nomes dos entrevistados que previamente autorizaram livre e esclarecidamente, inclusive, o uso de imagens, através de elemento consubstanciado enviado ao CEP – Conselho de Ética em Pesquisas, submetido à plataforma Brasil.

Parte das imagens foram registradas por Ana Luiza da Silva Brasil (filha), quem me acompanhou nas intervenções. Também acompanhou o Sr Jocinaldo (Zequinha), líder da comunidade, do qual articulou as visitas, estando presente nas entrevistas, mostrando os espaços culturais antropizados, suas histórias, memórias, lendas, contos⁴³ e os ambientes que estão sendo severamente degradados pela ação humana.

Utilizando-se técnicas de busca por mapeamento e revisão sistemática de literatura, foram relacionadas nas *strings* dos indexadores, booleanos com o uso de palavras temáticas como patrimônio cultural, ambiente e sociobiodiversidade. Em se esgotando tentativas em portais de busca e, para correlacionar, descrevo os portais *researchrabbitapp*, onde 40 artigos de alto impactos dentre os 1135, em um período entre os anos de 1988 e 2023 e que foram os mais lidos. Já no *Litmaps* no mesmo período, foram encontrados 2350 artigos e, observando a acurácia computacional, foram apurados 13 (treze) dos mais indexados artigos conforme abaixo descritos nos gráficos:

43 À cerca de trezentos metros logo à frente da casa do Sr. Carlos, na mesma estrada, conta-se a história de um caboco índio que aparecia na passagem da viela e que puxava cipó e varas firmes do mato para “esbandalhar de lapada” quem por ali passava, mas logo que imediatamente se escondia como que num passe de mágica na capoeira sem nem mesmo deixar rastro. Causo contado pelos moradores, confirmado pelo seu Carlos e o Zequinha.

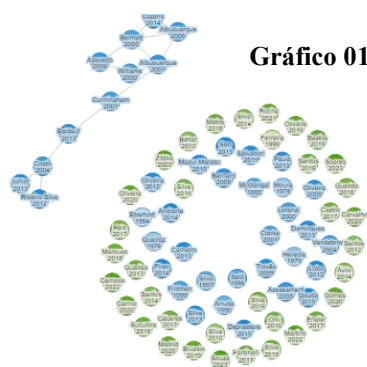


Gráfico 01

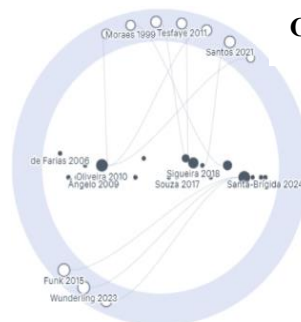
Do autor com uso do *Researchrabbitapp*, 2024

Gráfico 02

Do autor com uso do *Litmaps*, 2024

No gráfico 01, ficou evidente os artigos ao centro de cor azul com os maiores fatores de impactos em relação aos de cor verdes sobre o tema entre os anos relatados. No gráfico 02, por sua vez, mapeou-se os artigos mais citações e referenciados, colocando o assunto como evidente importância na contemporaneidade científica. Observou-se que esta informação iconográfica evidenciou a importância da sociobiodiversidade na preservação do patrimônio cultural da área relacionada em exemplo a outras regiões, bem como os impactos das pressões externas, como desmatamento, mudanças climáticas e exploração econômica. Ademais, buscou-se apresentar exemplos de boas práticas de manejo sustentável e que em treinamento com alguns comunitários, foram discutidos na área como o manejo da técnica do irrigapote⁴⁴, como solução agroecológica para agricultura, colheitas e plantio no período de estiagem e podem ser replicadas em outras regiões.

As transcrições foram realizadas com uso de dispositivos móveis, *softwares*, comandos e *plug-ins* específicos para coleta de dados, transformando a coleta de voz em texto. Foram mantidos na íntegra os relatos das falas seguindo a regra de citação direta baseada na NBR 14724. Desta forma se valida e coloca os entrevistados no mesmo panteão de importância que quaisquer outros autores pesquisados para que assim se motive sobre a importância da participação comunitária na produção de uma ciência democrática. Também se justifica previamente que, para melhor identificação dos participantes, serão mesclados textos usando duas fontes paralelas com tamanho 10, ‘com’ ou ‘sem’ destaque *itálico e negrito*, onde a fonte *arial* ‘sem *negrito*’ representará o trecho descritivo puro, *arial* ‘com *negrito*’ inserirá o pesquisador com trechos narrativos

⁴⁴ <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1094350/irrigapote-aprendizagem-coletiva-na-utilizacao-de-tecnologia-de-irrigacao-sustentavel>

e *'Times New Roman'* transcreverá textualmente às falas dos entrevistados com espaçamento simples.

Para além, obedecendo à NBR 10520/23, optou-se por utilizar no resultado etnográfico as fontes supracitadas em tamanho 10 (dez), recuo de 2 cm (dois centímetros) e espaçamento simples, equilibrando a importância das falas dos entrevistados, igualando-os a outros referenciados diretos e indiretamente.

RESULTADOS ESPERADOS

O estudo resultou na afirmação sobre a importância da sociobiodiversidade na preservação do patrimônio cultural da área relacionada como exemplo a outras regiões, bem como os impactos das pressões externas devido o desmatamento, mudanças climáticas e exploração econômica sobre a comunidade. Ademais, foram observados exemplos de práticas de manejo sustentável tradicionais aplicados cotidianamente e que podem ser replicadas como exemplo para soluções climáticas em outras regiões do município.

Evidenciou-se que as práticas tradicionais no Quilombo desempenham papel crucial na conservação da biodiversidade, como por exemplo, a técnica do manejo de terra, irrigação e do pescado baseado na economia circular. A morfologia dos solos entre *Latosolo* e *gleifossolos* da localidade é um exemplo de prática antropogênica que se mantém similares durante muitos séculos com as ancestrais, comprovando a existência de TPI (terra preta indígena). Comunidades indígenas e quilombolas, por exemplo, utilizam conhecimentos ancestrais para manejar recursos naturais de forma sustentável, abstraindo do solo as melhores colheitas e produzindo um solo antropizado rico em nutrientes.

As inserções destas práticas nas políticas públicas promovem conservação ambiental e a valorização do patrimônio cultural, amplamente resguardada pelo decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que enuncia a significância sobre territórios tradicionais como:

Os espaços necessários a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária, observado, no que diz respeito aos povos indígenas e quilombolas, respectivamente, o que dispõem os arts. 231 da Constituição e 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e demais regulamentações; e III - Desenvolvimento Sustentável: o uso equilibrado dos recursos

naturais, voltado para a melhoria da qualidade de vida da presente geração, garantindo as mesmas possibilidades para as gerações futuras.

Ainda de acordo com o artigo 231 do decreto citado, conclui-se outro resultado que seria a forma como esse manejo poderá servir de exemplo para a região e contribuir para a criação de políticas públicas mais [etno]inclusivas e eficazes que considerem a cultura local como parte integrante das estratégias de conservação ambiental. A pesquisa também focou em reforçar a necessidade de ações colaborativas entre governos, instituições de ensino superior, organizações não-governamentais e a própria comunidade, promovendo a valorização da preservação e da conservação como o caminho para a sustentabilidade do meio neste território.

Para além do meio e ao mesmo tempo extemporaneamente, o geógrafo Milton Santos, tratando de conceito de espaço e território, postula que “ a política do território tinha as mesmas bases que a política da economia, da cultura, da linguagem, formando um conjunto indissociável (comunidade) (Santos, 2000, p. 31) ”. Interseccionando conhecimento ancestral com a contemporaneidade a comunidade resguarda sua cultura usando saberes e fazeres de base comunitária. As descrições densas resultaram da resiliência cultural, transversalizando profundos conhecimentos de memórias e sociobiodiversidade, conforme as transcrições extraídas da etnografia abaixo:

Entrevistado 01: Antônio Lima Barroso (seu Ico)

Numa ensolarada manhã de domingo, Zequinha, o presidente da Associação da Vila, minha assistente de pesquisa mirim (minha filha Ana Luiza, quem produziu as fotos, ajudou nas filmagens, na gravação...), fomos até a casa dos entrevistados. O generoso Seu Ico, já nos aguardava, pois na noite anterior tínhamos acertado que iríamos até sua casa. Nos recebeu em seu portão com um grande sorriso. Tirei um gracejo: “*aaoooow, camisa bonita essa sua!* ”. Ele sorriu e rebateu: “*é, professor...tamo na roça, mermo! Nosso papão apanhou de 2x0!* ” Rimos, entramos na varanda de sua casa, posicionei o computador (nesse caso, usei o recurso de transcrição e gravação de voz por aplicativo) e nos assentamos.

Logo em seguida, entre risos e sorrisos, expliquei-lhe novamente a motivação daquela visita. Disse-lhes que não poderia revelar as perguntas antecipadamente pois precisava observar a questão da espontaneidade, autonomia e da liberdade da fala. Como estávamos bem à vontade, percebi que a altura da câmera estava ruim, pois os suportes que havia levado eram insuficientes para a ocasião (pesquisador sempre tem alguma coisa acontecendo fora do programado). Seu Ico teve a ideia (como um ancião visionário e completamente experiente na vida), logo de improvisar a altura da câmera fixada em cima de um cabo de vassoura. Foi genial! Estabilizou a imagem, e assim, começamos:

Qual seu nome completo?

Antônio Lima Barroso

Perfeito! Seu Antônio o quê que o senhor acha que significa a palavra memória?



Ana Luiza - 2024

Bom, pra mim tudo aquilo que a gente adquire com o tempo né? E vai passar como se fosse uma hereditária né? vai passando perfeito pra próxima geração⁴⁵

O senhor acha que o quilombo recebe algum apoio de governos para preservação do patrimônio?

Olha! No momento, até o momento...eu acredito que não!

Certo! E o senhor considera que a gente deve melhorar em relação à questão sobre patrimônio cultural?

Sim!

Na sua visão, o que o senhor considera ser cultura e patrimônio?

É tudo aquilo que o povo, éééh...iiiih, deu branco, agora!

(Sorrisos juntos)

Logo Seu Zequinha indaga com um gracejo:

É a velhice, professor! Foi torcer pro Paysandu, ficou assim esquecido!

(Todos rimos)

Naquele momento em diante, precisava daquela resposta, pois seria crucial para a pesquisa. O Seu Ico faz parte de uma das primeiras famílias pioneiras da cidade de Tucuruí, conhecidos como “família Barroso”, cuja matriarca mais velha, D. Maria Barroso, moradora do bairro do Pimental em Tucuruí é sua Tia. Usei uma nova estratégia para obter essa resposta, indo por um outro caminho discricionário. E, continuei...

Ah, sim, tranquilo! Certo! E você conhece alguma história, ou alguma lenda por aqui pela região? Pense aí! Tem alguma história, alguma lenda, algum “causo” que o Senhor conhece por essas bandas?

Olha, eu acredito que que tenha! Aliás, na época da minha infância e que o povo comentava que ali em frente, ou seja, no lado de Tucuruí na margem esquerda, né, aqui na esquerda ali no mangal existiu uma cobra grande ali naquele local onde hoje tem um flutuante, lá mas ali naquele lava jato. Ali naquele redemoinho ali existe uma cobra grande e isso desde a minha infância o povo comentava, mas eu ainda não vi ninguém dizer assim, eu vi! Nem de fato assim com foto alguma coisa assim, né?

Beleza...Seu Ico! O senhor conhece a história da sua comunidade do Quilombo, certo? Quais são as principais culturas, manejo ou costumes preservados aqui na comunidade?

Ainda encontra ativo, no caso, da arada da mandioca né? E a pesca certo? Tudo isso aí.

45 Providencialmente, a resposta do Seu Ico me surpreendeu! Sua fala se comparou a de Canclini (1995) que propõe um olhar contemporâneo sobre o patrimônio, articulando-o com a ideia de sustentabilidade cultural. Para o autor, a preservação do patrimônio não deve ser encarada apenas como um esforço de conservação do passado, mas como um processo dinâmico que integra a continuidade das práticas culturais no presente, promovendo o desenvolvimento sustentável. Essa abordagem sugere que as políticas de preservação devem buscar garantir que as culturas vivas continuem a se desenvolver e a serem transmitidas, evitando a museificação das práticas culturais e respeitando os direitos das comunidades detentoras desses conhecimentos.

Tem alguma questão cultural aqui a comunidade que o senhor gostaria de dizer que era importante no passado? (Fiquei curioso pela resposta, pois coaduna com a que ele disse que havia esquecido)

Sim!

E você poderia dizer qual?

O samba de cacete que o pessoal comentava que antes tinha essa “cultura”⁴⁶ e samba de cacete hoje a gente não se vê nem para lá mais!

E quais os principais desafios para manter essa cultura viva?

Incentivo no caso do governo principalmente estadual e municipal

O senhor acha que existem sítios arqueológicos aqui na região?

Acredito que sim? Existe sim e muito por aqui perto!

E como a gente pode preservar esses patrimônios?

Essas memórias⁴⁷ nós preservaria num museu, mas não seria só o museu, um pequeno museu mesmo, que seja em uma residência⁴⁸ para preservar. Eu acredito que ele poderia mostrar nossa história!

Perfeito! O senhor já me deu toda a informação possível! Pode salvar, filha! (Pedi a minha filha, que estava gravando e transcrevendo no computador) **Seu Ico já me deu informações mais do que necessárias do que eu gostaria de saber e ouvir.**

Muitos sorrisos e risos acompanharam o diálogo ali que não se estendeu tanto a partir dali, pois tínhamos mais casas especiais para visitar.

Entrevistado 02: Seu Carlos (grande mestre Cultura! Pescador, fazedor de malhadeira e antigo morador)

Nesta entrevista, não menos importante que a primeira, deparei-me com algumas situações extremamente interessantes! O relato em seguida, será descritivo, pois os vídeos possuem detalhes e informações tão mais específicas do que fossem narradas. O Sr. Carlos, patriarca da casa para qual seguimos, já estava tecendo sua malhadeira, sentado na frente de sua casa, conforme se observa nas imagens em seguida:

46 Nesse momento, percebi que, apesar do Seu Ico não conceituar como eu imaginei que ouviria, na verdade, trouxe-me um vislumbre ainda muito melhor do que eu precisava. Sua sábia colocação demonstra perfeitamente o que disse Halbwachs (1990), afirmando que “o patrimônio está intimamente ligado à memória coletiva, constituindo-se como um reflexo dos valores e crenças de uma comunidade”. O autor afirma que o processo de seleção de determinados bens culturais como patrimônio resulta da interação entre o grupo social e suas percepções sobre o que deve ser preservado, criando, assim, um vínculo entre o passado e o presente.

47 A observação que trago foi de que na pergunta que fiz, usei a palavra ‘Patrimônio’, mas com muita sabedoria, Seu Ico logo traz em sua resposta a palavra ‘Memória’. Esta providencial retórica, aliada ao contexto da resposta, muito correlaciona e identifica a carga do objeto de pesquisa deste projeto.

48 Seu Ico fez uma outra menção que me remeteu amplamente a uma especificidade existente na literatura onde Arruti (2017) contemporiza que “A utilização de casas comunitárias como espaços museológicos tem permitido às comunidades quilombolas expor suas narrativas, objetos de valor simbólico e práticas culturais, reivindicando o direito à memória e ao patrimônio cultural.” Arruti, José Maurício Andion. Patrimônio Cultural e Comunidades Quilombolas: Reflexões sobre a Museologia Social. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2017.



Imagem 02

Ana Luiza (filha)2024



Imagem 03

Ana Luiza (filha)2024

Logo no momento que nos assentamos, a cena mais curiosa e inicialmente rica em detalhes etnográficos foi de uma criança completamente à vontade deitada sobre as diversas malhadeiras que pelo chão estavam. Em suas mãos um aparelho celular e, pelo que se deu para ouvir, aparentemente divertindo-se em algum jogo digital. Iniciamos a conversa, enquanto se mantinha criança completamente à vontade, pois os indiferentes ali éramos nós, continuou em sua brincadeira.

Esse fato é extremamente curioso e mostra um relato importante para quem vem de fora e não é, necessariamente, aceito ou confiável pelas comunidades tradicionais. Remeteu-me pessoalmente à memória afetiva na condição de quando era criança na minha comunidade quilombola, o Petimandeuá. Fui pego de assalto nessa cena inicial, a cena a seguir me fez lembrar de um certo homem branco, de cabelos brancos, óculos no rosto e que andava pelo nosso “PITI” conversando com a comunidade.

Quando criança víamos esse “tal senhor” conversando, quase que interrogando minha falecida bisavó Tonha, às vezes com o saudoso tio Marino, muitas das vezes com a mãe Criola (grande memória), ou mesmo com o pai Lili (que apesar da idade, sua alegria contagiante ainda permanece forte e vibrante na Comunidade Remanescente de Quilombo Menino Jesus de Petimandeuá, vila pertencente à cidade de Inhangapi, nordeste do Pará)⁴⁹.

Nunca imaginei que aquele homem branco que andava muito por aquelas bandas seria Vicente Juarimbu Salles⁵⁰ (Dr. Vicente Salles), uma das maiores referências sobre a cultura e a história do Negro no Pará e na Amazônia! Jornalista, Historiador, Folclorista, Cronista, Escritor e Músicólogo, os trabalhos escritos por Salles com etnomusicologia possuem vertente pioneira nos

49 Acesse o QR CODE para assistir o relato de SALLES sobre o Quilombo de Pitimandeuá.



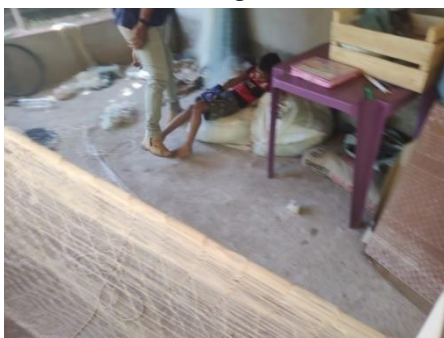
50 SALLES, contando sobre os indígenas que vagueavam pela vila Caripi, interior de Igarapé-Açu, perto da Estrada de Ferro de Bragança: “Os tembé ocupavam terras do Gurupi junto com negros aquilombados. Os negros, mais sedentários, plantavam suas lavouras e garimpavam. Os tembé, sem terra fixa, ou donos de toda a terra disponível, vagavam em busca de caça, e faziam suas lavouras aqui e ali. Naquela época aconteceu um fato que surpreendeu o Dr. Jorge Hurley. Os índios eram comandados por uma mulher negra, a Damásia, que teria sido raptada nos sertões da Bahia e levada, ainda criança, para a distante aldeia do Pará. Essa história está contada pelo prof. Raimundo Ciriaco Alves da Cunha numa crônica que tem o título “O Feminismo no Pará”, publicada no jornal A Palavra, n. 592, de 17 de maio de 1917. ” <https://vicentesalles.wordpress.com/noticias-biograficas>. Este relato de Salles sobre “uma mulher negra que comandava...”, muito intersecciona em um *nexo* causal com a história de Felipa Aranha e seus comandados, que em sua luta emancipatória contra a escravidão ao redor dos quilombos do Mola e do rio Itapocu, navegava com as pessoas libertadas, deixando-os livres às margens do rio Tocantins, dando origem a diversas localidades mocambeiras, incluindo as Criolas, objeto desta pesquisa.

textos acadêmicos avançados e metodológicos dos cursos superiores de música no Pará, complementando perfeitamente com o que diz KERMAN (1987) que prenuncia que:

O musicólogo é, em primeiro lugar e acima de tudo, um historiador', citando Palisca, e complementa: um historiador em seu papel de cronista ou arqueólogo, muito mais do que no de filósofo ou intérprete de culturas do passado⁵¹

Ainda sobre a situação da criança na casa de Seu Carlos, a condição despojada em que o menino se encontrava, muito confirma o fato de que quando uma pessoa estranha se aproxima logo as crianças de comunidades tradicionais de afastam com desconfiança. Apenas pessoas que possuem certa intimidade local ou que demonstrem confiança são permitidas se aproximarem de seu pertencimento. Minha lembrança afetiva da infância no Petimandeuá avistando o Seu Vicente conversando com meus parentes fez-me comparar com a cena aqui descrita, onde me incluí em comparação com este despojado menino na imagem visualizada em seguida:

Imagem 04



Autor - 2024

Quando já iniciamos a conversa, Seu Zequinha gentilmente foi até o menino e pediu que ele fosse para dentro da casa, quem sabe por achar que ele incomodaria com o som do jogo. Mas imediatamente logo lhe sugeri discretamente que a criança permanecesse ali, pois se encontrava 'muito bem à vontade, estando em sua casa'⁵²

Diferentemente da primeira entrevista em forma de conversa aberta, nesta, algumas novas indagações foram direcionadas, pois a visão patrimonial e cultural que se mostraria ali, seria de um exímio pescador, fazedor de cultura e nativo, filho de um dos antigos moradores que ali permaneceram, o que, nesse termo, encontra-se na quarta geração dos descendentes. Naturalmente, obteria novas respostas ou outras para novos assuntos.

Em um certo momento, enquanto a conversa já estava bem avançada, surgiu a curiosidade sobre uma pergunta que antes eu já tinha feito ao Seu Ico (na primeira conversa). Mostrando-se como um verdadeiro mestre de *rede*, suas mãos habilidosas não pararam de trançar com sua agulha de tarraxa de pesca, incomodou-me a vontade de fazê-la e a fiz:

Seu Carlos...

Pois não, vizinho!

O que o senhor entende como Patrimônio?

51 SALLES, Vicente. Música e Músicos do Pará. Coordenação de edição: Jonas Arraes. 3ª Ed. Ver. Belém: FCP, 2016.

52 OLIVEIRA (2012) aborda como o pesquisador, em visitas de campo a comunidades quilombolas, deve estar atento aos aspectos territoriais e identitários que permeiam a vida social dos quilombolas, observando as dinâmicas de resistência e (re)existência cultural. OLIVEIRA, João Pacheco. Quilombos: identidade étnica e territorialidade. 2. ed. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2012.

Assim como na primeira conversa, com o Seu Ico, Seu Carlos também titubeou, parou, pensou em torno de dez segundos sobre a resposta que ele daria, mas enquanto sua mente buscava uma resposta, suas mãos, tecendo a malhadeira, traziam a resposta mais perfeita.

Entrevistado 03: Seu Idamor (o mestre do banjo do samba de cacete, pintor e desenhista)

Imagem 05



Autor - 2024

Chegamos por volta das 11h na casa do Seu Idamor, uma figura super carismática! Logo que chegamos, ele convidou para entrar, porém percebi que o cenário ali fora traria alguns fatos novos e bastante relevantes para a pesquisa. O que me chamou atenção foi o fato de que no pano de fundo, a imagem que se mostrava logo atrás, cerca de 150 metros, encontra-se uma das ilhas separadas da vila. Naquela localidade encontram-se aproximadamente doze casas. Em período de seca, ou quando as comportas da Usina estão fechadas consegue-se atravessar caminhando para esta região da ilha da frente.

Gentilmente, Seu Idamor assentou-se em um banco de madeira, deram-me um banco, Seu Zequinha também se assentou por ali, minha filha Ana ficou fotografando e, já cansada, se assentou. Diferente das primeiras, nesta nem precisei fazer perguntas. Nesse, era como se ele já soubesse o que eu pretendia, e foi abertamente falando. O diálogo foi em forma de bate-papo quase sem perguntas. Também se ouviram as falas e a contribuição da Esposa do Seu Idamor, que revelou uma dúvida sobre uma importante questão que envolveria sustentabilidade ambiental e uma lenda amazônica. Dois mistérios culturais e religiosos antigos que muito se ouvia, foram ditos pelo mestre Idamor e sua esposa, como se mostram em seguida...

Começou com ele falando...

É isso!

O Zequinha diz que o senhor tem conhecimento sobre samba de cacete...

Nessa região ali (ele aponta para trás, onde está a ilha e para a direção do meio da vila) constantemente o povo que vinho passar a festa né, hum quando era na na varrição que era a última noite as pessoas exigiu só mais um puco até amanhã, mais um puco, porque eu quero samba de cacete ninguém quer forró, não! Né! Quebrar o forró a gente retinto com o tambor todos eles quase com suas velha acompanhada. Nós tocava no dia da rede que passava a reza da festa, graças a Deus, o dia todo e antes de 10 hora eles começavam. Agora mesmo a galera tava podendo falar que a gente já sabia bater o tambor né! O pau comia até 5 horas da manhã! não tinha como você não gosta, por que era alegria danada, né! É uma festa assim parece que era só uma família! O que o que eu ficava você vai ver. agora me dá aquele relógio aí, França!

França é o nome de sua esposa. Seu Idamor interrompe e pede para ela lhe trazer um belo e reluzente relógio, aparentemente um oriente de cor prata.

Vô buscar lá (Dona França, respondeu!)

Imagem 06



Imagem 07



Faz uns 20 anos ou más! é Comprida e longa porque tem uma história assim e hoje nós temos até hoje tudo isso que participou dessa! (Referiu-se ao tempo de quando houve a última festa com o samba de cacete como a que ele participava).

Tenho tudo na cabeça! O que acho que até existem muito saudade, ah, como eu sinto! Baixei o tambor do samba de cacete, né?

O senhor era banjoísta?

Banjo? Ah! Então no banjo ia dar certo porque eu sou de tocá, então é uma coisa que é assim! Se mi dê, eu toco sem dificuldade de dizer não! E aí aqui sim, sim!

Naquele momento seguinte, algo me impressionou! Ele faz sinal para sua esposa que entra na casa e traz uma imagem de uma santa católica que estava dentro de sua casa e diz:

Olhe, ela pegou uma coisa que que isso aqui: é uma gilhado que é da santíssima Trindade e até hoje ela tá aqui. Ela era dali! (E aponta para a ilha atrás) sim, senhor, sim! Tinha uma igreja que tava ali e eu ando mais ou menos lá, mas agora não consigo chegar nem metade! e o que se tinha era uma a igreja e que a construção da igreja era de 47⁵³ (quis dizer sobre a data de 1947) na primeira água⁵⁴! Você lembra, Zequinha? (Perguntou ao Zequinha) Nós não tem segurança com isso não! Samos, pequenos! então não vamos se separar daqui! vamos acabar aqui! vamos tentá trazer essa mudança de maneira que quando nós chegamos a se mudar para cá, já tinha foi morrendo muita gente! Já fui morrendo de muita gente, mais pra complementar e aí da história praticamente o resto aí! De perguntar é que carambola (no contexto, percebeu-se que se referia a Quilombola)

53 A igreja relatada era uma antiga capela que fora construída na ilha da parte da frente da vila. Segundo os quilombolas mais antigos de Pederneiras, Jutai e Criolas, há a confirmação que uma antiga capela que fora destruída com uma inundação no ano de 1947. Seu Idamor afirma que na adolescência ajudou a construir esta capela, servindo de ajudante de pedreiro junto a seu pai. A única coisa que sobrou foi a imagem de uma santa católica, a santa Ana, que segundo ele, fora levada para uma antiga capela onde ficou guardada desde a década de quarenta até o retorno seu retorno para as Criolas. Esta capela hoje se encontra a igreja do bairro do Mangal em Tucuruí. Ainda segundo seu Idamor, um antigo padre o entrega a imagem para que retornasse para as Criolas.

54 Refere-se ao termo “primeira água” como sendo esta inundação que ocorreu naquele trecho e invadiu as casas de quem por ali estava. As Criolas, também chamada popularmente de Ilha das Criolas, é um espaço com solo arenoso, latossolo e Gleifossolo. Com a vinda da água, parte da terra se solta, dividindo o território e isolando os moradores que residem em um espaço de terra. A erosão provocada pela água faz com que o chamado ‘beiradão’ desabe anualmente, formando novas paisagens. A aparência geográfica das áreas que ficam às margens da vila, muda constantemente devido o processo de abertura das comportas da Usina Hidrelétrica, que, além de modicar o relevo, também interfere diretamente na fauna aquática que não consegue por ali concluir seu ciclo natural. Os pescadores, como o Seu Carlos, são diretamente afetados com este ciclo irregular.

Imagem 08



Autor - 2024

Quilombo: você já ouviu falar? O que o senhor acha que seja quilombola?

Hoje eu não, eu não teria muita preocupação aqui pra mim entender o que era isso aí, né? adonde se encontrou sobre achados! Achados, sim! Assim é, encontra coisa de alguém bem antigo dos povos passados indígenas.

O senhor achou alguma coisa assim por aqui?

Eu já vi alguém achar alguma coisa. Ali (apontou para a direção oriental da vila) morou o Benedito onde eu conheci ele, ele tava lançando a faixa do jeito que tava já sozinho. Ele sim encontrô coisa! Ai fica a gente sem sabê, pois o que ele achou parecia que é algo antigo com muita ferruge. Imagina assim pode dizer que eu te encontro uma coisa feita essa, né?

O que o senhor acha que seja cultura?

Olha! Nós, nós já até fizemos várias essa coisa de cultura. E eu sempre declarei isso aqui, né! Cultura o que a gente faz, né? As dança antiga era cultura.

Após esse momento, a Dona França oferece suco de cupuaçu para minha filha Ana. Com um sorriso de felicidade, minha filha foi e se aproximou, tomou o suco e elogiou. Logo, a gentil senhora vai e apanha dois cacaos maduros e novamente entrega para a menina e disse:

Professor e Aninha! Toda vez que quiser vi, vem! Pode vi pra almoço também!

Logo que começamos a beber o suco oferecido, comecei a falar sobre o calor intenso. Indagava sobre a morte de botos na Amazônia e naquele momento Dona França pareceu ter lembrado de uma coisa importante e disse:

E o sinhô acredita, professô, que tem um bicho estranho por aqui? Ele tem um negócio feio na cabeça e feio! Tem um canto que me arrupiou, e eu achei até que era uma mantinta pereira. Nunca tinha visto isso por aqui!

É mermo! (Interpelou Seu Idamor) tenho mais de oitenta ano, cresci aqui, fui embora e a vinte ano voltei pra cá e não sai mais! Nunca vi e nem tinha ouvido um som de um bicho como esse!

Minha curiosidade me fez pedir para que eles descrevessem um pouco mais o animal. Também pedi gentilmente que a Dona França pudesse tentar imitar o som do referido animal e ela o fez assoviando.⁵⁵ Logo peguei meu celular e, reconhecendo o som, baseado nas características que eles relataram, acessei um portal, abri uma foto e mostrei a eles.

55 O animal citado é uma Anhaúma. Uma ave grande, *anseriforme* da família *Anhimidae*. É a ave símbolo do estado de Goiás, presente também nas bandeiras das cidades de Guarulhos e Tietê (São Paulo). Conhecida também como inhuma, inhaúma, unicorne, aiúma (Rondônia), licorne, anhima, alicorne, cauintã, cuintáu, ema-preta, cametau, guandu (Mato Grosso), caiuí, itaú. Inhuma deriva da palavra tupi “nhãum”, que significa “ave preta”. <https://www.wikiaves.com.br/wiki/anhuma>. Nas pesquisas, a Anhauma - do (tupi) *anhuma*, *anhima*, *inhuma* = pássaro preto gritador; e do (latim) *cornuta*, *cornutus*, *cornu* = com chifre, chifre. Pássaro preto gritador com chifre, não era comumente encontrado na vila. Outros moradores antigos também relataram a não presença desta ave. Segundo especialistas, a ave é encontrada em diversas

Vixe, Maria! Professor... é esse mermo! (Dona França se benze). Ispia aí, Idamor! É muito feio, né não! Nunca vimos isso por aqui, não!

CONCLUSÃO

A integração entre patrimônio cultural, ambiente e sociobiodiversidade é perfeitamente fundamental para a sustentabilidade de comunidades tradicionais. O estudo destacou a necessidade de uma abordagem que inclua aspectos culturais nas políticas ambientais e de desenvolvimento sustentável. A preservação do patrimônio cultural deve estar unida à proteção ambiental, pois não são interdependentes. Essas conexões são essenciais para o desenvolvimento etnopatrimonial da Comunidade Remanescente de Quilombo da Vila de Criolas, que abriga diversas bioculturas. É necessário promover políticas que valorizem conhecimentos ancestrais e práticas culturais, visando a conservação ambiental, propositura indispensável em tempo de conferência climática.

BIBLIOGRAFIA

ARRUDA, Rinaldo S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio Carlos; VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo (Org.). Sistemas tradicionais e manejo dos recursos naturais. São Paulo: NAPHA/USP, 1996. p. 209-224.

BERKES, Fikret. Sacred ecology: traditional ecological knowledge and resource management. 4. ed. New York: Routledge, 2017.

CASTRO, Fábio Lopes de Almeida. Populações tradicionais e manejo sustentável na Amazônia: o caso do projeto Mamirauá. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 6, p. 59-70, 2002.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo S. V. Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

LIMA, Deborah da Rocha. Conhecimento ecológico tradicional e conservação da biodiversidade: o papel das populações tradicionais. In: SIMÕES, Reinaldo Farias; LEITE, Paulo Pereira. Biodiversidade e populações tradicionais: contribuições para a conservação e o uso sustentável no Brasil. Brasília: IBAMA, 2004. p. 45-64.

regiões do País, mas é predominantemente do sul e centro-oeste brasileiro. Afirmam-se os ornitólogos de que com as chuvas intensas do Rio Grande do Sul (2024), houveram intensas migrações de centenas de grupos dessas aves para a região amazônica, onde sua presença ainda era pouco vista, com exceção de áreas pantanosas, o que não se tem nas Criolas. Até então, não foram localizados na literatura estudos sobre essa migração intensa e nem sobre os impactos ambientais que poderão ocasionar devido ao aumento desses bandos na área do quilombo. Abriu-se, portanto, alerta e um chamamento para pesquisas, demonstrando assim, um estudo de caso.

LUCIENE, Rodrigues., Sandra, Mara, Alves, da, Silva, Neves. (2024). Ecosociosystem Landscape of the Sustainable Development Reserve of Quilombos de Barra do Turvo, São Paulo. *Revista Sociedade & Natureza*, 36(1) doi: 10.14393/sn-v36-2024-72048

OLIVEIRA, João Pacheco de. Terras e territórios de uso tradicional: reconhecimento e direitos culturais. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). *Terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: Universidade Federal do Amazonas, 2006. p. 33-62.

RAQUEL, Faria, Scalco., Bernardo, Gontijo. (2022). Sobreposição entre territórios quilombolas e unidades de conservação de proteção integral:. *Caderno de Geografia*, 32(68):348-348. doi: 10.5752/p.2318-2962.2022v32n68p348

SANTILLI, Juliana. *Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural*. São Paulo: Peirópolis, 2005.

SILVA, Neiva Maria Coelho da; FERREIRA, Leandro. *A biodiversidade e as comunidades tradicionais da Amazônia: estratégias de conservação e manejo sustentável*. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Abho; associação brasileira de história oral; revista história oral em atualização; 2021; disponível em: historiaoral.org.br/informativo/view?TIPO=&ID_INFORMATIVO=175; acessada em: 23/01/24.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Os Quilombos e as novas etnias. In: *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. O'Dwyer, Eliane Cantarino(org). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 43-83.

Barreto, P. et al. (2006). Pressão humana sobre as florestas amazônicas brasileiras. *World Resources Institute*. Disponível em: <https://wri.org/publication/human-pressure-brazilian-amazon>

Bezerra et al (2022); Spatio-temporal analysis of dynamics and future scenarios of anthropic pressure on biomes in Brazil; disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S1470160X22002205>; acessado em: 22/01/24.

bhabha, homi k; the location of culture; “London and New York”, 1994; first published; 12 – 18.

Boucher, D., Roquemore, S., & Fitzhugh, E. (2011). Sucesso do Brasil na Redução do Desmatamento. *Tropical Conservation Science*, 4(3), 426-429. Disponível em : <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/194008291100400316>

COELHO, Maria Alice. *Educação Patrimonial e Sustentabilidade Cultural*. São Paulo: Editora XYZ, 2015.

Elipse; Elipse Knowledgebase; 2023; disponível em: <https://kb.elipse.com.br/>; acessado em: 23/01/24.

Fearnside, PM (2005). Desmatamento na Amazônia brasileira: história, taxas e consequências. *Conservation Biology*, 19(3), 680-688. DOI: 10.1111/j.1523-1739.2005.00697.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia Preventiva: Teoria e Prática*. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

Google; Google Books Ngram Viewer; 2004; disponível em: <https://books.google.com/ngrams/>; acessado em: 23/01/24.

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-58212010000300006; acessado em 02 de julho de 2023.

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp067624.pdf>; acessado em 01 de julho de 2023.

<https://app.litmaps.com/> - acessado em 17 de junho de 2023

<https://medium.com/@hiliaryblairdraper/edward-hall-and-his-impact-on-anthropology-94be86df6970>; acessado em 28 de junho de 2023.

<https://openai.com/index/chatgpt/> - acessado em 24 de junho de 2023

<https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/vortex/article/view/1852>; acessado em 02 de julho de 2023.

<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/6667>; acessado em 02 de julho de 2023.

<https://www.scielo.br/j/seq/a/wdzZDPg7PbNMPtmDXmP3xLH/?lang=pt>; acessado em 02 de julho de 2023.

<https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2012/01/curr%C3%ADculo-e-diversidade-cultural.pdf>; acessado em 30 de junho de 2023

https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/HALL_Cultura_e_Representa%C3%A7%C3%A3o-2016, acessado em 29 de julho de 2023.

IBRAM; Resolução Normativa Ibram nº 19, de 25 de maio de 2022; 2022; disponível em: gov.br/museus/pt-br/assuntos/legislacao-e-normas/outros-instrumentos-normativo; acessada em: 22/01/24.

ICOM; *INTERNATIONAL COUNCIL OF MUSEUMS*, c.2010- 2012; 2008; disponível em: <https://icofom.mini.icom.museum/wp-content/uploads/sites/18/2018/12/ISS37-2008>; acessado em 22/01/24.

https://monoskop.org/images/3/39/Geertz_Clifford_A_interpretacao_das_culturas.pdf

Iphan; Instituições de Guarda - Arquivos Shapefiles; 2022; disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1701/>; acessado em: 20/01/2024.

Iphan; Bancos de Dados - Patrimônio Arqueológico; 2014; disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1701/>; acessado em: 23/01/24.

Iphan; Cadastro Nacional das Instituições de Guarda e Pesquisa (CNIGP); 2014; disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1701/>; acessado em 20/01/2024.

Iphan; Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos (CNSA); 2009; disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1697>; acessado em: 20/01/24.

Iphan; Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Arqueológico (SGPA); 1997; disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sgpa/>; acessado em: 23/01/24.

Iphan; Sítios Arqueológicos Georreferenciados; 2014; disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1701/>; acessado em: 23/01/24.

Margulis, S. (2003). *Causas Banco Mundial*. Disponível em : <http://documents.worldbank.org/curated/en/510921468743962552/pdf/multi0page.pdf>

Nepstad, D. et al. (2008). O fim do desmatamento na Amazônia brasileira. *Science*, 326(5958), 1350-1351. DOI: 10.1126/science.1182108

Planalto; seção II da cultura; art. 215-216; disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm; acessado em: 23/01/24.

- RODRIGUES, Antônio Carlos. *Impactos do Desmatamento na Preservação do Patrimônio Arqueológico da Amazônia*. Manaus: Editora UFAM, 2018.
- SEICOM. Municípios do Pará. O Pará e seus municípios. Belém, 2004. p 422-424
- SEMPRINI, A (1999); Multiculturalismo, Bauru, EDUSC. (Coleção Verdum).
- Serverdor.in; Projeto de código aberto InfluxDB;2021; disponível em: <https://serverdo.in/influxdb/>; acessado em 23/01/24.
- SILVA, José Augusto. *Cultura e Sustentabilidade: O Papel das Comunidades Tradicionais na Preservação do Meio Ambiente*. Brasília: Ipea, 2017.
- Usp; Centro de Documentação em Historiografia Linguística (Edital MCT/CNPq 02/2006-Universal – Processo 4775-49/2006-3); 2006; disponível em: <https://cedoch.fflch.usp.br/documenta>; acessado em: 23/01/24.

APÊNDICE e ANEXOS

01 - Slide apresentado no III ENCONTRO DE PESQUISA E PATRIMÔNIO CULTURAL com o tema “PATRIMÔNIO CULTURAL E SOCIOBIODIVERSIDADE” que será realizado no período de 05 a 08 de novembro de 2024, no Centro Cultural Palacete Faciola – Auditório Eneida de Moraes, em Belém do Pará. Este encontro fará parte da programação da Semana Estadual do Patrimônio Histórico e Cultural desta Secretaria de Cultura.



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ
SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

III ENCONTRO DE PESQUISA E PATRIMÔNIO CULTURAL

Resiliência Cultural da Vila das Criolas

Relação entre patrimônio cultural, meio ambiente e sociobiodiversidade na Vila das Criolas, uma Comunidade quilombola em Breu Branco, Pará. Investiga-se a preservação cultural e os desafios ambientais enfrentados pela comunidade.

Wanderlan Montão da Silva
Paulo Roberto do Canto Lopes



Tríade: Patrimônio, Ambiente e Sociobiodiversidade

1 Patrimônio Cultural

Inclui elementos tangíveis e intangíveis relacionados ao meio ambiente.

2 Meio Ambiente

Contexto natural essencial para a comunidade.

3 Sociobiodiversidade

Combina diversidade cultural e biológica, fortalecendo a identidade comunitária.



Ana Luiza (Filha) 2024



Desafios da Comunidade

Perda de Terras — 1

Ameaça às terras ancestrais da comunidade.

2 — Degradação Ambiental

Impactos negativos no ecossistema local.

Ameaças Culturais — 3

Riscos à preservação da identidade cultural.

Metodologia da Pesquisa



Ana Luiza (Filha) 2024

Revisão Bibliográfica

Análise de literatura acadêmica e documentos legais.

Entrevistas

Conversas com líderes comunitários e especialistas.

Observação Participante

Participação em eventos culturais e rituais da comunidade.

Análise de Dados

Uso de ferramentas como Researchrabbittapp e Litmaps.

Práticas Culturais e Sustentabilidade

Conhecimento Tradicional

Saberes ancestrais aplicados ao manejo sustentável dos recursos naturais.

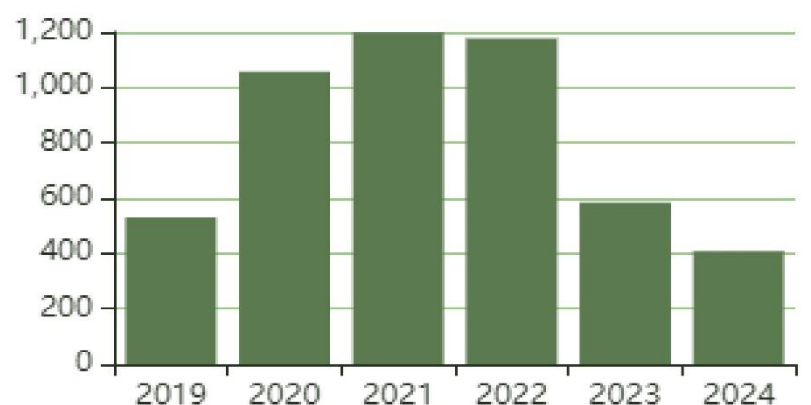
Resiliência Cultural

Fortalecimento da cultura e resistência comunitária.

Manejo Sustentável

Práticas que promovem a conservação ambiental.

Desmatamento



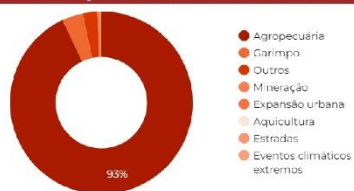
MapBiomas, 2024

Impactos das Mudanças Ambientais

Porcentagem de desmatamento por tipos de vegetação

UF	Florestal	Savânica	Campestre	Outros
Pará	92,8%	4,0%	0,7%	2,6%

Principais vetores do desmatamento



Mapbiomas 2024

1 Desmatamento

Redução da área florestal e biodiversidade.

2 Mudanças Climáticas

Alterações nos padrões de chuva e temperatura.

3 Pressão Econômica

Exploração dos recursos naturais da região.



Políticas Públicas e Preservação

Decreto nº 6.040

Reconhecimento de territórios tradicionais

Lei 10.639

Ensino da história e cultura afro-brasileira

Portaria IPHAN nº 141

Preservação do patrimônio cultural



Importância da Integração

1 Abordagem Holística

Inclusão de aspectos culturais nas políticas ambientais.



Autor, 2024

2 Interdependência

Relação intrínseca entre patrimônio cultural e proteção ambiental.



Autor, 2024

3 Resiliência

Fortalecimento da comunidade frente aos desafios ambientais.



Autor, 2024

Riquezas Naturais

Segundo a Convenção 169 - OIT

Artigo 15 : "os direitos dos povos relacionados aos recursos naturais existentes em suas terras devem ser especialmente protegidos"

Artigo 6 : "sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas que possam afetá-las diretamente." A consulta deve ser feita "mediante procedimentos de proteção e, especificamente, por meio de suas instituições representativas", e com a finalidade de obter sua autorização.

Artigo 7 : Assegurar que "os povos interessados devem ter o direito de decidir suas próprias prioridades no processo de desenvolvimento [...] e, na medida do possível, controlar seu desenvolvimento econômico, social e cultural."



Autor, 2024



Resultados Esperados



Proteção Ambiental
Conservação da biodiversidade local.



Valorização Cultural
Fortalecimento das tradições quilombolas.



Desenvolvimento Sustentável
Equilíbrio entre preservação e progresso.



Conclusão e Perspectivas Futuras

Preservação Integrada

Necessidade de políticas que unam cultura e ambiente.

Justiça Social

Promoção da equidade e reconhecimento dos direitos quilombolas.

Continuidade

Garantia da transmissão de conhecimentos tradicionais às futuras gerações.

Bibliografia

ABHO; associação brasileira de história oral; revista história oral em atualização; 2021; disponível em: historiaoral.org.br/informativo/view?TIPO=&ID_INFORMATIVO=175; acessada em: 23/01/23.

ARRUDA, Rinaldo S. V. Populações tradicionais e a proteção dos recursos naturais em áreas protegidas. In: DIEGUES, Antonio CASTRO, Fábio Lopes de Almeida. Populações tradicionais e manejo sustentável na Amazônia: o caso do projeto Mamirauá. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba, v. 6, p. 59-70, 2002.

IBRAM; Resolução Normativa Ibram nº 19, de 25 de maio de 2022; 2022; disponível em: gov.br/muscus/pt-br/assuntos/legislacao-c-normas/outros-instrumentos-normativo; acessada em: 22/01/23.

SILVA, Neiva Maria Coelho da; FERREIRA, Leandro. A biodiversidade e as comunidades tradicionais da Amazônia: estratégias de conservação e manejo sustentável. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 2010.

Obrigado!

wanderlanmontao2@gmail.com



02 - Cópia do projeto do Espaço de Vivências Quilombo Vivo

1 – DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROJETO E DA INSTITUIÇÃO

TÍTULO DO PROJETO: ESPAÇO DE VIVÊNCIAS QUILOMBO VIVO DA VILA DAS CRIOLAS

NOME DA ENTIDADE: ASSOCIAÇÃO REMANESCENTE DE QUILOMBO DA COMUNIDADE DA VILA DAS CRIOLAS – ARQUIVIC

ENDEREÇO: Vila das Criolas - Breu Branco – Pará

PRESIDENTE: Jocinaldo Rocha Lopes

TELEFONE: (94) 99158-6785

Número total de Famílias: 157

Número total de Habitantes: 485

Conta: 0804 / 42211-1 – Banco SICREDI

2 - JUSTIFICATIVA

A criação e o uso de um espaço comunitário no quilombo são fundamentais para fortalecer laços sociais, preservar a identidade cultural e promover o desenvolvimento local. Esse ambiente atua como um ponto de encontro seguro onde a comunidade pode praticar, ensinar e perpetuar suas tradições, como danças, cantos, histórias, e saberes ancestrais. Além disso, a casa comunitária serve como espaço para educação popular, oferecendo cursos, oficinas, e atividades educativas que promovem autonomia e capacitação dos moradores, contribuindo para a valorização da cultura quilombola e para a sustentabilidade do território.

Outro aspecto essencial é que o espaço comunitário proporcionará uma infraestrutura para reuniões e tomadas de decisão coletivas, promovendo a participação ativa da comunidade na elaboração de estratégias que busquem o fortalecimento e a defesa de seus direitos. Também funciona como um local de acolhimento, apoio mútuo, e preservação do patrimônio material e imaterial, representando um ponto de resistência contra pressões externas, como a perda de terras e os impactos ambientais. Ao proporcionar essas oportunidades, o espaço comunitário se torna um elo entre gerações,

estimulando a continuidade da cultura e a resiliência da comunidade diante dos desafios atuais.

3 - OBJETIVO GERAL:

Implementar um espaço comunitário com a aquisição da casa comunitária no quilombo para a promoção e a valorização cultural, o fortalecimento dos laços comunitários e o desenvolvimento sustentável, servindo como ponto de referência para a preservação do patrimônio material e imaterial da comunidade, além de apoiar iniciativas de educação, saúde, e geração de renda.

4 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS:

Preservar e valorizar a cultura quilombola: Realizar oficinas, rodas de conversa e atividades culturais voltadas à promoção do patrimônio cultural e da memória coletiva, visando fortalecer a identidade e a resistência cultural da comunidade.

Promover a educação e o desenvolvimento de habilidades: Oferecer cursos e capacitações em temas de interesse, como agricultura sustentável, artesanato, alfabetização e uso de tecnologias apropriadas, com o objetivo de ampliar as oportunidades de geração de renda e de formação de jovens e adultos.

Fomentar a participação e organização comunitária: Estabelecer o espaço como um centro de reuniões para facilitar o diálogo entre os moradores e a tomada de decisões coletivas, fortalecendo a autonomia e a governança da comunidade em questões que impactem seu território e modo de vida.

Incentivar práticas de sustentabilidade e preservação ambiental: Desenvolver projetos e ações de educação ambiental e práticas sustentáveis, como hortas comunitárias e compostagem, para promover o cuidado com o meio ambiente e a sustentabilidade do território.

Servir como espaço de acolhimento e apoio social: Criar atividades de apoio e integração social, oferecendo suporte para grupos vulneráveis, como jovens, idosos e mulheres, visando fortalecer a coesão social e o bem-estar da comunidade.

5 - RESULTADOS PRETENDIDOS:

- Fortalecimento da identidade e da cultura quilombola, com aumento na participação em atividades culturais.
- Ampliação da oferta de capacitações e aumento da geração de renda local.
- Melhoria na organização comunitária e no processo de tomada de decisões coletivas.
- Promoção de práticas sustentáveis e maior conscientização ambiental na comunidade.
- Aumento do apoio social e do sentimento de pertencimento entre os moradores, promovendo uma comunidade mais integrada e resiliente.

6 - CARACTERÍSTICAS DO PÚBLICO-ALVO:

O projeto é voltado para 157 famílias, registrando 459 pessoas entre os membros da comunidade quilombola, abrangendo um público diverso que inclui crianças, jovens, adultos e idosos, com foco especial em grupos em situação de vulnerabilidade. As características específicas do público-alvo incluem:

6.1 - Famílias Quilombolas Residentes:

- Composições familiares variadas que se dedicam a atividades tradicionais e à preservação cultural e ambiental do território.
- Baixo acesso a serviços básicos e recursos educativos, o que reforça a importância de um espaço de apoio comunitário.

6.2 - Jovens e Adolescentes em Idade Escolar:

Necessidade de formação complementar e de atividades extracurriculares que valorizem a cultura quilombola e promovam a autoestima e o engajamento comunitário. Exposição a desafios como o acesso limitado à educação de qualidade e à formação profissional, o que torna essencial o oferecimento de cursos e oficinas voltados à capacitação.

6.3 - Mulheres e Líderes Comunitárias:

Inclui mães, artesãs, agricultoras e lideranças femininas que buscam maior autonomia econômica e engajamento na gestão comunitária.

Enfrentam barreiras econômicas e sociais, além de alta carga de responsabilidades familiares, o que exige apoio em formas de capacitação e espaços para fortalecer sua atuação na comunidade.

7 Idosos da Comunidade:

7.1 Guardiões da memória e das tradições quilombolas, cujo conhecimento é essencial para a preservação cultural.

7.2 Necessitam de espaços de convívio e de integração que reconheçam e valorizem sua contribuição, promovendo bem-estar social e respeito intergeracional.

8 Crianças em Fase de Desenvolvimento:

8.1 Crianças em idade pré-escolar e escolar, que precisam de atividades lúdicas e educativas para promover o desenvolvimento cognitivo e cultural desde cedo.

8.2 A demanda por atividades de socialização e brincadeiras em grupo para fortalecer vínculos e transmitir valores e tradições.

9 - BENEFÍCIOS ESPERADOS PARA O PÚBLICO-ALVO:

- Acesso a um ambiente seguro e acolhedor para a convivência comunitária e o compartilhamento de saberes.
- Fortalecimento da identidade cultural e promoção de práticas educacionais e sustentáveis.
- Melhoria da qualidade de vida com apoio social e atividades que visam o desenvolvimento pessoal e a capacitação profissional.
- Valorização dos idosos como transmissores de conhecimento, e estímulo à juventude para a continuidade das tradições e do engajamento comunitário.

10 - VIABILIDADE

Consideramos três principais áreas: **viabilidade técnica, econômica e social**. Estes fatores reforçam a avaliação dos recursos necessários, o impacto esperado e a sustentabilidade do projeto a longo prazo

10.1 -. Viabilidade Técnica:

- **Localização e Terreno:** foi identificado um espaço central e acessível para todos os membros da comunidade que será adquirida por este fomento
- **Materiais de Construção Sustentáveis:** evocamos a preferência de materiais locais e sustentáveis para tentar reduzir custos de transporte e promover uma construção mais ecológica.
- **Parcerias Técnicas:** Firmar parcerias com atores parceiros como universidades, pesquisadores e profissionais que desenvolvem ações de interesses sociais, que colaboram com mão de obra qualificada e oferecem orientações sobre design arquitetônico funcional e culturalmente relevante para o quilombo.
- **Infraestrutura Sustentável:** Planejamos o centro com soluções ecológicas, para futuramente darmos sustentação para sistemas de captação de água da chuva e reúso, uso de painéis solares, e práticas de construção passivas para reduzir o consumo energético.

10.2. Viabilidade Econômica:

- **Fontes de Financiamento:** Buscamos recursos através de editais públicos, organizações internacionais, fundações culturais, e programas de incentivo voltados para comunidades quilombolas e projetos de desenvolvimento sustentável.
- **Apoio Governamental e Benefícios Fiscais:** Exploramos parcerias com prefeituras, secretarias de cultura, e outros órgãos governamentais que ofereçam isenções fiscais ou apoio financeiro para projetos em territórios tradicionais.
- **Engajamento da Comunidade para Redução de Custos:** Incentivamos a participação da própria comunidade na construção, organizando mutirões e reduzindo os custos com mão de obra. Esse envolvimento fortalece o sentimento de pertencimento e cria uma conexão mais forte com o centro.
- **Sustentabilidade Econômica a Longo Prazo:** Planejamos atividades geradoras de renda (como feiras de produtos quilombolas, venda de artesanatos e eventos culturais) que contribuam para a manutenção do centro após sua construção.

10.3. Viabilidade Social:

- **Impacto Social e Cultural:** O centro comunitário atende diretamente as necessidades da comunidade, oferecendo um local seguro para atividades

culturais, educativas e de apoio social, o que é fundamental para o fortalecimento da identidade e para a coesão social.

- **Fortalecimento da Cultura Quilombola:** Ao proporcionar um espaço para a preservação e prática de saberes tradicionais, o centro aumenta a resiliência cultural da comunidade, especialmente entre as gerações mais jovens.
- **Empoderamento e Participação Comunitária:** Envolver os líderes comunitários e os moradores na definição e execução do projeto, promovendo um sentimento de propriedade e compromisso com a sustentabilidade do espaço.
- **Apoio a Grupos Vulneráveis:** O centro servirá como ponto de apoio para mulheres, idosos, jovens e crianças, oferecendo atividades e assistência social que promovam o bem-estar e aumentem as oportunidades de desenvolvimento.

11 - RECURSOS MATERIAIS

Tabela 1: Materiais de Construção e Acabamento

Material	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
Cimento	40 sacos	40,00	1.600,00
Areia	5 m ³	150,00	750,00
Brita	3 m ³	120,00	360,00
Blocos de Concreto	500 unidades	4,00	2.000,00
Revestimento Cerâmico	70 m ²	25,00	1.750,00
Argamassa	25 sacos	30,00	750,00
Tinta Acrílica Ecológica	10 galões	80,00	800,00
Verniz para Madeira	6 latas	50,00	300,00
Portas e Janelas de Madeira	6 unidades	350,00	2.100,00
Fiação Elétrica	100 metros	3,00	300,00
Tubos de PVC	40 metros	5,00	200,00
Luminárias e Lâmpadas LED	10 unidades	30,00	300,00
Calhas para Captação de Água	20 metros	20,00	400,00
Total			11.610,00

Tabela 2: Equipamentos e Ferramentas

Equipamento/Ferramenta	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
Aluguel de Betoneira	1	300,00	300,00
Conjunto de Ferramentas Manuais	1 conjunto	500,00	500,00

Andaimes	2 conjuntos	150,00	300,00
Escada de Alumínio	1 unidade	250,00	250,00
Carrinho de Mão	1 unidade	200,00	200,00
Reservatório de Água	1 unidade	800,00	800,00
Equipamentos de Proteção (EPI)	10 conjuntos	30,00	300,00
Total			2.650,00

Tabela 3: Logística e Insumos

Item	Quantidade	Preço Unitário (R\$)	Custo Total (R\$)
Transporte de Materiais	5 viagens	200,00	1.000,00
Refeições para Trabalhadores	60 refeições	15,00	900,00
Água e Eletricidade para Obras	1 taxa	500,00	500,00
Limpeza e Descarte de Entulho	1 serviço	600,00	600,00
Placas de Sinalização	2 unidades	100,00	200,00
Total			3.200,00

Resumo dos Custos Totais

Categoria	Custo Total (R\$)
Materiais de Construção e Acabamento	11.610,00
Equipamentos e Ferramentas	2.650,00
Logística e Insumos	3.200,00
Custo Total do Projeto	17.460,00

Este orçamento totaliza R\$ 17.460,00, deixando uma margem de até R\$ 28.000,00 para custos adicionais, ajustes ou compras adicionais de acordo com as necessidades do projeto, formas de pagamento, mudança de valores em decorrência de moeda local e taxas, condições climáticas e as condições específicas do local.

12 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

Etapa	Período	Descrição	Materiais Utilizados
1. Preparação do Terreno	1 a 3 de dezembro	Limpeza e nivelamento do terreno; marcação das áreas para construção e acessos.	Ferramentas manuais, estacas de madeira, cordas
2. Fundamentos e Alicerces	4 a 6 de dezembro	Escavação para alicerces; construção das fundações com base reforçada.	Cimento, areia, brita, ferragens, tijolos de adobe

Etapa	Período	Descrição	Materiais Utilizados
3. Estrutura e Paredes	7 a 12 de dezembro	Construção das paredes e estrutura básica com materiais locais (adobe ou bambu).	Adobe, bambu, madeira de reflorestamento
4. Cobertura	13 a 15 de dezembro	Instalação da cobertura, incluindo estrutura de suporte e telhado sustentável.	Madeira, telhas ecológicas ou de barro, pregos
5. Instalações Elétricas e Hidráulicas	16 a 18 de dezembro	Instalação de sistemas elétricos e hidráulicos básicos, incluindo fiação e encanamento.	Fios elétricos, tubos de PVC, conexões, interruptores
6. Acabamentos Internos e Externos	19 a 22 de dezembro	Revestimento das paredes, pintura, e instalação de portas e janelas.	Tinta ecológica, portas e janelas de madeira, verniz
7. Sustentabilidade e Captação de Água	23 a 24 de dezembro	Instalação de sistema de captação de água da chuva e implementação de cisterna.	Calhas, reservatório de água, tubos de PVC
8. Limpeza e Organização Final	26 a 27 de dezembro	Limpeza da obra e organização do espaço para inauguração.	Materiais de limpeza
9. Inauguração e Abertura	28 de dezembro	Evento de inauguração do centro comunitário com a comunidade.	Decoração, alimentos e bebidas para celebração

13 - RECURSOS HUMANOS

• **Mão de Obra Comunitária:** Haverá participação da comunidade em atividades como a limpeza do terreno e o acabamento, organizadas em mutirões, que priorizarão materiais que promovam sustentabilidade, como adobe e madeira de reflorestamento, com o uso de telhas ecológicas para minimizar o impacto ambiental.

APÊNDICE E ANEXO 01 – Relação de Fotos das ações com a comunidade



As fotos foram produzidas pelo Autor, pela ASCOM-UFPA e pela própria comunidade. Nelas são mostradas as ações de intervenções durante o percurso desta pesquisa, intervenções universitárias – UFPA - Campus Tucuruí, com a presença e a participação da Coordenação do Campus, além de algumas das belas paisagens do Quilombo, assim como seus enfrentamentos às questões ambientais.

ANEXO 02 – Parecer do CEP

**UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ**



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Ambiente, (re)existência e memória cultural: o etnopatrimonialismo do meio e a sustentabilidade do quilombo das Criolas em Breu Branco - PA nas tramas do Tempo

Pesquisador: Wanderlan Montão da Silva

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 83943224.0.0000.0018

Instituição Proponente: Campus Universitário de Castanhal

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 7.313.174

Apresentação do Projeto:

A proposição deste ensaio está baseado em uma análise integrativa das abordagens qualitativas e quantitativas sobre estudos que correlacionam [etnos]sustentabilidade de patrimônio arqueológico e educação patrimonial de cultura material, áreas indissociáveis das áreas de humanas aplicadas. Percebeu-se evidências de processos de migração e movências humanas influenciadas por mudanças ambientais, impactando o processo cultural e alterando a concepção de sustentabilidade em comunidades quilombolas. Também ficou nítido de que houveram áreas afetadas diretamente por ações antropizadas, modificando paisagens e ambientes ao longo de séculos. Poucos estudos etnossustentáveis em larga escala de cultura e preservação de materialidade arqueológica nessas comunidades e, por meio de técnicas de mapeamento, revisão sistemática de literatura, além de cienciometria, este trabalho foca em compreender a evolução, tendências e lacunas desta área contribuindo para o avanço teórico e metodológico para futuras pesquisas. O objetivo é realizar uma perquirição quali-quantitativa na Comunidade Remanescente de Quilombo de Criolas, localizada em Breu Branco, Pará, com foco na etnossustentabilidade patrimonial arqueológica, tentando assim compreender as práticas de preservação do patrimônio arqueológico pelos moradores, explorando tanto aspectos qualitativos, como crenças, tradições e valorização cultural, quanto aspectos quantitativos, como impactos ambientais, cienciometria, níveis de

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

**UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ**



Continuação do Parecer: 7.313.174

conscientização, problemática em políticas públicas e participação comunitária nos processos de etnopreservação de cultura material e educação ambiental.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário:

Analisar a integração de abordagens qualitativas e quantitativas em estudos de educação patrimonial em comunidade quilombola, demonstrando a antropização do meio sustentável em consonância com a cultura material por meio de mapeamento sistemático, revisão sistemática e cienciométrica.

Objetivo Secundário:

Identificar e mapear estudos relevantes em educação patrimonial que utilizam abordagens qualitativas e quantitativas. Identificar lacunas de pesquisa e sugerir direções futuras para estudos integrativos em educação patrimonial. Analisar a evolução e tendências metodológicas na pesquisa em educação patrimonial na região. Aplicar técnicas de cienciométrica para quantificar e visualizar padrões de produção científica nesta área.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

foram identificados desafios, como a necessidade de maior controle sobre o turismo e visitação aos sítios arqueológicos para minimizar impactos negativos. A Participação Comunitária e o engajamento da comunidade evidenciou um nível significativo de contribuição para nivelar a pesquisa. O engajamento da comunidade foi determinante para a criação de projetos de preservação etnossustentáveis, demonstrando um forte senso de

responsabilidade e coletividade na proteção do patrimônio cultural. Isso sugere a eficácia de estratégias de educação ambiental e sensibilização desenvolvidas na comunidade.

Benefícios:

a proposta não apenas contribuirá para o avanço do conhecimento acadêmico na área de patrimônio arqueológico e sustentabilidade, mas também terá impactos positivos na preservação cultural, no desenvolvimento local e na promoção de práticas sustentáveis em comunidades quilombolas como a de Criolas, em Breu Branco, Pará.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O protocolo encaminhado dispõe de metodologia e critérios definidos conforme resolução número 466/12 do CNS/MS. Trata ainda em resolver pendências citadas no parecer nº 7.301.599, que depois de ser avaliado por este colegiado, entende-se como, pendências

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá, UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

**UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ**



Continuação do Parecer: 7.313.174

resolvidas e aceitas.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Os termos apresentados, nesta versão, contemplam os sugeridos pelo sistema CEP/CONEP.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Diante do exposto somos pela aprovação do protocolo. Este é nosso parecer, SMJ.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BASICAS_DO_PROJETO_2404290.pdf	20/12/2024 10:27:49		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	20/12/2024 10:25:19	Wanderlan Montão da Silva	Aceito
Outros	EncaminhamentoCEP.pdf	10/10/2024 22:21:04	Wanderlan Montão da Silva	Aceito
Outros	AceiteOrientador.pdf	10/10/2024 22:17:35	Wanderlan Montão da Silva	Aceito
Outros	Consentimento.pdf	10/10/2024 22:16:13	Wanderlan Montão da Silva	Aceito
Folha de Rosto	folhaderosto.pdf	10/10/2024 22:05:54	Wanderlan Montão da Silva	Aceito
Outros	Termo de Livre Manifestação da Comunidade.pdf	09/10/2024 12:20:42	Wanderlan Montão da Silva	Aceito
Cronograma	cronograma.pdf	09/10/2024 12:05:17	Wanderlan Montão da Silva	Aceito
Parecer Anterior	Parecer_anterior.pdf	30/09/2024 17:26:36	Wanderlan Montão da Silva	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto_detalhado.pdf	14/09/2024 10:50:53	Wanderlan Montão da Silva	Aceito
Declaração de concordância	DECLARACAO_DE_ISENCAO__Wanderlan_para_pdfassinado.pdf	30/08/2024 16:21:51	Wanderlan Montão da Silva	Aceito
Declaração de Pesquisadores	TERMO_DE_COMPROMISSO_DO_PESQUISADOR_Wanderlan_para_pdfassinado.pdf	30/08/2024 16:21:26	Wanderlan Montão da Silva	Aceito

Situação do Parecer:

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá, UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

UFPA - INSTITUTO DE
CIÊNCIAS DA SAÚDE DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO
PARÁ



Continuação do Parecer: 7.313.174

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

BELEM, 20 de Dezembro de 2024

Assinado por:

Wallace Raimundo Araujo dos Santos
(Coordenador(a))

Endereço: Rua Augusto Corrêa nº 01- Campus do Guamá ,UFPA- Faculdade de Enfermagem do ICS - sala 13 - 2º and.
Bairro: Guamá **CEP:** 66.075-110
UF: PA **Município:** BELEM
Telefone: (91)3201-7735 **Fax:** (91)3201-8028 **E-mail:** cepccs@ufpa.br

ANEXO 03 - HOMOLOGAÇÃO DO CADASTRO E HABILITAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E/OU PRIVADAS DA COMARCA DE BREU BRANCO-PA COM FINALIDADE SOCIAL - TJPA - DIÁRIO DA JUSTIÇA - Edição nº 7938/2024 - Quinta-feira, 10 de outubro de 2024

511

TJPA - DIÁRIO DA JUSTIÇA - Edição nº 7938/2024 - Quinta-feira, 10 de outubro de 2024

COMARCA DE BREU BRANCO

SECRETARIA DA VARA ÚNICA DE BREU BRANCO

HOMOLOGAÇÃO DO CADASTRO E HABILITAÇÃO DE INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E/OU PRIVADAS DA COMARCA DE BREU BRANCO-PA COM FINALIDADE SOCIAL

Trata-se de requerimento de entidades da comarca de Breu Branco para fins de cadastro e habilitação para o recebimento de recursos financeiros oriundos das prestações pecuniárias, composições civis, transações penais, suspensão condicional e acordos de não persecução penal dos processos criminais realizados nesta comarca, nos termos do Edital n. 01/2024 publicado.

Após a análise dos documentos apresentados, e considerando o parecer favorável do Ministério Público, HOMOLOGO o requerimento das entidades abaixo relacionadas, que ficam habilitadas a receber os referidos recursos:

ENTIDADE	REPRESENTANTE	CONTATO
ARQVIC – ASSOCIAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTES DE QUILOMBOS DA COMUNIDADE VILA DAS CRIOLAS	Jocinaldo Rocha (Presidente)	Vila das criolas, zona rural; E-mail arqvic.viladascriolas@gmail.com Whatsapp: 94 99158-6785 Instagram arqvic
IGREJA PENTECOSTAL ASSEMBLÉIA DE DEUS	Quiutulinolira (Presidente)	Rua bahia, n. 24, bairro novo horizonte 94 98410-9469
ASSOCIAÇÃO BOM SAMARITANO – ABOMSABB	Jesse Camilo Dias	94 – 99211-2005
PRIMEIRA IGREJA BATISTA DE BREU BRANCO	Pastor Ademir Ferreira Pires	94 98450-1184 24 99999-5467 R. Ceara, n. 200, Bairro Centro

IGREJA ASSEMBLÉIA D E D E U S PETENCOSTAL DE MISSÕES - IADPM	Erinaldo do Nascimento Santos	Cnpj 45.128.417/0001-72 (94) 99668-2463
ONG UNIÃO DOS TORPEDOS MIRIM	Givanildo peres ferreira	Rua bahia, 12, novo horizonte 94 99166-3105
P A S T O R A L D A CRIANÇA	Sidneivam vieira da silva (pastor presidente)	Av cateto n. 33, liberdade 94 99175-1164
I G R E J A B A T I S T A M I SSIONÁRIA RECONCILIAÇÃO	SIDNEIVAM VIEIRA DA SILVA	AV CATETO N. 33, LIBERDADE (94) 99175-1164

As entidades habilitadas estarão sujeitas à inspeção e ao dever de prestar contas, quando determinado

512

TJPA - DIÁRIO DA JUSTIÇA - Edição nº 7938/2024 - Quinta-feira, 10 de outubro de 2024

Pelo Juízo, de ofício ou a requerimento do Ministério Público Estadual. Ressalto que o descredenciamento podera ocorrer caso se apure desvio de finalidade ou fraude, além da adoção das medidas legais cabíveis.

Intime-se as entidades para que apresentem o projeto social a ser financiado na Secretaria do Fórum, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação da lista das entidades, conforme o formato do formulario previsto no ANEXO II do edital de convocação.

Caso a entidade ja tenha apresentado o projeto, considerar tal apresentação como suficiente e desconsiderar a nova solicitação.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Breu Branco, 08 de outubro de 2024.

Ana Beatriz Gonçalves de Carvalho

Juíza de Direito

ANEXO II

PROJETO SOCIAL

1. Dados de Identificação do Projeto e da Instituição:

- 1.1 Título do Projeto;
- 1.2 Nome da Entidade;
- 1.3 Endereço da Entidade;
- 1.4 Presidente e/ou Diretor da Instituição;
- 1.5 Telefones da Instituição e do Presidente;

1.6 Conta Bancaria;

2. Justificativa:

- Justificar o que sera desenvolvido e a necessidade de implementação do projeto na Instituição e na Comunidade.

3. Objetivos do Projeto:

Apresentar o objetivo geral do projeto e os objetivos específicos. Sempre os relacionas com os resultados pretendidos, descrevê-los com clareza e concisão.

4. Público-alvo:

Refere-se a quantas pessoas, para quem e quais as características do público-alvo a ser beneficiado com o projeto.

5. Viabilidade:

6. Recursos materiais:

Recursos materiais, acompanhado de 03 (três) orçamentos referentes ao objeto da aquisição, contendo nome do estabelecimento com validade no momento do pagamento.

7. Calendario de execução do projeto:

8. Recursos Humanos:

9. Declaração final:

Nesta oportunidade, declaramos a veracidade das informações consignadas no presente Projeto, bem como estar ciente de que constitui crime, punível com reclusão de 1 a 5 anos, “omitir, em documento público ou particular, declaração que dele deveria constar ou nele inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante”, conforme disposto no art. 299, do Código Penal Brasileiro. Declaro ainda, na condição de representante da instituição/entidade _____, sob as penas da Lei, que assumo a responsabilidade quanto aos RECURSOS PROVENIENTES DE PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA RELATIVA AO CUMPRIMENTO DE PENA OU MEDIDA ALTERNATIVA, cuja aplicação esta estritamente vinculada aos termos do Projeto Social apresentado por esta Entidade e deferido pelo Juízo.

Pede e espera deferimento.

Local e data, _____ de _____ de 2023.

assinatura do Diretor/Presidente da Entidade requerente